



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO NORTE DO TOCANTINS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS - CCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE**

PAULA REGIS DIAS BORGES

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E BANCARIZAÇÃO NA REGIÃO DE
INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO**

Araguaína/TO

2025

PAULA REGIS DIAS BORGES

**DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E BANCARIZAÇÃO NA REGIÃO DE
INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R337d REGIS DIAS BORGES, PAULA .
DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E BANCARIZAÇÃO NA
REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO /
PAULA REGIS DIAS BORGES. - Centro de Ciências
Integradas - CCI, TO, 2025.

106 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e
Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do
Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Miguel Pacífico Filho.

1. Bancarização. 2. Desenvolvimento Desigual. 3. Região de
Influência.

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

FOLHA DE APROVAÇÃO


PAULA REGIS DIAS BORGES

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E BANCARIZAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), para a defesa no âmbito do Programa. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 15 / 04 / 2025


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MIGUEL PACIFICO FILHO**
Data: 19/05/2025 15:46:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho, UFNT (orientador)

Documento assinado digitalmente
 **WARTON DA SILVA SOUZA**
Data: 19/05/2025 18:41:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Warton da Silva Souza, UFNT (membro interno)

Documento assinado digitalmente
 **IVO MARCOS THEIS**
Data: 28/05/2025 20:10:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ivo Marcos Theis, FURB (membro externo)

Araguaína/TO

2025

Dedico essa dissertação à minha irmã, Rosane Dias Borges Costantin, ao meu irmão, Paulo Rogério Dias Borges e a minha mãe, Úrçula Maria Mourão Borges, pelo acolhimento em seu lar e por me proporcionar as melhores condições para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

AGRADECIMENTOS

Retornar à minha cidade natal, Araguaína (TO), após mais de 20 anos, não estava em meus planos. Contudo, a pandemia e uma demissão alteraram o curso da minha vida; tudo parecia estável e, subitamente, transformou-se. Voltei em circunstâncias indesejadas, desempregada e confrontada por incertezas. Jamais imaginei dedicar-me à pesquisa e, como costumo dizer, além disso, eu era adepta do neoliberalismo, perspectiva hoje em desconstrução.

Este era o cenário em que me encontrava e, em meio a ele, meu caminho não foi apenas de obstáculos. Encontrei um amigo que me apresentou o programa de pós-graduação e me incentivou a ingressar, inicialmente como aluna especial e, posteriormente, como regular. Portanto, expresso minha gratidão a você, Jussandro Lopes, por ter plantado essa semente que germinou novos rumos e contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal.

Agradeço imensamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio financeiro foi crucial para a concretização deste trabalho; a bolsa concedida foi essencial e me proporcionou viver com mais dignidade durante esses 24 meses. Estendo meus agradecimentos à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e, especificamente, ao Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), que nos oferecem oportunidades valiosas.

À minha família, que me amparou em todos os momentos de necessidade: meu pai, Raimundo Dias Borges; minha mãe, Úrçula Maria Mourão Borges; meus irmãos, Patrícia Dias Borges, Paulo Rogério Dias Borges e Rosane Dias Borges Costantin; meus sobrinhos, Maria Antônia Borges Costantin e Oli Vittorio Borges Costantin; e meus cunhados, Augusto Matheus Costantin e Aurimar Batista da Cruz.

Sou grata ao meu orientador, Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho, por me guiar com firmeza ao longo deste processo. Por me mostrar que o ambiente de trabalho pode ser mais justo e humano. Ele se tornou, além de um orientador, uma inspiração. Com sua educação e humildade, ensinou-me a valorizar a beleza e a força da simplicidade e, com seu conhecimento, tornou tudo mais interessante e viável. Agradeço também por me incluir em projetos tão relevantes e necessários.

Aos professores, Dr. João de Deus, cuja sensibilidade e discurso me proporcionaram uma compreensão mais profunda do explícito e do implícito; Prof.^a.

Dr^a. Thelma Pontes Borges, por sua inteligência e vasto repertório que, em inúmeras trocas, despertaram em mim o desejo de ser uma pesquisadora cada vez mais dedicada e, certamente, pela condução de um trabalho com tamanha qualidade e humanidade, tanto na coordenação do programa quanto na docência. Suas contribuições foram fundamentais para esta conquista. Ao Prof. Dr. Warton da Silva Souza, que me ofereceu a oportunidade de atuar no Projeto Alvorecer do curso de logística, abrindo-me diversas portas e mostrando-me que podemos alcançar horizontes mais amplos.

Aos meus colegas da 7^a turma, que trilharam comigo esta jornada. Em especial, às minhas amigas Islana Barbosa da Silva, Midian Ferreira dos Santos Silva e Érika L. Poscidônio de Souza: sem a presença de vocês, esta experiência não teria sido tão enriquecedora. Agradeço de coração a parceria, o cuidado e a inspiração. Vocês são parte fundamental da minha trajetória e serão sempre lembradas com respeito.

Assim, cada etapa desta jornada acadêmica, marcada pelo apoio familiar e pela preciosa companhia de amigos, contribuiu para a construção não apenas deste trabalho, mas também para o meu crescimento pessoal. As dificuldades enfrentadas transformaram-se em oportunidades de aprendizado, fortalecendo minha resiliência e ampliando minha visão. Agradeço profundamente a todos que, de alguma forma, participaram deste percurso.

RESUMO

O estudo se justifica pela necessidade de entender como a concentração de agências bancárias nos centros urbanos e a ausência de infraestrutura bancária nos municípios menores contribuem para a exclusão financeira e o desenvolvimento desigual. A hipótese central é que a falta de acesso aos serviços bancários básicos, como a possibilidade de realizar saques, segrega a população e força os moradores a se deslocarem para outros municípios em busca de produtos e serviços financeiros. Esse deslocamento gera consequências negativas, como a redução da movimentação econômica nos municípios de origem e o mascaramento das informações sobre as movimentações financeiras locais. Além disso, a ausência de serviços bancários impede a geração de empregos locais, perpetuando as desigualdades socioeconômicas. Metodologicamente, empregou-se a observação direta e a análise dos dados coletados durante as visitas aos municípios. A teoria do desenvolvimento desigual, conforme discutida por David Harvey e Milton Santos, foi fundamental para compreender como a concentração de serviços bancários nos centros urbanos e a exclusão financeira nos municípios menores refletem e reforçam as desigualdades regionais. Os resultados e conclusões expõem que a inclusão financeira é um fator crucial para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais. A análise revelou que a concentração de serviços bancários nos centros urbanos e a exclusão financeira nos municípios menores evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos serviços financeiros. Investimentos em infraestrutura bancária, letramento financeiro e tecnologias que viabilizem o acesso digital são essenciais para alcançar uma inclusão financeira mais ampla e justa. Em suma, a pesquisa sugere que melhorar o acesso aos serviços financeiros pode contribuir para a redução de desigualdades sociais e para o fortalecimento do desenvolvimento regional. Futuras investigações devem ampliar o escopo da pesquisa, envolvendo mais municípios e utilizando abordagens metodológicas diferentes, a fim de obter uma visão mais completa sobre os desafios e as possibilidades de avanço na bancarização em diferentes contextos urbanos e rurais.

Palavras-chaves: Bancarização. Desenvolvimento Desigual. Região de Influência. Agência Bancária.

ABSTRACT

The study is justified by the need to understand how the concentration of bank branches in urban centers and the absence of banking infrastructure in smaller municipalities contribute to financial exclusion and uneven development. The central hypothesis is that the lack of access to basic banking services, such as the ability to make withdrawals, segregates the population and forces residents to travel to other municipalities in search of financial products and services. This displacement generates negative consequences, such as the reduction of economic activity in the originating municipalities and the masking of information about local financial movements. Moreover, the absence of banking services prevents the generation of local employment, perpetuating socio-economic inequalities. Methodologically, direct observation and data analysis collected during visits to municipalities were employed. The theory of uneven development, as discussed by David Harvey and Milton Santos, was fundamental to understanding how the concentration of banking services in urban centers and financial exclusion in smaller municipalities reflect and reinforce regional inequalities. The results and conclusions show that financial inclusion is a crucial factor for regional development and the reduction of social inequalities. The analysis revealed that the concentration of banking services in urban centers and financial exclusion in smaller municipalities highlight the need for public policies that promote equity in access to financial services. Investments in banking infrastructure, financial literacy, and technologies that enable digital access are essential to achieving broader and fairer financial inclusion. In summary, the research suggests that improving access to financial services can contribute to reducing social inequalities and strengthening regional development. Future investigations should broaden the scope of the research, involving more municipalities and using different methodological approaches to obtain a more complete view of the challenges and opportunities for advancement in banking in different urban and rural contexts.

Keywords: Banking. Uneven Development. Region of Influence. Bank Branch.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Agências Bancárias (2019)	19
Figura 2 - Mapa Rede urbana: Regiões de Influência das Cidades – Brasil	21
Figura 3 - Mapa da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO	25
Figura 4 - Mapa Censo 2010 da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO. ..	28
Figura 5 - Mapa Censo 2020 da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO. ..	28
Figura 6 - Mapa de localização geográfica da Região de Influência Imediata de Araguaína (2022)	29
Figura 7 - Município de Pau D’Arco/TO.....	58
Figura 8 - Conjunto de imagens. A: PA Bradesco, B: PA Bradesco, C: PA Bradesco, D: PA Bradesco, E: Farmácia Esmeralda, F: Posto Araguaia, G: PA Bradesco.	61
Figura 9 - Município de Muricilândia.....	62
Figura 10 - Conjunto de imagens: A: Net.Com; B, C e D: Loja Capricho, E, F e G: Farmácia.	65
Figura 11 - Município de Santa Fé Do Araguaia	66
Figura 12 - Conjunto de imagens: A, B e C: Banco do Brasil, D: Lotérica, E: Mercadinho do Júlio, F, G e H: Bradesco, I: Financeira.....	69
Figura 13 - Município de Darcinópolis	70
Figura 14 - Conjunto de imagens: A, B e C: Comercial Pinheiro, D, E, F e G: Pinheiro, H e I: PA Bradesco, J: Rapha Cell, L e M: Correios.	72
Figura 15 - Município de Xambioá.....	75
Figura 16 - Conjunto de imagens: A, B, C e D: Banco da Amazônia, E e F: Lotérica, G e H: Banco do Brasil, I, J e L: PA Bradesco.	78
Figura 17 - Município de Piraquê	79
Figura 18 - Conjunto de imagens: A, B, C e D: Posto de Combustível, E F: Multimercado.....	82
Figura 19 - Município de Babaçulândia	83
Figura 20 - Município de Babaçulândia	86
Figura 21 - Distribuição de Agências Bancárias no Tocantins	87
Figura 22 - Distribuição de Agências Bancárias na Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.....	88

Figura 23 - Tabela de Juros no Cheque Especial das 14 Instituições Financeiras com maiores taxas.....	93
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela comparativa dos 21 municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.....	31
Tabela 2 - IDHM: Pau D'Arco; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000	59
Tabela 3 - IDHM: Muricilândia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).....	63
Tabela 4 - IDHM: Santa Fé do Araguaia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).	67
Tabela 5 - IDHM: Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).....	71
Tabela 6 - IDHM: Xambioá; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).....	76
Tabela 7 - IDHM: Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).....	80
Tabela 8 - IDHM: Babaçulândia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).....	84
Tabela 9 - Depósitos, Poupança e Créditos Araguaína/TO.....	89
Tabela 10 - Depósitos, Poupança e Créditos Xambioá/TO.....	89
Tabela 11 - Municípios com agências bancárias e a posição do IDH.	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pau D'Arco	59
Gráfico 2 - Transações em PIX em Pau D'Arco (2020, 2021 e 2022)	60
Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Muricilândia	64
Gráfico 4 - Transações em PIX em Muricilândia (2020, 2021 e 2022)	64
Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Santa Fé do Araguaia	68
Gráfico 6 - Transações de PIX em Santa Fé do Araguaia (2020, 2021 e 2022)	68
Gráfico 7 - IDHM Município de Darcinópolis (1991, 2000 e 2010).	72
Gráfico 8 - IDHM Município de Darcinópolis (1991, 2000 e 2010).	72
Gráfico 9 - IDHM Município de Xambioá (1991, 2000 e 2010).	77
Gráfico 10 - Transações de PIX em Xambioá (2020, 2021, 2022 e 2022).	77
Gráfico 11 - IDHM Município de Piraquê (1991, 2000 e 2010).	81
Gráfico 12 - Índice de Desenvolvimento Humano de Babaçulândia.....	84
Gráfico 13 - Transações de PIX em Babaçulândia (2020, 2021, 2022 e 2022).....	85
Gráfico 14 - Empregos em Atividades Financeiras – RIIA.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Agência Bancária
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	Banco Central do Brasil
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCDE	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONU	Organização das Nações Unidas
OOBRA	Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína – TO
PAA	Posto Avançado de Atendimento
PAB	Posto de Atendimento Bancário
PAC	Posto de Atendimento Cooperativo
PAE	Postos de Atendimento Eletrônico
PF	Pessoa Física
PIX	Pagamento Instantâneo Brasileiro
PJ	Pessoa Jurídica
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDire	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

REGIC	Região de Influência das Cidades
RIIA	Região de Influência Imediata de Araguaína/TO
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Orçamento do Tocantins
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 Problema de pesquisa	27
1.1.1 Hipótese	30
1.1.2 Delimitação de Escopo	30
1.1.3 Justificativa	31
1.2 Objetivos	33
1.2.1 Objetivo Geral	33
1.2.2 Objetivos Específicos	33
1.3 Metodologia	33
1.3.1 Metodologia da Pesquisa	37
1.3.2 Procedimentos Metodológicos	39
2. REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO: OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E O SURTO MUNICIPALISTA DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	42
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A CIÊNCIA REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL. BANCARIZAÇÃO COMO CONCEITO ASSOCIADO AO DESENVOLVIMENTO	46
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA	55
4.1 Pau D'Arco	56
4.2 Muricilândia	61
4.3 Santa Fé do Araguaia	65
4.5 Xambioá	73
4.6 Piraquê	79
4.7 Babaçulândia	82
4.7 Subtópico para mapas.	86
5. ANÁLISE DOS MATERIAIS	88
6. CONCLUSÕES: CONTRIBUIÇÕES DA DISSERTAÇÃO E TRABALHOS FUTUROS.	94
REFERÊNCIAS	98
ANEXO A – E-MAIL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	106

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma população de 203.080.756 milhões de pessoas (IBGE, 2023a), com uma taxa de desemprego de 7,4% da força total de trabalho (IBGE, 2023b). Dweck, Silveira e Rossi (2018) apresentam o Brasil como um país que possui a desigualdade como uma de suas principais características. Ela se apresenta de diversas formas: desigualdade de renda, grande concentração de riqueza, precarização dos serviços, acesso limitado aos serviços pela população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, A prestação dos serviços sociais básicos e a precarização das condições de trabalho apresentam oportunidades significativas de melhoria em sua qualidade, quadro que se agrava quando analisado sob as perspectivas de gênero e raça.

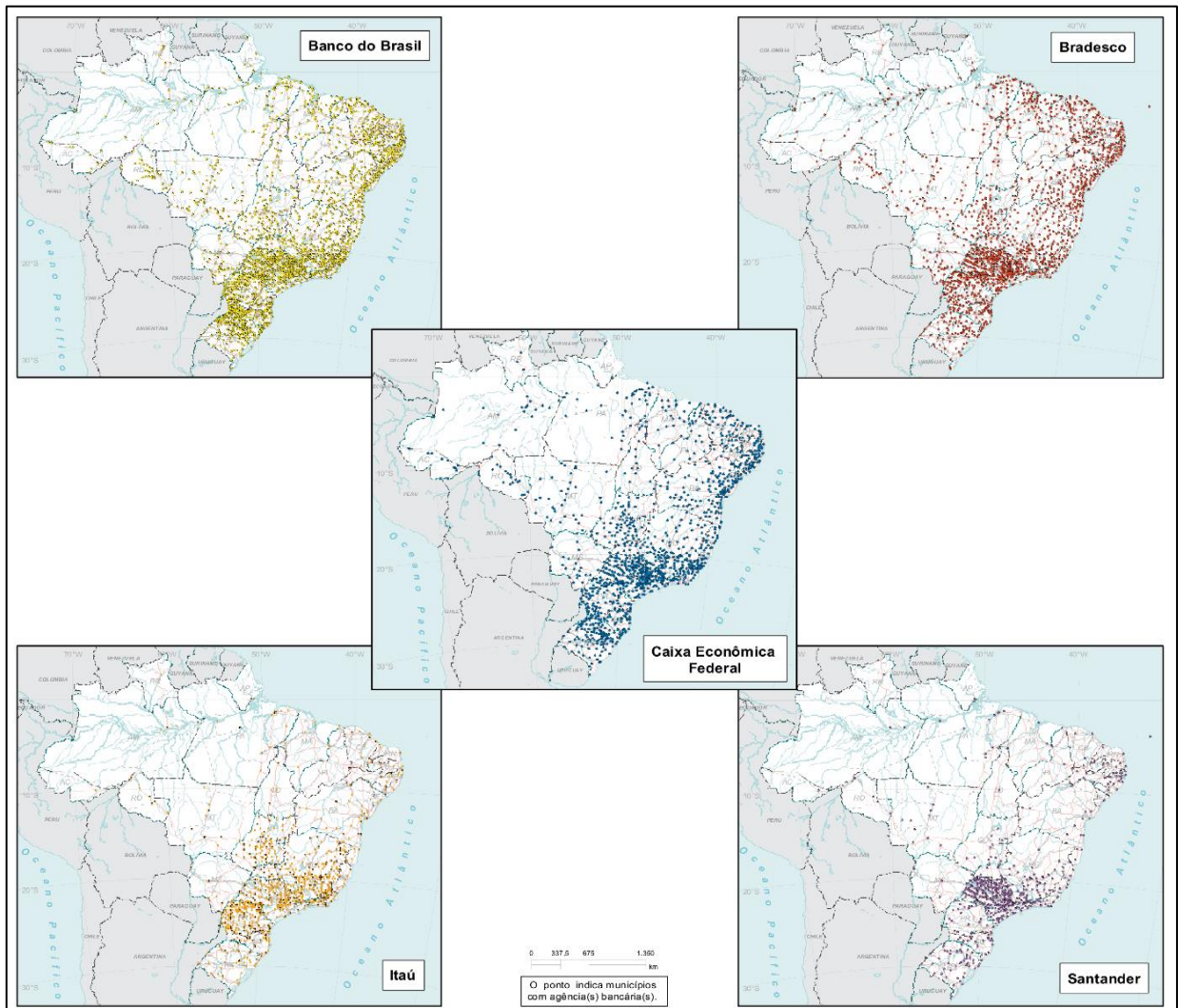
O Mapa da Riqueza (FGV, 2023), oferece uma análise detalhada da distribuição de riqueza no país. Esse recurso fornece direcionadores valiosos sobre as disparidades socioeconômicas existentes, destacando áreas de maior concentração de renda e aquelas mais vulneráveis à pobreza e desigualdade. Serve para entender as disparidades socioeconômicas existentes, destacando não apenas as áreas de maior desenvolvimento econômico, mas também aquelas que são mais vulneráveis à pobreza e à desigualdade. Auxilia na compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil em sua busca por um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo, enfatizando a necessidade de políticas e estratégias eficazes para abordar essas questões.

A bancarização é um processo fundamental para a inclusão de indivíduos no sistema bancário. Seu objetivo é garantir que as pessoas tenham acesso aos serviços e produtos financeiros. De acordo com o relatório do II Fórum Nacional do Banco Central do Brasil sobre Inclusão Financeira, publicado em 2010, considera-se bancarizada a pessoa que possui uma aplicação, uma conta corrente de qualquer modalidade ou algum tipo de empréstimo. A bancarização é um passo crucial para o desenvolvimento econômico do país e para a qualidade de vida das pessoas (BCB, 2010).

Segundo Lima e Cintra (2011), ainda são poucas publicações e estudos a respeito do nível de bancarização dos brasileiros. De acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (2018), existe um maior número de agências bancárias nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Em abril de 2009, 2.187 municípios brasileiros

(quase 40% do total) não possuíam agências bancárias nem postos de atendimento bancário (PABs). Os índices pioram nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Lima; Cintra, 2011, p.44). O mapa a seguir apresenta a distribuição das agências bancárias nos municípios do Brasil, referente aos Bancos e Caixa Econômica; Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Santander (IBGE, 2019).

Figura 1 - Agências Bancárias (2019)



Fonte: IBGE (2019)

Segundo o BCB (2018), no Relatório de Cidadania Financeira identificou entre 2010-2014 que a quantidade de pontos de atendimento no país manteve um equilíbrio. No ano de 2017 eram 257.570 pontos de atendimento, versus 277.982 de pontos de atendimento em 2015. Houve também uma queda no número de correspondentes bancários desde 2014, com redução de 10%. Eram 209.938 em 2014, já em 2017 existiam 189.002. Os Bancos Postais fazem parte de uma rede de correspondentes

do Banco do Brasil, localizados dentro das agências dos Correios. Após receio dos Correios com a segurança, em 2017 começou uma redução dos Bancos Postais, com fechamento de 403 unidades em 2018.

No Brasil, o Estado e seus órgãos reguladores empenham-se em vencer os desafios da inclusão financeira, direcionando esforços para substituir os cartões eletrônicos e ampliar a inclusão digital. Levando a inclusão financeira recente torna-se intrinsecamente ligada à inclusão digital, destacando-se a capilaridade territorial dos Correios como uma vantagem associativa (Olegário; Gallo, 2020). A simplificação do uso dos smartphones emerge como um estímulo crucial para alcançar aqueles que ainda não têm acesso aos serviços bancários, ao mesmo tempo em que introduz as novas gerações nesse sistema. Este cenário sugere uma possível redução significativa dos correspondentes bancários em todo o país, transformando os pontos fixos, em uma rede dispersa (Olegário; Gallo, 2020).

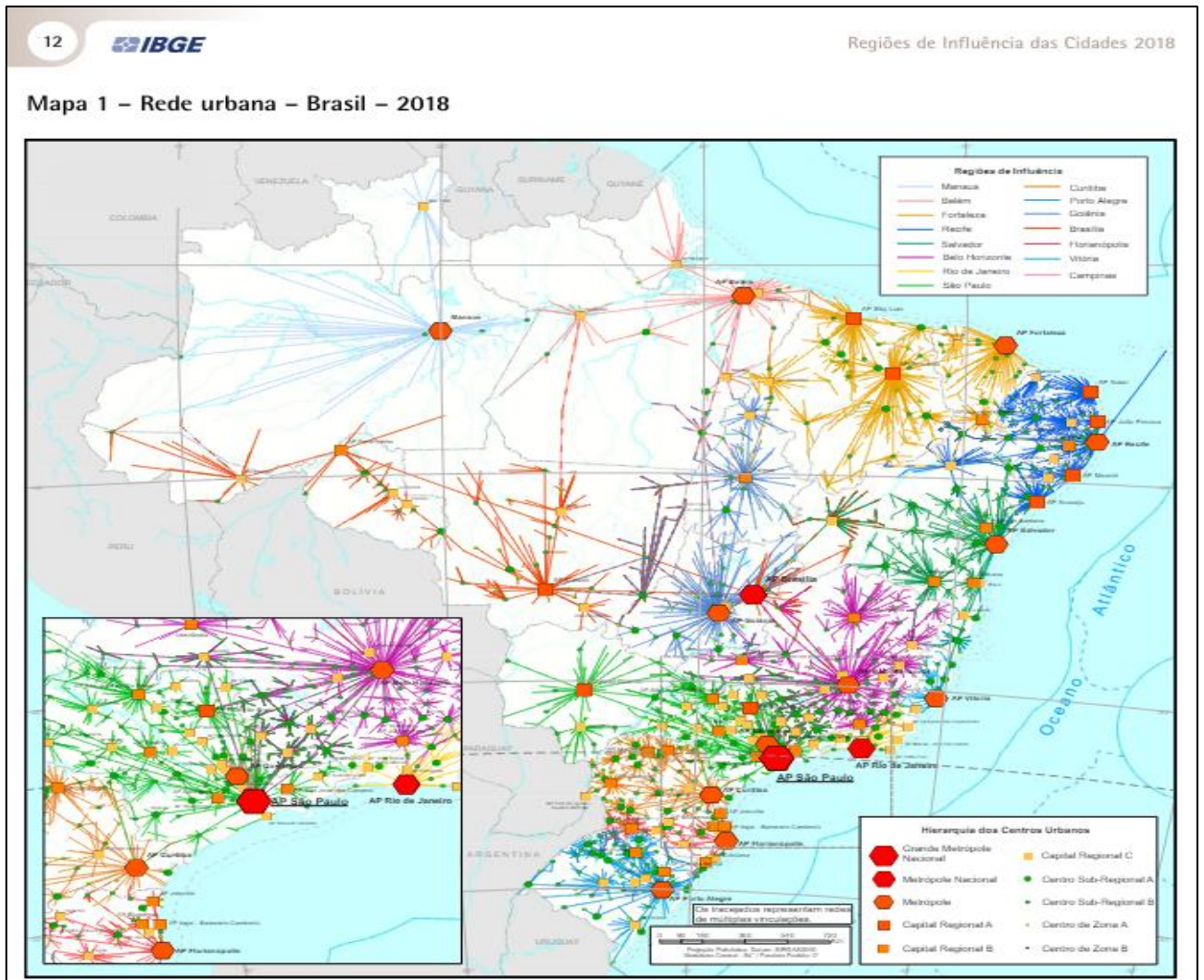
De acordo com o Relatório Global Findex de 2017, publicado pelo Banco Mundial, a porcentagem oficial de bancarizados no Brasil é de apenas 70% da população. Essa estatística revela que ainda há um desafio significativo em garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços financeiros. A bancarização é fundamental para reduzir a pobreza e alcançar um crescimento econômico inclusivo. Portanto, é crucial continuar promovendo iniciativas que ampliem o acesso a contas bancárias e facilitem o uso de serviços financeiros, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país (Demirguc-kunt *et al.*, 2017).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), começou a realizar estudos periódicos sobre a hierarquia dos núcleos urbanos e suas regiões de influência nos anos 1960. Isso proporcionou uma série histórica abrangente e duradoura sobre a rede urbana no contexto sul-americano. Esses estudos não apenas oferecem informações acerca da organização da rede urbana nacional e sua escala hierárquica, mas também fornecem uma análise histórica da distribuição e evolução das classes de centralidades dos municípios brasileiros, identificando suas respectivas áreas de influência (Moura; Nagamine; Ferreira, 2021).

A região de influência estrutura-se por conexões estabelecidas entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. No entanto, a influência não é unidirecional. Os municípios maiores também se beneficiam das conexões com as menores. Eles recebem recursos, cultura e

diversidade, alimentando seu crescimento e vitalidade. É uma simbiose complexa, onde cada município desempenha um papel fundamental na rede (IBGE, 2018).

Figura 2 - Mapa Rede urbana: Regiões de Influência das Cidades – Brasil



Fonte: IBGE (2018)

Sendo assim, a região de influência apresenta caráter espacial reticular, com unidades urbanas que estão interligadas. O conceito de regionalização, conforme delineado pelo IBGE no REGIC 2018, é fundamental para a compreensão das disparidades regionais no Brasil. Este processo complexo visa dividir o território em unidades geográficas distintas com base em critérios socioeconômicos, demográficos e culturais, fornecendo uma estrutura para análise e gestão de políticas públicas (IBGE, 2018).

A pesquisa intitulada Regiões de Influência das Cidades – REGIC, tem como objetivo principal a identificação e análise da rede urbana, situando a hierarquia dos núcleos urbanos e as áreas de influência das cidades (IBGE, 2018). Para melhor contextualizar segue abaixo um mapa da rede urbana do Brasil, das Regiões de Influência das cidades 2018.

A articulação dessas centralidades intermediárias, como os centros sub-regionais e centros de zona, dentro do território, contribui para a consolidação e reforço da rede de cidades e da hierarquia de centros, principalmente nas regiões com maior intensidade de urbanização. A estrutura da rede urbana brasileira, juntamente com sua hierarquia de centralidades e áreas de influência, delinea o padrão de comando multi e transescalar dos serviços e atividades urbanas no território, refletindo em grande medida o grau de integração dos sistemas produtivo, financeiro e sociocultural (Moura; Nagamine; Ferreira, 2021).

No Tocantins, assim como em toda região amazônica, estão presentes as fronteiras urbanizadas que constituem legados de projetos de colonização. Nos locais em que a rodovia Belém-Brasília passa, é possível perceber a constituição das fronteiras urbanizadas, ao atrelar o crescimento pelo desenvolvimento das áreas da região ao entorno da rodovia, e o movimento constitui uma ligação indivisível da região com os projetos agrícolas que deram origem. O processo de urbanização no Tocantins se deu muito em função da construção da rodovia Belém-Brasília BR-153 (Souza, 2017).

Em uma abordagem regional mais detalhada da rede urbana, é possível caracterizar com maior precisão os núcleos e estruturas urbanas em escala sub-regional, permitindo uma melhor interação e convergência entre os diferentes níveis governamentais, da União aos municípios. A determinação das centralidades urbanas e sua hierarquia baseia-se na concentração de bens e serviços especializados, assim como na complexidade que apresentam, o que torna esses dados organizados e mapeados conforme os deslocamentos das cidades em busca de serviços de saúde de diferentes níveis de complexidade (Moura; Nagamine; Ferreira, 2021).

A cidade de Araguaína experimentou uma transformação territorial significativa ao longo de sua história, especialmente após a construção da rodovia Belém-Brasília. A infraestrutura viária proporcionada pela BR-153 promoveu uma reconfiguração na rede urbana, impulsionando-a a tornar-se um centro econômico dinâmico a partir dos anos 1990. Hoje, Araguaína destaca-se como um polo vibrante, exercendo um

domínio contínuo sobre a circulação de capital no estado do Tocantins e em sua região de influência (Dias; Brito, 2012).

O desenvolvimento econômico da região concentra investimentos tanto do setor público quanto do privado, impulsionado pela alta mobilidade de fluxos provenientes de outras cidades em busca de uma variedade de serviços. Essa mobilidade é intrínseca ao modo de produção capitalista, visando a acumulação e a geração de excedentes. A paisagem urbana de Araguaína reflete claramente a ascendência do capital, evidenciando uma complexificação espacial em contraste com o ambiente anterior à construção da rodovia, marcado por relações comunitárias, referenciando o Plano de Metas para integração do Norte com o Sudeste (Dias; Brito, 2012).

As mudanças ocorridas nas regiões impactadas com as fronteiras urbanizadas, aceleraram o fluxo das populações entre as localidades rurais e urbanas, às configurando de forma mais complexa em relação a sua extensão e aspectos dos povoados urbanos. Dessa forma, as políticas territoriais amazônicas das décadas de 1960 e 1970 buscaram a consolidação do processo de internacionalização da economia brasileira e, principalmente, amazônica, por meio de reestruturações internas do território nacional conduzidas pelo governo federal. Essa intervenção estatal permitiu que a Amazônia alcançasse, a partir da década de 1990 até os anos 2000, uma posição significativa dentro da divisão internacional do trabalho, embora ainda predominantemente como exportadora de matéria-prima e bens semimanufaturados (Ponte, 2017).

Destaca que esse novo papel da Amazônia na divisão internacional do trabalho não beneficia significativamente a sociedade local/regional, e tampouco nacional, pois estabelece uma relação de dependência estreita com o mercado internacional, que controla o sistema de organização regional da Amazônia. As atividades econômicas desenvolvidas desde a década de 1960 são baseadas em grandes extensões de terra, resultando na exploração e precarização dos trabalhadores e no acentuado desmatamento para a implantação de empreendimentos. Diante desse cenário de readequação da região amazônica à economia internacional, os habitantes da floresta foram gradualmente perdendo sua autonomia e seu território de vida e trabalho, muitas vezes cerceados pela perda da posse da terra ou pelo controle exercido pelo capital (Ponte, 2017).

E o crescimento destes povoados podem culminar em novos municípios. Podendo existir imigrantes e ex-colonos que não obtiveram acesso à terra, gerando acúmulo de mão-de-obra. No Tocantins, a BR-153 se tornou um atrativo para a urbanização da região se posicionando à margem esquerda do vale do rio Tocantins. A presença da rodovia, se revelou como um fator-chave para o estímulo do crescimento urbano e surgimento de novos centros ao longo de seu trajeto, refletindo uma dinâmica de transformação (Santos, 2017).

As propostas para as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, são em sua origem concebidas pelo governo federal a partir de políticas de investimentos. Elas potencializam as etapas de urbanização nas fronteiras. No ano de 1953, foi idealizado a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Amazônia Legal por Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1970, na região foram estipuladas excessivas concessões de terras e doação de glebas. E as áreas não colonizadas e transferidas ao domínio do Estado, foram vendidas ou doadas. No governo de Castelo Branco em 1966 a SPVEA, foi descontinuada dando lugar a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (Santos, 2017).

As cidades médias são estruturadas em decorrência de investimentos para o desenvolvimento regional, que acarretam céleres mudanças em decorrência de seu crescimento repentino, com alterações no âmbito rural e urbano. Com contrastes socioambientais, biomas, socioeconômicos e ocupação desordenada. Araguaína/TO é uma cidade média, que centraliza suas atividades produtivas na prestação de serviços e no agronegócio, faz parte da Amazônia Legal e é considerada pelo IBGE, como capital regional C, sendo uma referência em sua região (Pacífico Filho *et al.*, 2020).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2020), uma cidade média possui população entre 100.000 (cem mil) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes, embora existam outras variáveis para além contingente populacional, como a capacidade de concentrar grandes indústrias, marcos turísticos ou prestação de serviço e constituir centralidade.

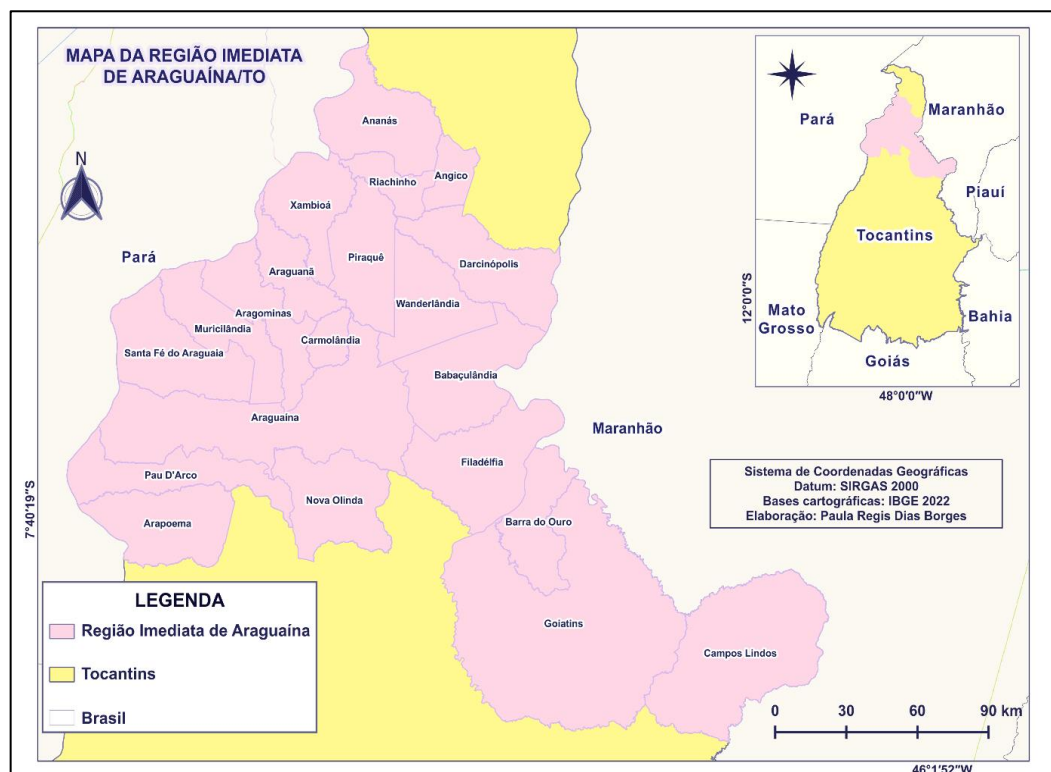
O hibridismo de uma cidade média em seu território, ao ser capaz de agrupar características de metrópoles e de pequenas cidades, sendo um atrativo para fluxo migratório, apresentando crescimento econômico, capacidade de ofertar uma rede de transporte que possibilita fluidez de deslocamento para as demais regiões do país, prestação de serviços diversos, estrutura de rede de atendimento na saúde e

educação. Permitem às cidades médias protagonismos em seus estados (Pacífico Filho *et al.*, 2020).

Após a construção da BR-153, que atravessa o estado do Tocantins de norte a sul, e o deslocamento de ocupações econômicas e populacionais para a região, com a urbanização as margens da BR, formam-se novas cidades, entre elas Araguaína/TO. Esse município se localiza entre os corredores dos rios Araguaia e Tocantins, com o início do seu povoamento em meados de 1876, e foi emancipado em novembro de 1958. Araguaína/TO era conhecida por “livra-nos Deus” e Lontra. Enquanto as cidades que estavam longe da estrada sofriam com a falta de atração de imigrantes e com redução de suas populações as cidades em torno da BR-153 só cresciam (Santos, 2017).

A hierarquia e região de influência das cidades são a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância, realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos (IBGE, 2018). São indispensáveis para a formação de uma região de influência imediata, exercendo influência no território no qual está localizada. Segue o mapa da região de influência imediata de Araguaína/TO.

Figura 3 - Mapa da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2023); Elaboração: A autora

A Rodovia Federal BR-153 teve um desempenho fundamental na urbanização do centro-norte brasileiro e na integração do mercado nacional. Seus impactos abrangem o aumento populacional, o crescimento expressivo da produção agropecuária, a dinamização do mercado urbano e transformações na estrutura fundiária. A concessão dessa infraestrutura à iniciativa privada não apenas assegura seu funcionamento, mas também acarreta implicações estratégicas, considerando o controle sobre o fluxo e o território (Arrais; Castilho; Aurélio Neto, 2016).

A construção da rodovia atraiu diversos profissionais que fixaram residência nas cidades impactadas com as obras. Em Araguaína/TO não foi diferente, surgiram comércios, hotéis e diversos outros negócios para atender à crescente demanda. Esse crescimento repentino também apresentou diversos problemas, como a ausência de planejamento urbano, crescimento desordenado e diversas contradições sociais relacionadas ao modo de produção capitalista, mas a construção da rodovia figura como a principal fator de desenvolvimento regional e no crescimento urbano de Araguaína/TO (Santos, 2017).

A relevância da BR-153 se manifesta em duas escalas distintas. Primeiramente, ela desempenha um papel crucial na integração dos fluxos nacionais, especialmente no transporte de mercadorias, servindo como um eixo de ligação entre as regiões do território brasileiro. Em segundo lugar, sua influência se estende regionalmente, afetando diretamente a rede urbana e a morfologia das áreas urbanas que passam a depender funcionalmente do fluxo de cargas e pessoas. No entanto, essa integração não ocorre sem mudanças na divisão territorial do trabalho e no controle dos fluxos. O atual processo de concessão reflete essas dinâmicas (Arrais; Castilho; Aurélio Neto, 2016).

Este trabalho tem como direcionamento entender a Bancarização na região de influência imediata de Araguaína/TO, uma cidade média localizada na região Norte do país pertencente a Amazônia legal, enquanto movimento necessário para o entender também o desenvolvimento da região e da sua população. Por ser uma cidade média com crescimento constante, se torna uma referência para vários outros municípios da região de abrangência. Nesse sentido, vamos verificar se ocorre desigualdade no acesso a bancarização entre os municípios que pertencem a região de influência imediata de Araguaína.

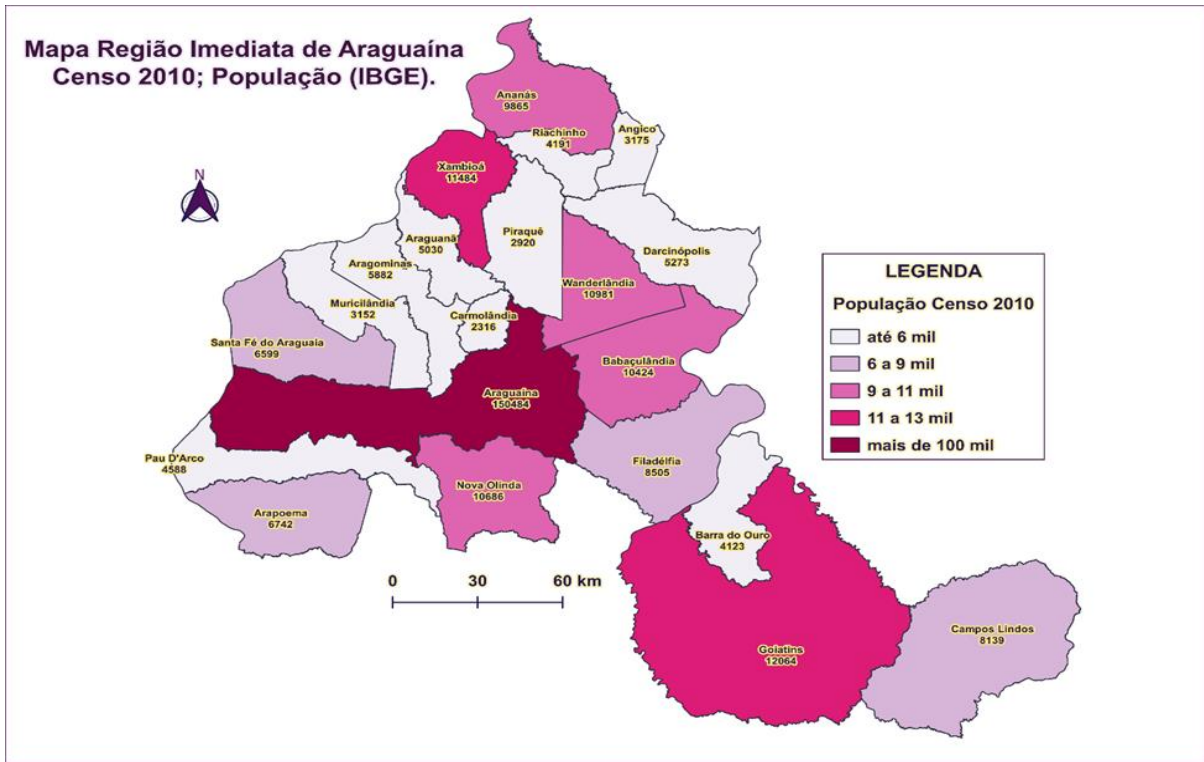
De acordo com pesquisas realizadas pelo (BCB, 2018), um pouco mais de 70% da população adulta da Região Norte do Brasil possui relacionamento bancário. Deste modo, se faz necessário estudar se a população está sendo atendida e os motivos de quase 30% da população ser não bancarizada, reafirma os dados apresentados pelo Banco Mundial.

1.1 Problema de pesquisa

As diversas vulnerabilidades, que caracterizam parcelas significativas da população brasileira, compreendem fatores que resultam da junção de variáveis econômicas e políticas. Nesse sentido, se estrutura da seguinte maneira o problema de pesquisa: a região de influência imediata de Araguaína/TO, que compreende 21 municípios, apresenta sensíveis desigualdades populacionais cujos números variam entre 2.201 habitantes (caso de Carmolândia/TO) e 171.301 habitantes (caso de Araguaína/TO), (IBGE Censo, 2022). Sendo assim, em que medida o acesso a bancarização nos municípios da região de influência imediata de Araguaína é marcado pelo desenvolvimento desigual?

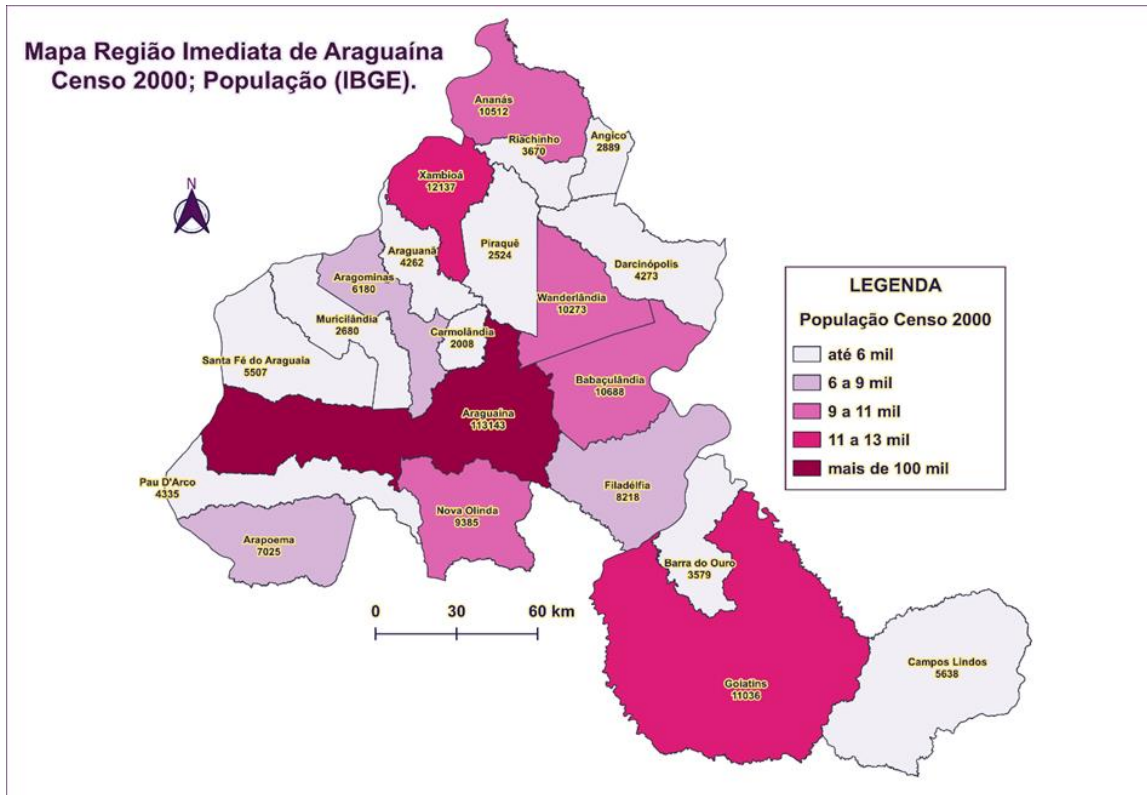
Apresentamos os mapas da Região de Influência Imediata com os Censos: 2022, 2010 e 2000. Com essa apresentação é possível visualizar que 20 dos 21 municípios que compõem a região, possuem menos de 13 mil habitantes (IBGE, 2023a).

Figura 4 - Mapa Censo 2010 da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.



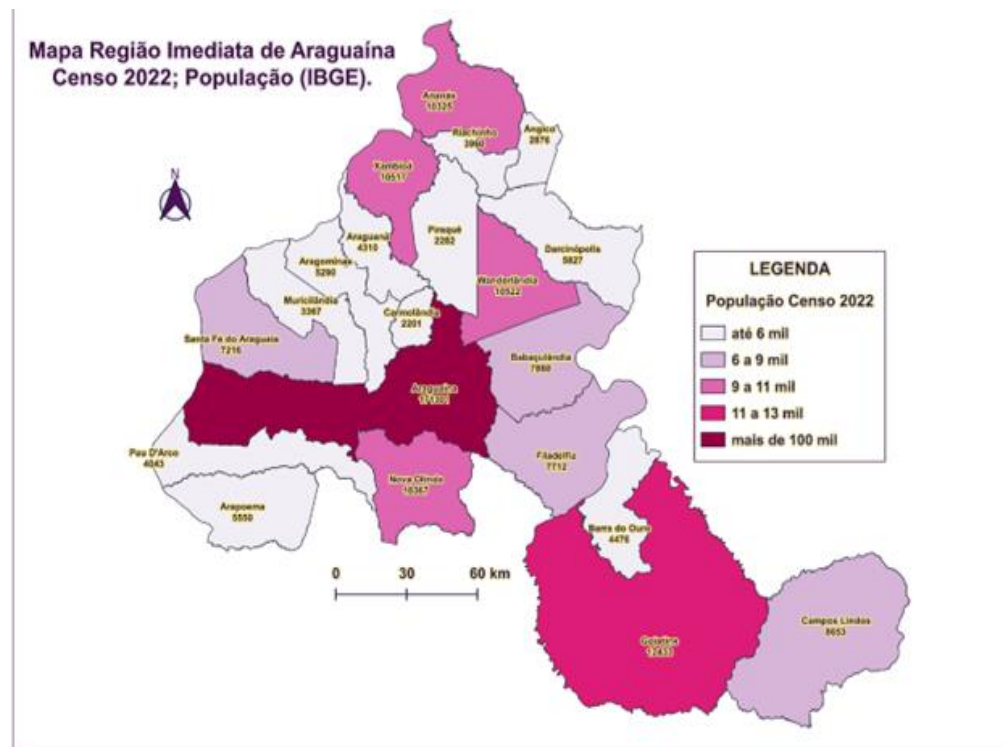
Fonte: Base Cartográfica IBGE (2023), IBGE (2010), Elaboração: A autora.

Figura 5 - Mapa Censo 2000 da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2023), Censo IBGE (2020), Elaboração: A autora.

Figura 6 - Mapa de localização geográfica da Região de Influência Imediata de Araguaína (2022)



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2023), Censo IBGE (2022), Elaboração: A autora.

De acordo com os dados do Censo 2022, com um total de 301.108 mil habitantes em toda a região, a população de Araguaína/TO representa 56,89% do total, enquanto Carmolândia/TO, apenas 0,73% (IBGE, 2023). No Censo de 2010 a população da região era de 286.623 mil habitantes e a de Araguaína/TO representava 52,50% do total (IBGE, 2010). Já no Censo de 2000, a população era de 239.962 mil, de total Araguaína/TO representava; 47,15%. Enquanto na região a população do Censo de 2000 para 2022, cresceu 25,48% a população de Araguaína/TO cresceu, 51,40% enquanto Babaçulândia/TO, perdeu (26,27%) de sua população.

Existem várias vulnerabilidades que caracterizam parcelas significativas da população brasileira, tais como, variáveis econômicas. O nosso enfoque será dá visibilidade ao aspecto econômico. Em que medida o desenvolvimento desigual se mostra no acesso a bancarização nos municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO?

1.1.1 Hipótese

Devido as questões já mencionadas até aqui, nesta pesquisa trabalhamos com a seguinte hipótese: as diversas fragilidades observáveis nos planos nacionais de desenvolvimento propostos pela gestão federal para a Amazônia Legal brasileira, somadas à ausência de parâmetros fortes para a criação de novos municípios, durante as décadas de 1980 e 1990, resultaram na estruturação de significativas desigualdades na região e que podem acarretar a constituição de padrões desiguais de acesso a bancarização.

1.1.2 Delimitação de Escopo

Este trabalho se concentrou nos 21 municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO. O objetivo principal foi investigar a existência e a ausência da rede de atendimento bancário nesses municípios, utilizando dados secundários fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB).

As seguintes atividades foram realizadas:

- Visitas a sete municípios com o objetivo de coletar dados primários sobre a presença e a operação de instituições bancárias.
- Análise dos dados secundários fornecidos pelo Banco Central do Brasil para obter uma visão geral do acesso à bancarização na região.
- Comparação dos dados coletados em campo com os dados do Banco Central para identificar possíveis discrepâncias ou tendências.

Este estudo não abordou:

- A qualidade dos serviços bancários prestados.
- Levantamento da quantidade e qualidade do quadro de funcionários da rede de atendimento.

Espera-se que este trabalho forneça uma visão detalhada do acesso à bancarização na região de Araguaína/TO, embora seja importante notar que a pesquisa esteve limitada aos dados disponíveis e ao escopo geográfico definido. Além disso, as conclusões deste estudo podem não ser aplicáveis a outras regiões devido às diferenças socioeconômicas e geográficas.

1.1.3 Justificativa

A diversidade urbana na Amazônia, com performances estruturadas por características diversas de suas cidades, com as especificações intrarregionais e vínculos com a biodiversidade da região, consolida sua diversidade com diferentes processos de urbanização. Heterogeneidade das cidades na Amazônia Legal, particularmente das cidades médias mesmo com seu hibridismo, manifesta alta fragilidade e possíveis rompimentos se os efeitos dos fatores sociais forem minimizados, ampliando a distância entre ser uma cidade pujante para um com altos níveis de discrepâncias sociais (Pacífico Filho *et al.*, 2020). Tabela comparativa da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO (RIIA).

Tabela 1 - Tabela comparativa dos 21 municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.

REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA							
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO CENSO (2022)	POPULAÇÃO CENSO (2010)	RENDA MÉDIA MENSAL DA POPULAÇÃO (2020)	POSIÇÃO DO IDH NO ESTADO	IDH (2010)	PIB PER CAPITA (2021)	DISTÂNCIA DE ARAGUAÍNA (KM)
Araguaína	171.301	150.520	R\$ 1.017,10	4º	0,752	R\$ 28.129,89	-
Arapoema	5.550	6.742	R\$ 166,56	20º	0,680	R\$ 49.244,74	156
Ananás	10.325	9.873	R\$ 288,87	31º	0,671	R\$ 16.933,69	118
Xambioá	10.517	11.484	R\$ 471,59	33º	0,671	R\$ 40.958,25	120
Pau D'Arco	4.043	4.588	R\$ 184,32	47º	0,661	R\$ 18.663,11	196
Angico	2.876	3.169	R\$ 199,40	60º	0,648	R\$ 13.892,42	129
Babaçulândia	7.880	10.446	R\$ 143,95	65º	0,642	R\$ 14.880,15	63,1
Carmolândia	2.201	2.305	R\$ 254,43	67º	0,640	R\$ 26.350,39	34,1
Wanderlândia	10.522	10.978	R\$ 186,27	74º	0,638	R\$ 15.566,87	51
Nova Olinda	5.787	10.686	R\$ 240,10	81º	0,631	R\$ 26.661,49	58,8
Piraquê	2.282	2.920	R\$ 149,02	91º	0,621	R\$ 29.605,14	65,4
Filadélfia	7.712	8.502	R\$ 219,51	92º	0,621	R\$ 14.543,77	108
Santa Fé do Araguaia	7.216	6.599	R\$ 239,22	100º	0,616	R\$ 22.913,12	72,5
Araguanã	4.310	5.030	R\$ 166,56	109º	0,604	R\$ 17.393,75	96
Barra do Ouro	4.476	4.123	R\$ 155,78	111º	0,603	R\$ 24.237,11	97,1
Aragominas	5.290	5.882	R\$ 188,60	119º	0,593	R\$ 17.255,24	42,1
Darcinópolis	5.827	5.273	R\$ 166,96	126º	0,581	R\$ 38.709,07	82,1
Goiatins	12.433	12.064	R\$ 191,26	129º	0,576	R\$ 17.535,44	155
Riachinho	3.960	4.183	R\$ 112,95	132º	0,572	R\$ 14.511,21	111
Muricilândia	3.367	3.152	R\$ 160,05	137º	0,596	R\$ 19.173,33	62,6
Campos Lindos	8.653	8.139	R\$ 174,50	138º	0,544	R\$ 95.662,12	244
Palmas (Capital)	302.692	228.332	R\$ 1.921,29	1º	0,788	R\$ 32.452,56	383
Tocantins	1.511.460	1.383.445		-	0,699	-	-

Fonte: IBGE (2010, 2021, 2022) e FGV Social/CPSa partir dos dados do IRPF 2020 (2025).

O município de Araguaína/TO possui um crescimento econômico potente, mas ao relacionar a qualidade de vida de sua população, e considerando parâmetros como saneamento básico, desigualdades sociais e segurança, ficam abaixo do esperado,

tornando visível vulnerabilidades sociais. No ano de 2010, o Tocantins cresceu 14,94% e a cidade de Araguaína/TO teve crescimento de 21,86%, um crescimento demográfico acima da média nacional que foi de 11,00%. Tendo sua posição geográfica na Amazônia Oriental, com centralidade do município na região de influência imediata, com ligações econômicas e sociais com as cidades de Marabá/PA e Imperatriz/MA, sendo estas também cidades médias (Pacífico Filho *et al.*, 2020).

De acordo com Sodré (2017), o centro de Araguaína/TO foi delimitado, considerando as ruas e trechos, com mais de 70% de concentração de atividades comerciais e prestação de serviços. No centro desta cidade, é possível encontrar uma variedade de serviços e produtos, encontrados em diversos segmentos: saúde, educação, alimentícios, vestuários, moveis, cartórios, escritórios, serviços administrativos do setor público nas esferas municipais, estaduais e federais, assim como serviços financeiros, agências bancárias, caixas eletrônicos e casas lotéricas. O centro ganha força com o encontro das principais avenidas da cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Araguaína/TO, é de 0,752 (IBGE-Cidades, 2010), ocupando a quarta posição entre os 139 municípios do estado do Tocantins. O importante papel frente as exportações, é favorecido em decorrência de ser um município de fronteira agrícola-mineral do país. O protagonismo de Araguaína/TO em sua região com uma estrutura de serviços típicos de cidades maiores, mas mantendo qualidade de vida, com suas características da Amazônia brasileira, a consolidam como uma cidade média (Pacífico Filho *et al.*, 2020).

A criação do estado do Tocantins em 1988, contribuiu para a expansão da fronteira e com isso potencializou o fluxo e ligações do foco das cidades médias em relação a suas regiões de influência. Araguaína/TO é, portanto, requisitada a exercer seu papel em suprir as demandas por diversos serviços e bens que surgem dos centros locais e cidades pequenas integrantes de sua região de influência imediata. E com a inexistência de metrópoles no estado, são as cidades médias que assumem o protagonismo socioeconômico (Sodré; Ramires, 2017).

Em sua região de influência imediata, Araguaína/TO não encontra configurações similares e por isso se destaca enquanto centro de referência. Um dos desdobramentos de tal contexto é a possível desigualdade entre os municípios que compõem o recorte espacial que vamos estudar. Essa desigualdade é inicialmente perceptível no que diz respeito ao contingente populacional de cada um dos municípios (Pacífico Filho *et al.*, 2022).

A pesquisa é necessária diante da importância do tema para o desenvolvimento regional e econômico. Entender como se dá o acesso a bancarização é necessário, pois, pode possibilitar esclarecer se a população possui serviços e produtos que atendem às suas demandas. A pesquisa se justifica também para entender se juntamente com o crescimento de Araguaína/TO, se houve ampliação da rede de atendimento bancária e como a população está sendo atendida.

E diante do baixo número de publicações voltadas para o objeto de pesquisa proposta, é importante a contribuição deste trabalho para esclarecimento e entendimento do tema. Foram realizadas pesquisas nas bases: Periódicos CAPES, Google Acadêmico e *Scielo*, utilizando os termos: Bancarização Araguaína, Bancarização Tocantins, Bancarização Região de Influência Imediata de Araguaína/TO. Pesquisa realizada entre os dias 22/08/2022 e 22/06/2023, não encontrou artigos, dissertações e teses.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender em que medida o acesso a bancarização se apresenta nos municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar as redes físicas de serviços bancários disponíveis na região de influência imediata de Araguaína;
2. Analisar comparativamente os municípios que compõem a região de influência imediata de Araguaína considerando a variável bancarização;
3. Analisar comparativamente os municípios que compõem a região de influência imediata de Araguaína excluindo-se aquele com os melhores marcadores para verificar ocorrência de homogeneidade.

1.3 Metodologia

A abordagem metodológica de nosso trabalho é de natureza exploratória qualitativa. Através desta perspectiva, descrevemos os fenômenos observados e os interpretamos dentro do contexto específico. De acordo com Silveira e Córdova (2009), a análise qualitativa é um tipo de pesquisa que não tem como foco a representatividade numérica, ela está pautada no entendimento do objeto pesquisado. Obtém-se frequentemente descrições qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre ambas (Lakatos; Marconi, 2003, p. 188). Ao ser adotado essa modalidade o pesquisador renúncia um único modelo para as ciências, considerando que as ciências sociais apresentam suas especificidades. Sustentando uma metodologia própria, contribuindo para que os pesquisadores não adotem o positivismo na vida social, sendo necessário, distanciamento de suas crenças, preconceitos, julgamentos e valores que interfiram na pesquisa (Silveira; Córdova, 2009).

O nosso trabalho de caráter exploratório, nos permite proximidade com o problema de pesquisa, facilitando o entendimento e possibilitando a criação de hipóteses (Silveira; Córdova, 2009). O *corpus* pesquisa será estruturado com os equipamentos da rede física de atendimento bancário, contemplando agências bancárias, postos de atendimento bancário (PAB), posto de atendimento eletrônico (PAE), e correspondentes bancários, presentes nos 21 municípios pesquisados.

Segundo glossário do BCB (2023), agência bancária é o local físico de uma instituição financeira entre outras instituições, que funcionam com autorização do BCB, sendo destinada à execução de ações para as quais foram autorizadas. O PAB é um ponto físico instalado por uma instituição financeira dentro de órgãos públicos e ou em empresas privadas, sendo atendimento exclusivo ao público interno do local no qual está instalado (BCB, 2023). De acordo com a resolução Nº 1.082 do BCB, no Art. 1º O Posto de Atendimento Bancário Eletrônico, Fixo ou Móvel (PAE), é uma extensão automatizada de dependências bancárias, que pode funcionar até 24 (vinte e quatro) horas por dia, ligada à central de controle e processamento. Correspondentes bancários, são empresas (pessoas jurídicas), como as lotéricas ou banco postal, contratadas pelos bancos e demais instituições autorizadas pelo Banco Central (BC) para prestar serviços de atendimento aos seus clientes e usuários (BCB, 2023).

Em nosso trabalho optamos por utilizar a coleta de dados secundários para análise detalhada e contextualizada, através de pesquisa eletrônica verificando que as informações sejam de caráter científico, procedência do *site* ou da *home page*.

Observação que faz uso dos sentidos para captação de alguns aspectos da realidade do tipo sistemática/não-participante sendo está uma observação passiva na qual o pesquisador não interfere nem participa do grupo observado (Gerhardt; Ramos; Santos, 2009).

Os dados fornecidos pelo site do BCB, verificamos *in loco* através de visitas em sete municípios da região de influência imediata pesquisada, para constatar a existência dos equipamentos, suas localizações e posição destes nos municípios. As visitas foram realizadas através do vínculo desta pesquisa com o Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína, que está em desenvolvimento pelo: Programa de Pós-graduação em Demanda Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), via proposta aprovada em edital nacional para pós-doutorado proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante as visitas aos municípios, realizamos registros fotográficos dos equipamentos, visando verificar sua adequação e o nível de cuidado dispensado a eles. Nossa abordagem considera principalmente a presença de equipamentos bancários, tais como: Agências bancárias (AG); dependência de instituições financeiras e outras instituições, autorizadas a operar pelo BCB, é direcionada para a execução das atividades para as quais a instituição esteja devidamente autorizada. Postos de atendimento bancário (PAB); implantados por instituições financeiras dentro das instalações de uma entidade da administração pública ou de uma empresa privada, tem como objetivo fornecer serviços exclusivamente relevantes para a instituição anfitriã. Ele está sempre vinculado a uma agência na mesma localidade, podendo operar com horário de atendimento diferenciado. Posto Avançado de Atendimento (PAA); uma filial de um banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica, estabelecido em uma área carente de serviços bancários oferecidos por agências ou outros Postos Avançados de Atendimento dessas instituições. Posto de atendimento cooperativo (PAC); estrutura operada por cooperativas de crédito, que oferece uma variedade de serviços financeiros, como abertura de contas, depósitos, saques, pagamentos, empréstimos e outros serviços bancários. Postos de atendimento eletrônico (PAE); e correspondentes bancários. Além disso, analisamos a distribuição espacial e geográfica desses equipamentos, buscando avaliar se o atendimento à população é equitativo e abrangente em todas as áreas (BCB, 2000).

Evidenciando a concepção de que a bancarização, como acesso da população aos serviços e produtos financeiros e à inclusão financeira na utilização destes produtos e serviços, apresenta a possibilidade de avaliação do alcance e entendimento acerca da população. Para esse propósito, a pesquisa se filiará à teoria do desenvolvimento geográfico desigual, permitindo analisar as desigualdades socioespaciais e a desigualdade socioeconômica, utilizando a condição geográfica para tanto.

A coleta foi conduzida com dados primários e secundários, os quais foram obtidos por meio de visitas a alguns municípios. É importante ressaltar que as visitas aos municípios foram realizadas de maneira aleatória, considerando o andamento do OOBRA desenvolvido pelo PPGDire. A seleção dos municípios para as visitas se baseou na manifestação de aceite para receber os pesquisadores, emitida pelas respectivas prefeituras. Após o envio de ofícios aos 21 municípios, as visitas ocorreram na ordem em que as respostas positivas foram recebidas. Nosso objetivo foi mapear in loco os equipamentos bancários existentes, visando a especialização em mapas temáticos.

Comprometidos em realizar um trabalho minucioso e eficiente. Inicialmente, as visitas foram planejadas para os 21 municípios. No entanto, devido às limitações de tempo e recursos, readequamos esse número, realizando visitas em apenas 7 municípios. Essa readequação foi necessária para garantir a qualidade e a profundidade da pesquisa, permitindo uma análise mais detalhada dos dados coletados.

Realizamos um levantamento presencial dos dispositivos bancários já instalados. Visitamos 7 municípios dos 21 da RIIA. A pesquisa documental foi através de fontes primárias contemporâneas não escritas (Lakatos; Marconi, 2008) utilizamos as fotografias dos mesmos equipamentos supracitados analisamos a partir da Análise de conteúdo. Coletamos os dados secundários, junto a instituições públicas e privadas como o Banco Central do Brasil (BCB), a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A análise dos dados coletados se faz em perspectiva comparativa em três momentos. Num primeiro momento, comparamos os dados dos 21 municípios, embora as visitas in loco tenham sido realizadas em apenas sete deles devido à limitação de tempo. Num segundo momento, foram comparados os dados de todos

os municípios excluindo-se aquele que apresenta os dados mais significativos. O objetivo de retirar o município com melhores dados é verificar se há homogeneidade entre os demais, fato que nos possibilitaria constatar ou não o desenvolvimento desigual entre um único município e os demais. Num terceiro e último momento, fizemos a análise dos dados dispostos nos dois momentos anteriores à luz da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, comparando os dados obtidos e estabelecendo hierarquia entre os marcadores de acesso a bancarização.

1.3.1 Metodologia da Pesquisa

Para a elaboração desta dissertação, foi adotado o método dialético, que se caracteriza pela análise das contradições inerentes aos fenômenos sociais e econômicos, buscando compreender a realidade em sua totalidade e dinâmica. O método dialético permite uma abordagem crítica e reflexiva, essencial para a análise das desigualdades no acesso aos serviços bancários e suas implicações no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO.

A dialética, conforme discutida por autores como Gadotti (1990) e Marconi e Lakatos (2019), envolve a compreensão dos fenômenos a partir de suas contradições internas e das relações de interdependência entre os elementos que os compõem. No contexto desta pesquisa, a dialética foi aplicada para analisar como a concentração de agências bancárias nos centros urbanos e a falta de infraestrutura bancária nos municípios menores contribuem para o desenvolvimento desigual e a exclusão financeira.

A pesquisa foi conduzida em três etapas principais: a coleta de dados, a observação in loco e a análise crítica. Na primeira etapa, foram coletados dados quantitativos e qualitativos sobre a distribuição de agências bancárias, a infraestrutura disponível e o acesso aos serviços financeiros nos municípios da região. Esses dados foram obtidos por meio de fontes secundárias, como relatórios do Banco Central do Brasil e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de estudos acadêmicos e artigos científicos que abordam a temática da inclusão financeira e do desenvolvimento regional.

Na segunda etapa, foram realizadas visitas em sete municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO no dia 14 de outubro de 2023 em Pau D'Arco, 21

de fevereiro de 2024 em Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, 14 de março de 2024 em Babaçulândia, 21 de março de 2024 em Darcinópolis, dia 11 de abril de 2024 em Xambioá e 18 de abril de 2024 em Piraquê onde se observou a presença ou ausência de redes de atendimento bancário.

Durante as visitas, foram realizados registros fotográficos que demonstram os locais de atendimento e os locais improvisados para a realização de serviços bancários. Essas observações permitiram uma análise detalhada da infraestrutura disponível e das condições de acesso aos serviços financeiros nos diferentes municípios. A observação direta possibilitou identificar as dificuldades enfrentadas pela população local em relação ao acesso aos serviços bancários, bem como as estratégias adotadas para contornar essas limitações.

Na terceira etapa, os dados coletados foram analisados à luz do método dialético, buscando identificar as contradições e relações de causa e efeito que permeiam a realidade estudada. A análise revelou que, enquanto alguns municípios possuem agências bancárias concentradas no centro e direcionadas para atender a população de maior poder aquisitivo, outros municípios carecem de serviços bancários básicos, como a possibilidade de realizar saques. Essa desigualdade no acesso aos serviços bancários não apenas segrega a população, mas também força os moradores a se deslocarem para outros municípios em busca de produtos e serviços financeiros básicos.

Como mencionado anteriormente, a readequação do número de municípios visitados foi uma decisão estratégica para otimizar os recursos disponíveis e garantir a precisão dos dados coletados. Essa abordagem permitiu uma verificação *in loco* mais eficiente, concentrando-se nos municípios que responderam aos ofícios enviados sem perder a diversidade da região de influência imediata de Araguaína.

Esse movimento de deslocamento gera uma série de consequências negativas para os municípios menos favorecidos. Primeiramente, a população acaba movimentando seu dinheiro em outras localidades, o que reduz a movimentação econômica em seu município de origem e distorce as informações sobre as movimentações financeiras locais. Além disso, a falta de agências bancárias e de serviços financeiros básicos impede a geração de empregos locais, contribuindo para a perpetuação das desigualdades socioeconômicas.

A ausência de serviços bancários básicos, como a possibilidade de realizar saques, afasta e segrega a população, forçando-a a buscar alternativas em outros

municípios. Isso não apenas gera um deslocamento físico, mas também implica em um deslocamento econômico, onde os recursos financeiros são gastos fora do município de origem, prejudicando a economia local. Os dados do PIX foram utilizados para demonstrar a circulação de valores nos municípios analisados. Contudo, a análise sugere que, do ponto de vista comercial para as instituições bancárias, a abertura de novas agências pode não ser considerada interessante.

1.3.2 Procedimentos Metodológicos

A aplicação do método dialético permitiu compreender que a inclusão financeira é um fator crucial para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais. A análise das contradições entre a concentração de serviços bancários nos centros urbanos e a exclusão financeira nos municípios menores revelou a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade no acesso aos serviços financeiros. Investimentos em infraestrutura bancária, letramento financeiro e tecnologias que viabilizem o acesso digital são essenciais para alcançar uma inclusão financeira mais ampla e justa. A inclusão financeira deve ser vista como parte de um conjunto maior de políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida, o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e segurança, além de fomentar a geração de emprego e renda.

A fotografia, como método de pesquisa qualitativa, tem demonstrado ser uma ferramenta para a investigação de fenômenos, como disposição e espacialização da rede bancária em regiões específicas. Ao capturar a realidade de forma visual, ela permite uma análise mais detalhada do ambiente, revelando nuances que podem passar despercebidas por outros métodos (UNITINS, 2023).

A fotografia, além de documentar a realidade, também facilita a identificação de fatores contextuais e sociais que influenciam o acesso à bancarização, proporcionando uma base para entendimento da escolha dos locais que possuem rede física de atendimento bancário. Conforme destacado por Rios, Costa e Mendes (2016) a fotografia permite capturar e interpretar experiências e fenômenos sociais de maneira mais rica e detalhada, explorando dimensões subjetivas e emocionais que, muitas vezes, não são capturadas por métodos tradicionais de coleta de dados.

A utilização da fotografia como técnica de pesquisa contribui para a triangulação de dados, fortalecendo a validade e a confiabilidade dos resultados. Ao

combinar fotografias com outras formas de dados, podemos construir uma compreensão mais robusta e multifacetada do fenômeno estudado. Além disso, a fotografia pode engajar de maneira mais ativa, servindo como gatilho para discussões e reflexões, promovendo uma participação mais significativa dos sujeitos envolvidos no estudo (Rios, Costa e Mendes, 2016).

No contexto da pesquisa sobre o acesso à bancarização, a fotografia pode ser utilizada para identificar padrões de distribuição e acessibilidade da rede de atendimento, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do desenvolvimento desigual na região. Ao combinar a fotografia com outras técnicas de pesquisa, como entrevistas e observações, é possível enriquecer a análise dos dados coletados e construir uma narrativa mais completa sobre o tema.

A análise fotográfica oferece uma oportunidade de capturar a subjetividade e a percepção dos indivíduos envolvidos. As imagens fotográficas podem revelar aspectos implícitos e sutis do comportamento humano, que são frequentemente negligenciados por métodos puramente textuais. As imagens podem capturar expressões faciais, posturas corporais e contextos ambientais que proporcionam uma compreensão mais rica das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa. Além disso, a fotografia serve como uma ferramenta narrativa, permitindo construir narrativas visuais que complementam e enriquecem os dados textuais (Rios, Costa e Mendes, 2016).

A pesquisa de Silva (2012), por exemplo, demonstra a relevância da fotografia na educação geográfica. Ao utilizar a fotografia para documentar diferentes aspectos da paisagem urbana, os alunos são incentivados a observar e interpretar o ambiente de forma mais detalhada e reflexiva, desenvolvendo suas habilidades de observação crítica e análise. Essa abordagem não só estimula o interesse dos alunos pelo estudo da geografia, mas também promove uma aprendizagem mais ativa e engajada (Silva, 2012).

A abordagem multirreferencial mencionada no texto sugere que a integração de diferentes métodos pode ampliar o potencial de interpretação e validação dos resultados (UNITINS, 2023). Dessa forma, o uso de fotografias não apenas documenta a realidade observada, mas também facilita a identificação de fatores contextuais e sociais que influenciam o acesso à bancarização, proporcionando uma base sólida para a elaboração de políticas públicas mais eficazes.

Sendo assim, a dissertação está organizada em 5 capítulos inter-relacionados, conforme descrito abaixo:

Capítulo 1: Introdução Este capítulo contextualiza o problema de pesquisa proposto, estabelece os objetivos da pesquisa e a hipótese; e relaciona o problema com a linha de pesquisa do programa de desenvolvimento e tecnologias sociais. Também são expostas as limitações do trabalho, proporcionando uma visão clara do escopo proposto.

Capítulo 2: Região de Influência Imediata de Araguaína/TO e Bancarização. Este capítulo apresenta uma descrição detalhada da região de influência imediata de Araguaína/TO, com ênfase no município citado. Discute-se sobre os planos nacionais de desenvolvimento e como eles impactaram a região. Analisa-se o surto municipalista nas décadas de 1980 e 1990 e seus efeitos na região. O conceito de bancarização é definido e explorado, e a relação entre bancarização e desenvolvimento é analisada, com base em pressupostos teóricos.

Capítulo 3: A ciência regional e o desenvolvimento geográfico desigual. Este capítulo continua com a fundamentação teórica, explanando sobre o desenvolvimento geográfico desigual e como ele se manifesta na região, além da exploração da ciência regional e sua aplicação ao estudo de Araguaína/TO.

Capítulo 4: Apresentação dos Dados. Este capítulo apresenta os dados coletados (banco, fotos, protocolo, dados coletados). Realiza-se a triangulação dos dados: teoria, documentos primários e secundários. São caracterizados os participantes da pesquisa, que são os 21 municípios da região de influência imediata de Araguaína/TO. Descrevem-se os instrumentos (visitas, fotos) e procedimentos (protocolo – roteiro inicial e suas atualizações de acordo com a evolução da pesquisa) utilizados para a coleta e tratamento dos dados.

Capítulo 5: Análise dos Materiais. Este capítulo é dedicado à análise dos materiais: equipamentos, rede de atendimento e bancarização. Realiza-se uma análise detalhada dos materiais utilizados na pesquisa e uma discussão sobre como a bancarização é medida e avaliada.

Conclusões: Contribuições da Dissertação e Trabalhos Futuros. Apresenta a conclusão, relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. Propõem-se possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida a partir das experiências adquiridas com a execução do trabalho. Faz-se um resumo dos principais achados da pesquisa.

2. REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIATA DE ARAGUAÍNA/TO: OS PLANOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO E O SURTO MUNICIPALISTA DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Durante as décadas de 1980 e 1990, o Brasil implementou uma série de planos nacionais de desenvolvimento. Estes planos, que visavam promover o crescimento econômico e a distribuição de renda, tiveram um impacto significativo nos municípios e nas regiões circundantes que foram beneficiadas. Por exemplo, os investimentos em infraestrutura, como estradas e serviços públicos, ajudaram a promover o desenvolvimento econômico, diante da instabilidade monetária o foco era a busca por estabilidade econômica integrando os planos nacionais e regionais de desenvolvimento (Matos, 2002).

Mesmo em municípios importantes para suas regiões, os planos nacionais de desenvolvimento e o surto municipalista tiveram um impacto significativo em suas áreas. No entanto, também resultaram em desigualdades socioespaciais que precisam ser abordadas. Esses planos buscavam promover o crescimento econômico e a distribuição de renda nas regiões de implantação, com localizações estratégicas, possibilitaram os benefícios dessas políticas (Lima *et al.*, 2020).

No entanto, o surto municipalista que ocorreu durante o mesmo período também teve um impacto profundo nas regiões. O movimento municipalista, que defendia a descentralização do poder e a autonomia dos municípios, levou à criação de novos municípios e à redefinição das fronteiras municipais (Oliveira, 2000). Em Araguaína/TO, isso resultou em uma maior autonomia e controle sobre os recursos locais, mas também levou a desafios, como a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços públicos para atender à crescente população (Oliveira, 2000).

Araguaína/TO é uma cidade média situada na região norte do estado do Tocantins, desempenha um papel crucial no planejamento urbano e regional. As cidades médias, são frequentemente vistas como motores de crescimento econômico e desenvolvimento regional. Elas atuam como centros de serviços e comércio para as áreas circundantes, fornecendo empregos e oportunidades econômicas para a população local e regional (Amorim Filho; Serra, 2001).

Além disso, como muitas cidades médias brasileiras, Araguaína/TO, desempenha um papel crucial no planejamento urbano e regional. Amorim Filho e

Serra (2001), destacam a importância das cidades médias no desenvolvimento regional, argumentando que elas atuam como centros de serviços e comércio para as áreas circundantes. Com sua localização estratégica e economia diversificada, é um exemplo perfeito disso.

Juntamente com outras cidades médias na Amazônia legal, como Imperatriz/MA e Marabá/PA, Araguaína/TO tem sido um importante indutor de desenvolvimento, mas também de desigualdades (Pacífico Filho *et al.*, 2020). Essas cidades têm experimentado um rápido crescimento econômico, mas também enfrentam desafios significativos, como a necessidade de melhorar a infraestrutura e os serviços públicos para atender à crescente população.

O perfil socioeconômico de Araguaína/TO, conforme descrito pela secretaria do planejamento e orçamento do governo do estado do Tocantins (Tocantins, 2021a), destaca a importância da cidade como um centro econômico regional. O município tem uma economia diversificada, com setores fortes em comércio, serviços e agricultura. Sua posição favorável, situada entre as regiões norte e nordeste do Brasil. Esta posição privilegiada tem contribuído para o crescimento e desenvolvimento de Araguaína, tornando-a um importante centro econômico regional (Tocantins, 2021a).

Porém, o rápido crescimento e desenvolvimento de Araguaína também trouxeram desafios. Um desses desafios é a desigualdade socioespacial. Como Silva (2016), argumenta em sua tese de doutorado, a rápida urbanização e o crescimento econômico em Araguaína/TO, resultaram em desigualdades socioespaciais significativas. Estas desigualdades são evidentes na distribuição desigual de recursos e oportunidades socioeconômicas no município.

No Brasil contemporâneo, a mobilidade das pessoas aumenta, paralelamente a muitas outras formas de exacerbação do movimento, e como resultado de uma divisão social do trabalho mais intensa. Eram 8,5% de brasileiros ausentes de seu estado de nascimento em 1940, 10,3% em 1950, 18,2% em 1960, 31,6% em 1970, 38,9% em 1980. Mais de metade dos brasileiros estariam vivendo, no fim do decênio, fora dos seus lugares de origem (Santos, 1993, p.119).

Ao mesmo tempo o Brasil também experimentou um surto municipalista. Este movimento, que defendia a descentralização do poder e a autonomia dos municípios, levou à criação de novos municípios e à redefinição das fronteiras municipais. Em Araguaína/TO, isso resultou em uma maior autonomia e controle sobre os recursos locais. No entanto, também apresentou desafios, como a necessidade de desenvolver

infraestruturas e serviços públicos para atender à crescente população (Oliveira, 2000).

Araguaína/TO, como muitas cidades médias brasileiras, tem experimentado um rápido crescimento econômico nas últimas décadas. No entanto, este crescimento não tem sido uniforme. Como Silva (2016), argumenta, a rápida urbanização e o crescimento econômico em Araguaína/TO, resultaram em desigualdades socioespaciais significativas. Estas desigualdades são evidentes na distribuição desigual de recursos e oportunidades econômicas na cidade.

Além disso, a sua localização geográfica, situada entre as regiões norte e nordeste do Brasil, tem sido um fator importante em seu desenvolvimento. Esta localização estratégica permitiu que Araguaína/TO, se beneficiasse de sua proximidade com outras regiões economicamente dinâmicas do Brasil. Isso, por sua vez, contribuiu para o crescimento econômico da cidade e para a diversificação de sua economia (Tocantins, 2021a).

A região geográfica imediata de Araguaína, conforme definida pelo instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), é uma região composta por 21 municípios no estado do Tocantins. Esta região desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional, atuando como um centro de serviços e comércio para as áreas ao entorno. Sua localização estratégica tem contribuído para o crescimento e desenvolvimento de Araguaína/TO, tornando-a um importante centro econômico regional.

No entanto, é importante notar que, embora esses municípios façam parte da mesma região geográfica imediata, cada um deles tem suas próprias particularidades e desafios. Por exemplo, alguns municípios podem ter uma economia mais diversificada, enquanto outros podem ser mais dependentes de um setor específico. Além disso, alguns municípios podem ter infraestruturas mais desenvolvidas, enquanto outros podem enfrentar desafios significativos em termos de acesso a serviços básicos. Portanto, é crucial considerar essas diferenças ao analisar a região de influência imediata de Araguaína/TO.

Os municípios que compõem a região de influência imediata de Araguaína/TO são: Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau-D'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá. Cada um desses municípios tem suas próprias

características únicas e desempenha um papel importante na região. Eles variam em tamanho, população e economia, mas todos contribuem para a diversidade e riqueza da região de Araguaína/TO.

As cidades médias, como Araguaína, desempenham um papel crucial na estrutura urbana e regional do Brasil. Elas são frequentemente vistas como um elo entre as áreas rurais e as grandes metrópoles, fornecendo serviços e oportunidades econômicas para a população local e regional (Sposito, 2007). Araguaína/TO, em particular, tem se destacado como uma cidade média de importância estratégica na região norte do Brasil.

Araguaína/TO tem experimentado um rápido crescimento econômico e urbanização nas últimas décadas. No entanto, este crescimento tem resultado em desigualdades socioespaciais significativas, evidentes na distribuição desigual de recursos e oportunidades econômicas na cidade (Trindade Jr.; Pereira, 2007). Essas desigualdades são um reflexo da reestruturação das cidades e da reestruturação urbana que ocorreu em muitas cidades médias brasileiras (Sposito, 2007).

Além disso, a urbanização em Araguaína/TO tem levado à emergência de novos conteúdos nas periferias urbanas. Isso é evidente no surgimento de loteamentos fechados, que são uma característica comum das cidades médias paulistas (Sposito, 2006). Esses loteamentos fechados representam uma nova forma de organização espacial que reflete as mudanças socioeconômicas em curso na cidade.

Araguaína/TO, também tem se beneficiado de sua localização geográfica, situada na Amazônia Legal oriental. Esta localização estratégica permitiu que o município se beneficiasse de sua proximidade com outras regiões economicamente dinâmicas do Brasil (Trindade Junior, 2011). Isso, por sua vez, contribuiu para o crescimento econômico da cidade e para a diversificação de sua economia.

A reflexão sobre o conceito de região na geografia contemporânea é fundamental para compreender as dinâmicas socioespaciais atuais. Uma geografia analítica começa a delinear uma paisagem com questões a serem resolvidas de cada região, permitindo uma compreensão mais ampla das diversas perspectivas teóricas e práticas relacionadas à região e à regionalização. Essa pluralidade de vozes enriquece o debate e contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas regionais (Soares, 2021).

A reflexão sobre o conceito de região na geografia contemporânea é um convite para uma análise crítica e reflexiva sobre as múltiplas dimensões socioespaciais que moldam nosso mundo. Ao reconhecer a complexidade e a fluidez da compreensão de região, podemos desenvolver abordagens mais inclusivas e contextualizadas para lidar com os desafios regionais. A regionalização é uma concepção multifacetada que evoluiu ao longo do século XX na geografia humana. É usado para entender e analisar a distribuição espacial de vários fenômenos, proporcionando uma estrutura para o debate atual sobre a regionalização da saúde. Pode ser usada para entender os aspectos materiais e imateriais que estão na base da formação de regiões no atual período da globalização (Contel, 2015).

A proposta de adotar a noção de biorregião, apresentada por Soares (2021), demonstra a importância de considerar não apenas os aspectos socioeconômicos, mas também os aspectos ambientais na definição e análise das regiões. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e holística na compreensão da complexidade das relações regionais. A região imediata, conforme definida pelo IBGE, é uma unidade geográfica que engloba várias cidades ou municípios que estão geograficamente próximas e compartilham características semelhantes. A região de influência, por outro lado, é uma área maior que inclui a região imediata e áreas mais distantes que são afetadas ou influenciadas pela cidade central. No caso de Araguaína, sua região de influência se estende muito além de sua região imediata (IBGE, 2018).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A CIÊNCIA REGIONAL E O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL. BANCARIZAÇÃO COMO CONCEITO ASSOCIADO AO DESENVOLVIMENTO

O debate marxista sobre o desenvolvimento pré-capitalista, capitalista e relações de classes, é antecessor ao debate do desenvolvimento desigual, contribuindo para ampliar discussões a respeito do tema. Possibilitando referência e partida para teorias que trazem reflexões a respeito de desenvolvimento e desigualdade, possibilitando o aprofundamento de diversos estudos. O contexto da Revolução Industrial no século XVIII, possibilita a hegemonia das classes burguesas ao capital tornando possível a acumulação financeira mundial. A comunicação e os transportes se tornam fundamentais para a expansão e domínio dos meios de produção (Barroso, 2018; Demier; Gonçalves, 2017).

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky (2017), nos auxilia refletir as mudanças econômicas, na produção dominante dos grandes detentores de capital e às questões sociais, culturais e políticas. A teoria se torna mais conhecida e popularizada após a Revolução de Outubro (1917), na Rússia, Trotsky aborda em sua lei de desenvolvimento desigual e combinado que as localidades atrasadas como tendo sua historicidade no desenvolvimento do capitalismo. Com elementos mais modernos dos locais mais avançados e sua adequação no ritmo material e até cultural destas nações desenvolvidas. Com isso é necessário pular etapas necessárias, para se adequar ao ritmo imposto (Barros, 1998).

A concepção de desenvolvimento desigual tem suas raízes em Lênin e, na tradição política de interpretação do desenvolvimento capitalista na Rússia, ganhou maior relevância na formulação de Trotsky. Por outro lado, a noção de desenvolvimento geográfico desigual, que é o foco deste contexto, é relativamente mais recente e está intrinsecamente ligada aos esforços empreendidos por geógrafos para elaborar uma teoria abrangente do desenvolvimento desigual (Theis, 2009).

Apesar de Trotsky não ter publicado especificamente a respeito do Desenvolvimento Desigual e Combinado, no livro História da Revolução Russa (2017), no capítulo I, ele apresenta que a Revolução Socialista na Rússia através de aspectos da economia e sociedade foram determinantes na conquista do poder por parte dos bolcheviques. Debatendo o amálgama de formas de produções arcaicas com as formas mais modernas.

Segundo Trotsky (2017), o capitalismo liga os países em seus meios de produção com o intuito de obtenção de lucro e unificando suas ações e comércios, tornando o mundo uma plataforma única, isso o distancia tanto de Lenin quanto de Karl Marx. Com uma visão dialética do desenvolvimento histórico e universalização do assujeitamento sem cumprir etapas, as nações menos desenvolvidas, de acordo com suas potencialidades, em vários momentos necessitam transpor etapas fundamentais para o desenvolvimento, cultural, econômico e político, para acompanharem as nações desenvolvidas, e acabam alcançando alguns traços sem mesmo terem aprendido como estes são construídos. Isso para uma nação historicamente atrasada é um obstáculo significativo.

Entretanto, para Trotsky (2017), as nações retardatárias teriam um certo privilégio em relação as nações que tiveram que passar por todas as etapas para se desenvolverem, pois é possível assimilar apenas o que deu certo e aquilo que não

funciona apenas ser descartado. Ele dá como exemplo a Revolução Francesa (1788-1789), em contraste com o insucesso da Reforma Protestante (século XVI), tornando-se assim um país precursor em uma revolução não religiosa.

A teoria se diferencia da clássica lei do desenvolvimento desigual e combinado, proposta por Trotsky (2017), ao aprofundar a análise das desigualdades em uma perspectiva espacial. Ao invés de focar apenas nas relações de poder entre nações e classes sociais, a Teoria investiga como o próprio sistema capitalista, Smith (1988), molda o espaço e gera disparidades geográficas. Podemos observar como o capitalismo impulsiona o desenvolvimento em algumas áreas enquanto marginaliza outras, criando bolsões de pobreza e riqueza em todo o globo.

Entre os autores que contribuem para disseminação do desenvolvimento geográfico desigual, estão: David Harvey (2004), Neil Smith (1988) e no Brasil temos Milton Santos (1993), que trata da urbanização desigual. A contribuição destes autores, se faz importante e indispensável para ampliar o debate a respeito da teoria, possibilitando a expansão do tema.

De acordo com Smith (1988), a divisão internacional do trabalho é influenciada pela distinção entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido. A geografia do desenvolvimento desigual considera as diferenças no espaço geográfico, resultando na divisão territorial do trabalho. Smith (1988) explora o aspecto social, envolvendo pessoas e empresas, o aspecto espacial, relacionado aos lugares, e o capital, entendido como valor. Ele discute a acumulação, concentração e centralização do capital.

A partir dos anos 1940, ocorreram importantes avanços na ciência regional, um campo com diversas áreas de atuação. August Losch (1939) contribuiu significativamente com o conceito de equilíbrio espacial do sistema, oferecendo um modelo unificador para diferentes abordagens específicas. Apesar da vasta atuação da análise urbana, ela pode ser organizada em quatro campos principais.

Os campos de análise são: localização das atividades econômicas, organização e estruturação do espaço, interações espaciais, desenvolvimento regional; tendo Walter Isard em 1949, como precursor. Sendo possível avaliar os modelos pelos setores, localização, análise da renda, bens e serviços, migrações, diferenças espaciais e estrutura econômica (Benko, 1999).

No âmbito do debate sobre o desenvolvimento brasileiro, estudiosos como Milton Santos (1993), recorrem, explícita ou implicitamente, ao conceito de

desenvolvimento desigual e combinado, e, conseqüentemente, ao desenvolvimento geográfico desigual. Essa abordagem mais recente está intrinsecamente ligada aos esforços dos geógrafos em construir uma teoria abrangente que considere as disparidades territoriais. Essa abordagem oferece lentes valiosas para compreender o paradoxo da geografia contemporânea sob o capitalismo globalizado, desafiando a ideia de que o desenvolvimento desigual é inevitável e um obstáculo intransponível à mudança (Theis, 2009).

Homer Hoyt (1937), pioneiro da economia urbana, lançou as bases da Teoria do Multiplicador Urbano, demonstrando o impacto multiplicador de investimentos em áreas específicas de uma cidade. Em 1949, Walter Isard, inspirado pela economia Keynesiana e pelos trabalhos de outros autores, aprimorou e fortaleceu a teoria, incorporando a análise regional. Essa expansão permitiu a aplicação da teoria em diferentes contextos geográficos, como cidades, regiões e países. A Teoria do Multiplicador Urbano, aprimorada por Isard, tornou-se uma ferramenta fundamental para o planejamento urbano e regional (Benko, 1999).

A escolha pela localização para instalação dos empreendimentos é determinada pelos proprietários como sendo a base para o sucesso ou insucesso do negócio, considerando que esta escolha pode ser fundamental para os custos do negócio. Sendo ela atrativa ao público a ser atendido. Sem esquecer o poder público como interessado na organização e atividades do espaço (Sposito, 1991).

Com o passar dos anos, os fatores que mais influenciavam a decisão por qual localização escolher, foram variados. Nos anos 50 foram a capacidade de ir e vir, os recursos e investimentos, a localização dos parques industriais, o crescimento econômico e a urbanização. Já nos anos 60 e 70, a concentração de atividades e a especialização de espaços. Mas o que sempre ditou esta escolha foi o potencial crescimento de lucro (Benko, 1999).

A teoria da localização busca explicar a dinâmica de como as empresas se estruturam espacialmente, identificando as razões que influenciam essas decisões. Dessa forma, ela fornece material para avaliar essas escolhas, considerando a interferência do ambiente, bem como as regras e leis que governam a fluidez espacial dos empreendimentos (Benko, 1999).

Altas concentrações dos chamados recursos naturais, assim como aglomerações de populações com determinadas características culturais, habilidades arranjos culturais e aptidões passíveis de serem incorporadas as dinâmicas de valorização, realização e distribuição de capital, criam um

mundo de vantagens geográficas diferenciais para a acumulação de capital. O mosaico de regimes de valor regionais se apoiou desde sempre na proliferação, na preservação em alguns casos, até mesmo na criação ativa de tradições, hábitos e preferências culturais locais, aos quais as populações subscrevem e aderem, mesmo sem a inovação do poder muitas vezes acachapante dos sentimentos nacionalistas. E aqui que a definição de valor do capital se confronta e, em certos aspectos, se mistura a ideias mais tradicionais de valor como articuladas pela ética, religião, cultura ou herança étnica (Harvey, 2018, p. 162).

Houve diversas contribuições para aperfeiçoamento da teoria, após o final dos anos 60, Allan Pred, acreditava no espaço para uma teoria da localização baseada no aprimoramento das teorias tradicionais de Weber (1909) e Lösch (1940), como variáveis psicológicas, limitações sociais e comportamento. Hebert Simon (1958) que aponta a teoria da decisão e os estudos a respeito do conhecimento (behavioristas), e a atuação das organizações (Benko, 1999).

Simon (1958) apresenta objeção a ideia de racionalidade, em suas análises proporciona que os agentes de decisão não agem com irrepreensível conhecimento, não sendo possível ter todas as informações necessárias. Impossibilitando o controle total das informações. As decisões também surgem dos ambientes econômicos diferentes. Considerar o fator incerteza (Benko, 1999).

Philippe Aydalot (1983) elaborou uma teoria de inspiração marxista: a divisão espacial do trabalho, como opção para explicar através de seus estudos a teoria neoclássica da localização. Os estudiosos colocam as grandes organizações no centro de suas atenções, considerando serem dominantes do espaço. Predominante nas distancias e espaços, determinando pelo volume financeiro destas organizações (Benko, 1999).

De acordo com Santos (2012), o dinheiro surge como uma consequência natural da intensificação das atividades econômicas, tornando-se um elemento indispensável e assumindo a função de equivalente universal nas negociações. Inicialmente, o dinheiro se manifesta em âmbito local. Com o tempo, surge a necessidade de um sistema monetário mais abrangente, para acompanhar o comércio e da circulação de bens a longas distâncias. Período marcado por diversas divisões monetárias, refletindo um mundo com pouca mobilidade, ritmo lento e estável, onde os fragmentos territoriais se apresentavam quase autossuficientes.

Aydalot (1983) realizou progressos em relação a heterogeneidade do espaço que servirá de apoio para a decisão quanto a localização. Embasou que o trabalho era o maior motivador para o arranjo espacial e assim determinante para a localização.

Considerando como propulsor para o entendimento das formas do desenvolvimento regional e urbano a ligação das empresas e suas forças de trabalho. Considerou também as mudanças das produções e modos de vida. (Benko 1999).

A estrutura socioespacial, dos novos eixos de crescimento das indústrias trouxe uma nova referência. A ocupação das organizações com seus poderes econômicos, influenciam na estrutura de moradia, na forma que os trabalhadores se dispõem a reivindicar e os segmentos empresariais vão com seus conglomerados transformando os espaços geográficos (Benko, 1999).

A abordagem de Marx e Engels ao problema do desenvolvimento geográfico desigual e ao ajuste espacial é um tanto ambivalente. De um lado, questões de urbanização, de transformação geográfica e de globalização” têm lugar proeminente em sua argumentação, mas, de outro, potenciais ramificações das reestruturações geográficas tendem a se perder numa modalidade retórica que privilegia em última análise o tempo e a história em detrimento do espaço e da geografia (Harvey, 2004, p. 40).

François Perroux (1955) é um dos primeiros a tratar a indagação espacial na economia. O crescimento não ocorre por igual em todos os espaços e ao mesmo tempo, surge em determinados ângulos de crescimento com potência variável. Crescimento influenciado pela forma espacial e industrial das localidades e estruturas urbanas. Tendo o crescimento regional influência do crescimento urbano (Benko, 1999).

Oliveira (2014) explica que o desenvolvimento regional é um processo multidimensional. Seu esteio compõe vários agentes sociais relacionados a produção e distribuição de riqueza. A gestão do desenvolvimento regional requer dispositivos específicos. Essa gestão é composta por tecnologias inovadoras, além de estratégias sociais e políticas públicas.

A perspectiva multidimensional do desenvolvimento regional organiza uma ciência, compondo várias disciplinas a ele pertencentes. O objeto no campo disciplinar apresenta um distanciamento a ser removido, os debates a respeito do conhecimento elaborado, proporciona bases epistemológicas e metodológicas, vinculados a formulação de um novo campo disciplinar (Oliveira, 2014).

O desenvolvimento regional com seus diversos níveis de abordagens e atuações, permite várias análises e possibilidades para entendimento de suas ramificações. Como em diversos pontos para reconhecimento de problemas a serem solucionados. As questões a serem respondidas são diversas, múltiplas e amplas.

Para tanto, é necessária uma abordagem variada. Nos países pobres, os problemas são mapeados com facilidade, os macroeconomistas convergem ao indicar estes problemas a serem atacados: inflação e desemprego. Na economia regional, quais seriam estes problemas? Neste caso, os especialistas não comungam do ponto central para desvendar a centralidade do problema. Para uns a concentração da produção, já outros avaliam que seja a desigualdade de renda e existem os que atribuem a perda da potência econômica (Monasterio, 2010).

Monasterio (2010), apresenta os conceitos de problema regional. Para o autor, aglomeração é o gerador inicial da atividade econômica no espaço. Algumas regiões tendem a concentrar uma fatia maior da produção. Para os que fundamentam o problema regional na aglomeração, se baseiam em três grupos: a priori (produção sem distribuição homogênea), política (instabilidade) e economia (distribuição espacial insuficiente). Sendo necessário considerar uma infinidade de variáveis.

O direito à cidade, transcende a mera permissão de acesso individual ou grupal aos recursos urbanos. Ele engloba a capacidade de alterar e reinventar a cidade de acordo com nossas aspirações mais profundas. Este direito é mais coletivo do que individual, pois a reinvenção da cidade inevitavelmente requer o exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de nos transformar e transformar nossas cidades é um dos nossos direitos humanos mais valiosos, embora frequentemente negligenciado (Harvey, 2014).

O problema regional como crítica à concentração e espacialização, aborda que algumas regiões ao serem especializadas ou concentradas em alguns setores acarreta que outras não serão nestes mesmos setores. Com isso, surgem os grupos de interesse que podem a medida de suas necessidades pressionar o mercado. A descoberta de ramos potenciais para estas regiões pode contribuir (Monasterio, 2010).

As cidades, com suas diversas características humanas, são moldadas pelas práticas que realizamos em seus vários espaços. Mesmo que esses espaços estejam sujeitos a delimitações, controle social e apropriação, tanto por interesses privados quanto públicos, eles ainda são palcos de nossas interações cotidianas. No entanto, é importante distinguir entre espaços e bens públicos e os chamados, bens comuns. Sendo estas pautas de domínio do Estado, administração pública e do setor privado e que podem não representar o bem para todos (Harvey, 2014).

Nas regiões com dimensões de bem-estar consideravelmente inferiores às outras, o problema regional como desigualdade inter-regional de indicadores de bem-estar, tem considerável fator a renda *per capita* como o problema genuíno. O desfecho positivo seria possível com a diminuição entre a renda *per capita*, nas regiões mais carentes e nas regiões com maior desenvolvimento econômico, exigindo políticas regionais ágeis (Monasterio, 2010).

Segundo Monasterio (2010), os problemas regionais incluem a concentração de renda e o baixo rendimento em determinadas áreas, afetando o bem-estar dos grupos de menor renda. Além disso, existem trajetórias indesejadas da renda *per capita*, onde algumas regiões perderam sua posição relativa que carecem de investimentos e oportunidades adequadas.

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançado nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (Santos, 2012, p. 113).

As políticas públicas que surgem da aderência de conceitos distintos de problema regional podem gerar conflitos ao solucionar um problema, surgir um novo a partir da solução do anterior. Redução da aglomeração (redução do bem-estar de outros), política de incremento de renda (afastamento), industrialização das áreas deprimidas (distribuição de renda) e a tentativa de revitalização (aglomeração e ou desigualdade) (Monasterio, 2010).

Os espaços e bens públicos urbanos sempre foram uma questão de atenção estatal e administração pública. Eles não são necessariamente um benéfico para a classe proletária urbanizada. A administração pública muitas vezes se vê obrigada a fornecer bens públicos, como habitação social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação de ruas, saneamento e água, para uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam significativamente para as qualidades dos bens comuns, é necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendem se apropriar deles ou concretizar essas qualidades (Harvey, 2014).

Monasterio (2010) conclui que as políticas públicas nacionais, são amplamente duvidosas no que pontua a medida para diminuição dos problemas regionais. Mesmo com explicações econômicas embasadas nas políticas regionais. Apontando as

fissuras no mercado que propiciam o surgimento de problemas regionais, as lacunas deixadas pelo governo podem ser comparadas ou até mais graves do que as do mercado.

As disparidades geográficas em termos de riqueza e de poder aumentam, dando à cidade o perfil de um universo metropolitano de crônico desenvolvimento geográfico desigual. Por um curto período, os subúrbios metropolitanos drenaram riqueza da parte central da cidade, mas agora também eles têm "problemas", ainda que seja neles, quando isso acontece, que surge a maioria dos novos empregos. Assim, a riqueza se movimenta, seja se afastando ainda mais da cidade. Rumo a ex-urbes que excluem explicitamente os pobres, os desprivilegiados e os marginalizados, seja se fechando por trás de altos muros, em "privatopias" suburbanas ou "comunidades fechadas" na área urbana (Harvey, 2004, p. 201).

Adam Smith, em sua obra "A Riqueza das Nações", dedica considerável atenção ao processo de acumulação de capital e sua relação com o crescimento econômico. Para o filósofo escocês, a riqueza de uma nação não se encontra na simples acumulação de dinheiro, mas na sua circulação através da economia. O dinheiro, como meio de troca, facilita a geração de riqueza ao permitir a troca de bens e serviços, enquanto o dinheiro estagnado não contribui para o crescimento econômico; sua circulação ativa, por outro lado, estimula o mercado e promove o desenvolvimento (Smith, 2003).

O papel dos bancos é essencial, pois não apenas guardam o dinheiro, mas o colocam em movimento ao emprestar para investimentos produtivos. Este processo aumenta o capital disponível para empreendimentos comerciais e industriais, impulsionando o crescimento econômico. Assim, o sistema bancário atua como um motor para a circulação de capital, essencial para a população. No entanto, a falta de acesso ao crédito impede que muitos indivíduos e empresas participem plenamente da economia formal, dificultando investimentos em negócios, aquisição de bens e aumento da produtividade (Smith, 2003).

Smith (2003) estabelece uma distinção crucial entre trabalho produtivo e improdutivo. O trabalho produtivo, que gera bens e serviços que podem ser vendidos no mercado, é o motor da acumulação de capital. Em contraste, o trabalho improdutivo, embora necessário para o funcionamento da sociedade, não contribui diretamente para o aumento da riqueza. Essa distinção é fundamental para entender como a acumulação de capital ocorre e pode levar à concentração de riqueza em determinadas mãos.

A concentração de capital em poucas mãos pode aprofundar as desigualdades sociais e econômicas, limitando as oportunidades para aqueles que não possuem acesso a recursos financeiros. É importante ressaltar que a teoria de Smith foi desenvolvida em um contexto histórico e social diferente do atual. A economia globalizada e a crescente complexidade dos sistemas financeiros exigem uma análise mais aprofundada das dinâmicas da acumulação de capital. Além disso, a questão da desigualdade, menos evidente na época de Smith, não é um problema central em sua obra, tornou-se um dos principais desafios do mundo contemporâneo (Smith, 2003).

A teoria de Adam Smith sobre a acumulação de capital continua sendo relevante para a compreensão dos processos econômicos contemporâneos. No entanto, é preciso adaptá-la ao contexto atual, considerando as especificidades de cada região e os desafios da desigualdade. A análise da relação entre a acumulação de capital e o acesso à bancarização na região de Araguaína/TO pode contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficazes para promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social (Smith, 2003).

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil, apesar de se fundamentar nos mesmos três pilares do IDH Global, expectativa de vida (Longevidade), instrução (Educação) e padrão de vida (Renda), possui uma amplitude maior: ele adapta a metodologia global para a realidade brasileira e leva em consideração a existência de indicadores nacionais. Mesmo que ambos os índices avaliem os mesmos aspectos, os indicadores usados no IDHM são mais apropriados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas do Brasil. (PNUD, 2024).

Além do IDHM, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil oferece mais de 330 indicadores socioeconômicos que possibilitam uma análise mais completa e detalhada do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas do país (PNUD, Atlas Brasil, 2024). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi estabelecido com o objetivo de ressaltar que o desenvolvimento das capacidades humanas deve ser a prioridade ao avaliar o progresso de uma nação (PNUD, 2024).

O desenvolvimento humano é o processo que visa a expansão das liberdades individuais, considerando suas habilidades e oportunidades. Este processo pode ser

interpretado como o crescimento pessoal através do aprimoramento de habilidades humanas, com a participação ativa dos indivíduos no centro dos processos que permitem a valorização e melhoria da qualidade de vida (PNUD, 2024).

A perspectiva do desenvolvimento humano coloca as pessoas no núcleo da análise do bem-estar, uma visão adversa à ideia de desenvolvimento ancorada no crescimento econômico. Esta abordagem redefine a forma como pensamos e lidamos com o desenvolvimento em diferentes escalas territoriais. A popularização desta abordagem ocorreu com a criação e adoção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma medida alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) para avaliar o grau de desenvolvimento humano de um país (PNUD, 2024).

O crescimento econômico de uma sociedade, por si só, não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, resulta no reforço das desigualdades. É essencial que este crescimento seja entendido como parte do processo de expansão das liberdades e seja convertido em conquistas tangíveis para as pessoas: saúde infantil melhorada, educação universal e de qualidade, maior participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio de renda e oportunidades para todos, maior liberdade de expressão, entre outros (PNUD, 2024).

Seguindo a ordem das visitas, apresentamos os municípios. Estivemos em sete dos vinte e um municípios da RIIA. No dia 14 de outubro de 2023 em Pau D'Arco, 21 de fevereiro de 2024 em Muricilândia e Santa Fé do Araguaia, 14 de março de 2024 em Babaçulândia, 21 de março de 2024 em Darcinópolis, dia 11 de abril de 2024 em Xambioá e 18 de abril de 2024 em Piraquê onde se observou a presença ou ausência de redes de atendimento bancário. Apresentamos os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para os anos de 1991, 2000 e 2010, juntamente com as fotos da rede física de atendimento bancário e os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023. As análises desses dados foram concluídas e serão disponibilizadas conforme a ordem do trabalho de campo. As visitas foram realizadas através do OOBRA, contribuindo com a organização e eficiência na coleta de informações através dos protocolos.

4.1 Pau D'Arco

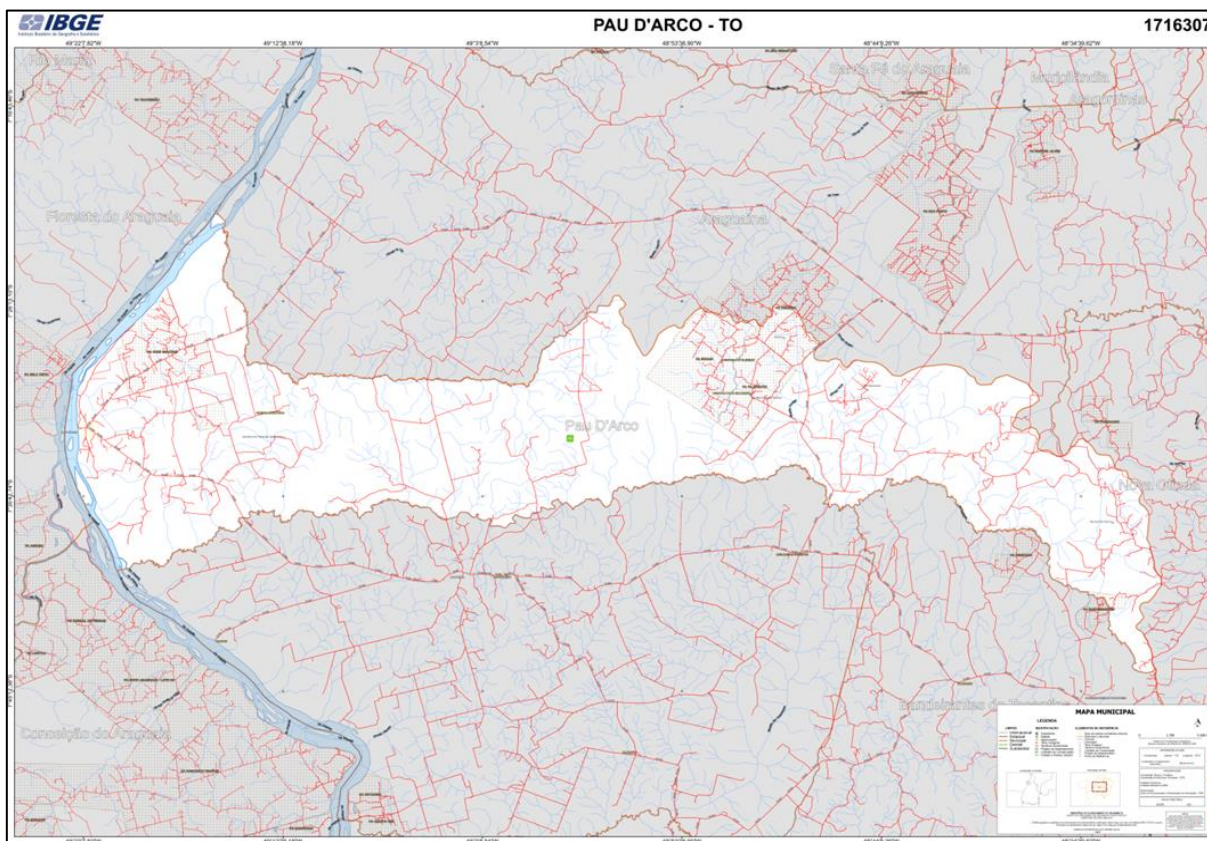
Nossa equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da (UFNT), realizou no

dia 14 de outubro de 2023, uma visita técnica à Pau d'Arco/TO, das 08h às 17h. Esta ação faz parte do Projeto "Observatório da região de influência imediata de Araguaína – TO: cidade, discurso e infância". Visitamos vários espaços públicos urbanos, seguindo os protocolos de observação desenvolvidos por nós pesquisadores. Além disso, realizamos uma reunião com representantes do poder executivo e legislativo local para apresentar o projeto e estabelecer parcerias para o acesso a dados institucionais.

Com a criação do estado do Tocantins, começou o movimento político pela emancipação de Pau D'Arco, liderado por Valdiná Moraes, Manoel Piauí, Zé Romão. No dia 10 de fevereiro de 1991, foi realizado plebiscito, cujo resultado dava condição para sua autonomia política. No dia 20 de fevereiro de 1991, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins a Lei 251 (Tocantins, 1991) que criava o município de Pau D'Arco, desmembrando-o dessa forma do município de Arapoema (Prefeitura de Pau D'Arco, 2023).

Pau D'Arco foi fundada em 10 de fevereiro de 1991, desmembrando-se do município de Arapoema, e sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1993, localizada na margem direita do rio Araguaia (Prefeitura de Pau D'Arco, 2023). A cidade, que fica a 408 km da capital do estado, Palmas e a 196 km de Araguaína (Tocantins Perfil Socioeconômico, 2017), tem uma população de 4.043 habitantes (IBGE Censo, 2022). Mapa de Pau D'Arco (IBGE, 2023).

Figura 7 - Município de Pau D'Arco/TO



Fonte: IBGE (2022)

O município de Pau D'Arco, está localizado na região Noroeste do Tocantins, tem uma história rica que remonta ao final do século XIX, durante o ciclo da borracha. A cidade deve seu nome a uma árvore de Ipê, também conhecida como Pau D'Arco, que estava caída à margem do rio Araguaia. Este local se tornou um ponto de parada para as embarcações que passavam em direção a Belém do Pará, dando origem ao porto de Pau D'Arco (Prefeitura de Pau D'Arco, 2023).

Com o fim da Era da Borracha, a economia de Pau D'Arco passou a ser impulsionada pela exploração madeireira, a atividade agropecuária e a caça de animais silvestres. Em 1955, a atividade garimpeira de cristal no Gorgulho (Arapoema) e de Ametista (Pará) deu um enorme impulso ao desenvolvimento econômico de Pau D'Arco, então distrito do município de Araguacema (Prefeitura de Pau D'Arco, 2023). Na tabela a seguir temos a organização dos dados do IDHM e suas composições, para um comparativo se houve evolução dos índices de desenvolvimento humano do município.

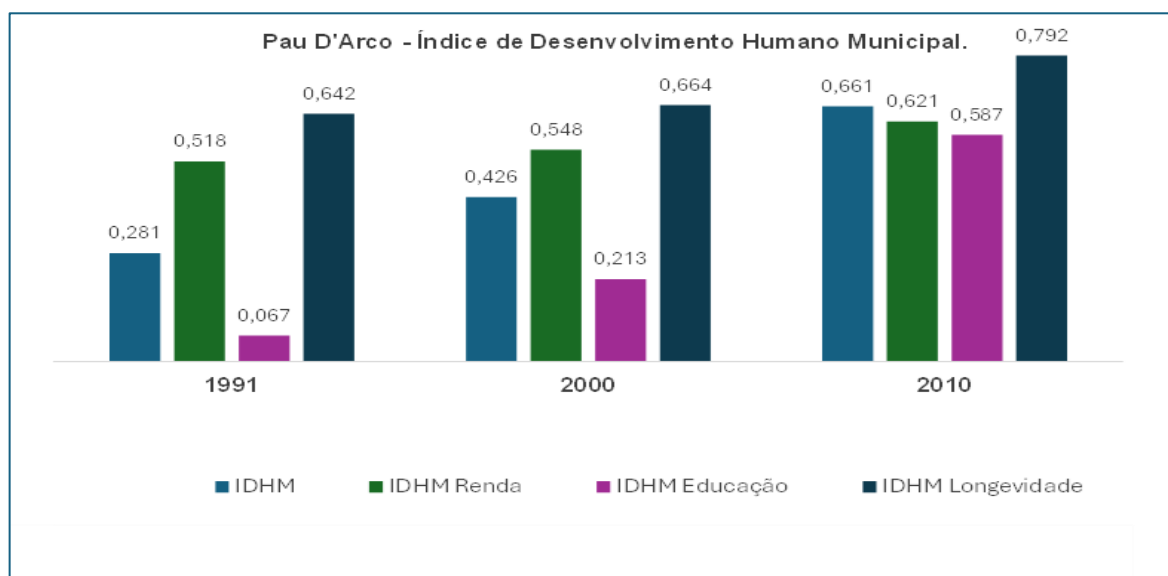
Tabela 2 - IDHM: Pau D'Arco; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000

Índices Pau D'Arco	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,281		0,426		0,661	47
IDHM Renda	0,518		0,548		0,621	
IDHM Educação	0,067		0,213		0,587	
IDHM Longevidade	0,642		0,664		0,792	
IDH	0,281		0,426		0,661	

Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: A autora.

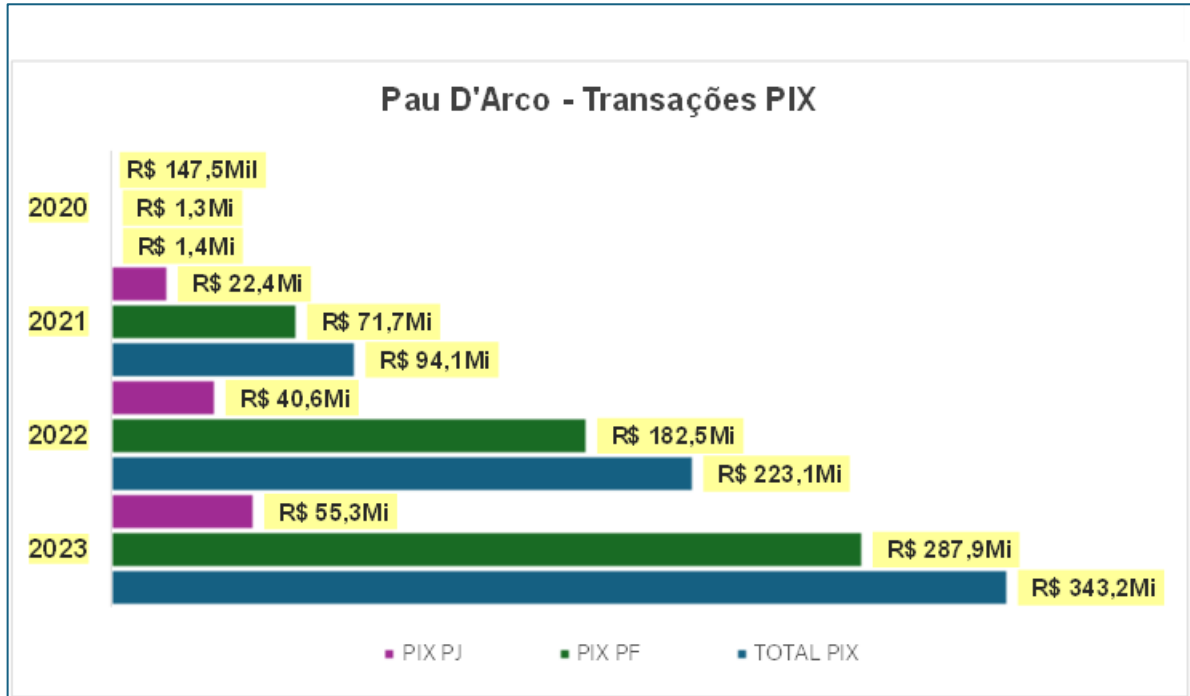
Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pau D'Arco



Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: A autora.

Gráfico 2 - Transações em PIX em Pau D'Arco (2020, 2021 e 2022)



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração: A autora

Figura 8 - Conjunto de imagens. A: PA Bradesco, B: PA Bradesco, C: PA Bradesco, D: PA Bradesco, E: Farmácia Esmeralda, F: Posto Araguaia, G: PA Bradesco.

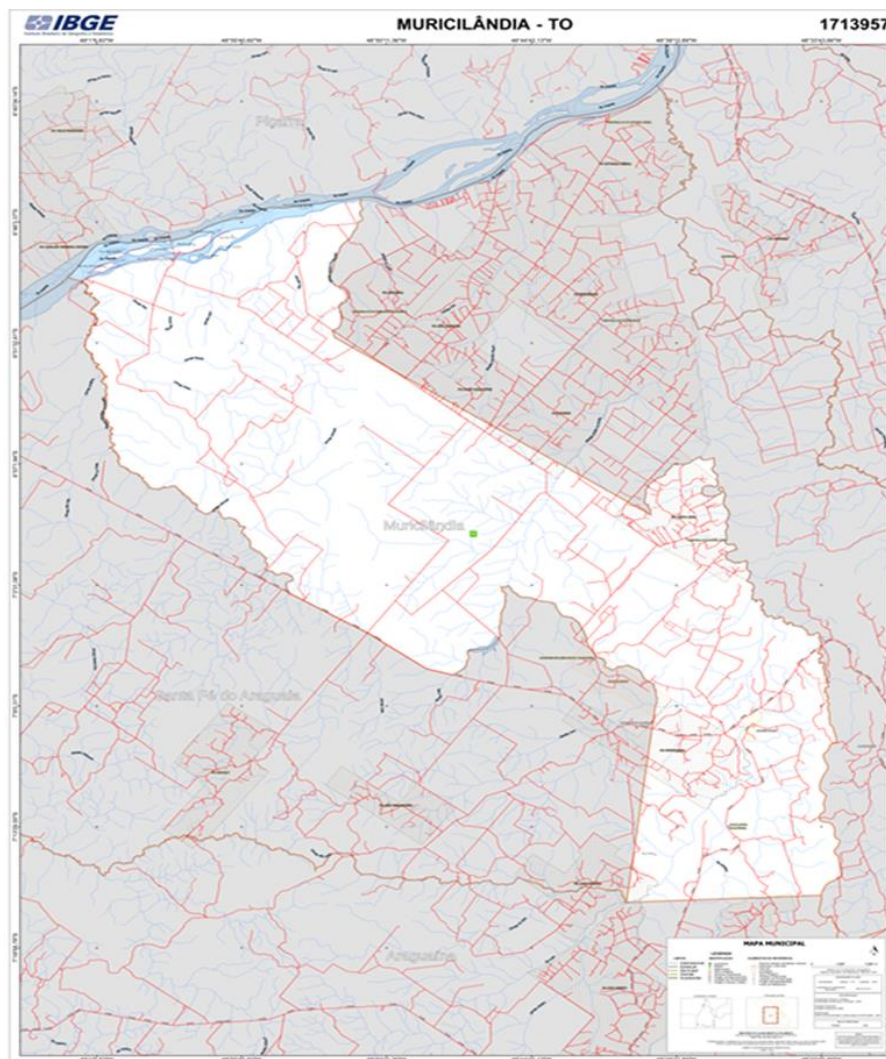


Fonte: Autora (2024)

4.2 Muricilândia

A visita técnica à Muricilândia/TO, ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2024, como parte das atividades do projeto: Observatório da Região de Influência Imediata de Araguaína - TO: cidade, discurso e infância. A visita, ocorreu das 08h30 às 17h, sendo realizada no mesmo dia uma visita à Santa Fé do Araguaia/TO, ela foi conduzida por nossa equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). Esta ação tem sido fundamental para o progresso de nossa pesquisa de dissertação, que está diretamente ligada ao projeto mencionado. Mapa de Muricilândia (IBGE, 2023).

Figura 9 - Município de Muricilândia



Fonte: IBGE (2022).

Residentes mais antigos relataram, que Muricilândia começou a ser formada em 1952. Nesse período, várias famílias do Nordeste, em busca de melhores condições de vida, se estabeleceram nas proximidades do rio Muricizal, que funcionava como uma rota para os primeiros migrantes. Assim que se estabeleceram, começaram a desbravar a floresta para, em seguida, cultivar suas plantações (Muricilândia, 2023). O distrito de Muricilândia foi estabelecido sob a Lei Municipal nº 55, datada de 15 de dezembro de 1963 (Goiás, 1963), sendo dependente do município de Araguaína. Muricilândia possui uma população de 3.367 habitantes (IBGE, 2022).

A Lei Estadual nº 251 de 20 de fevereiro de 1991, estabeleceu Muricilândia como município (Tocantins, 1991), sendo alterado os limites pela Lei Estadual nº 498 de 21 de dezembro de 1992 tendo em seu texto também o desmembramento de

Araguaína (Tocantins, 1992). Em fevereiro de 1991, Muricilândia foi emancipada, elegendo seu primeiro prefeito, o empresário Rubens Gonçalves de Aguiar, no ano seguinte. A cidade recebeu esse nome devido à abundância de árvores frutíferas chamadas Murici na região. (Muricilândia, 2023).

Com o passar do tempo, o pequeno povoado foi se desenvolvendo até que, em 1988, alcançou o status de distrito. Em fevereiro de 1991, Muricilândia foi emancipada, elegendo seu primeiro prefeito, o empresário Rubens Gonçalves de Aguiar, no ano seguinte. A cidade recebeu esse nome devido à abundância de árvores frutíferas chamadas Murici na região (Muricilândia, 2023, Goiás, 1988, Tocantins, 1991). Na tabela a seguir temos a organização dos dados do IDHM e suas composições, para um comparativo se houve evolução dos índices de desenvolvimento humano do município:

Tabela 3 - IDHM: Muricilândia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).

Índices Muricilândia	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0.331		0.386		0,596	137
IDHM Renda	0.500		0.509		0,543	
IDHM Educação	0.139		0.173		0,524	
IDHM Longevidade	0.523		0.655		0,745	
IDH	0,331		0,386		0,596	137

Fonte: PNUD (2023), Censos Demográficos (1991, 2000, 2010); Elaboração: A autora.

Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Muricilândia

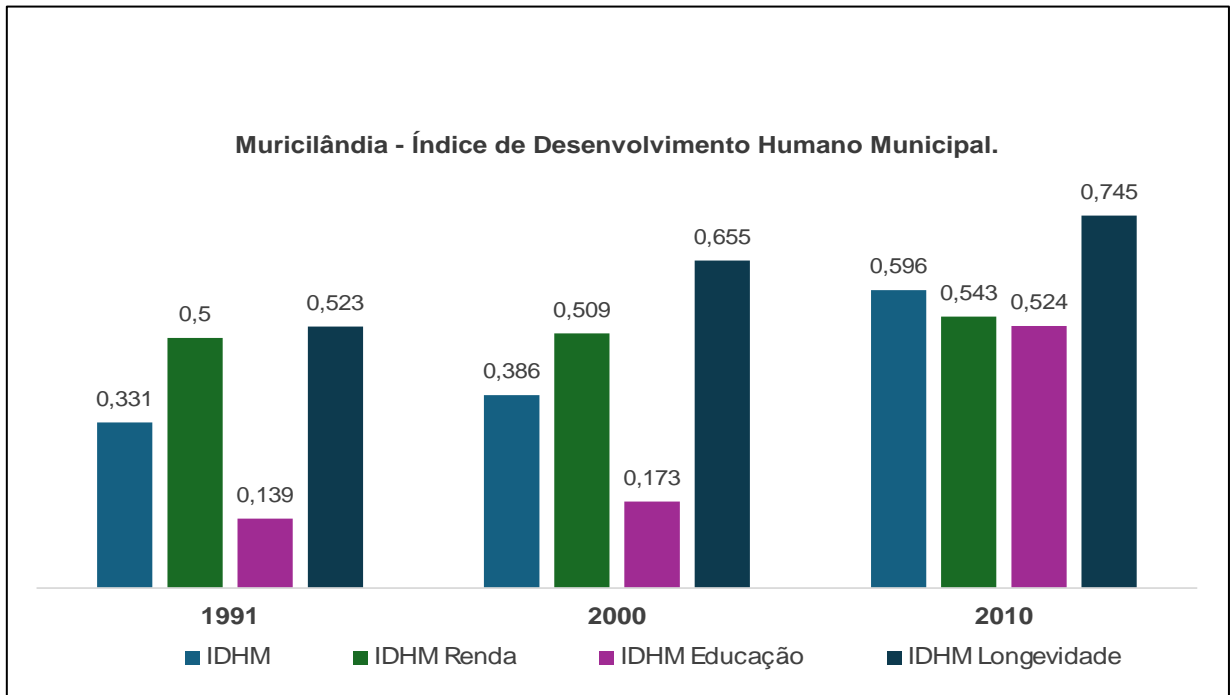


Gráfico 4 - Transações em PIX em Muricilândia (2020, 2021 e 2022)

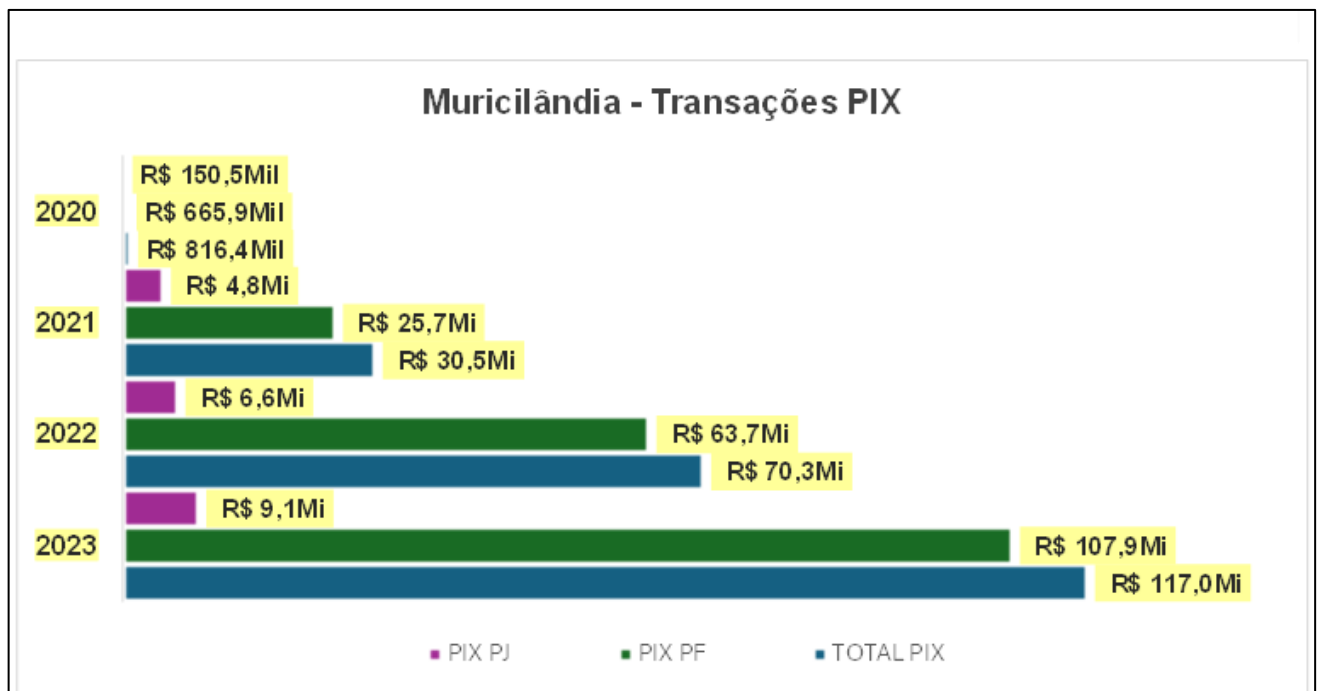


Figura 10 - Conjunto de imagens: A: Net.Com; B, C e D: Loja Capricho, E, F e G: Farmácia.



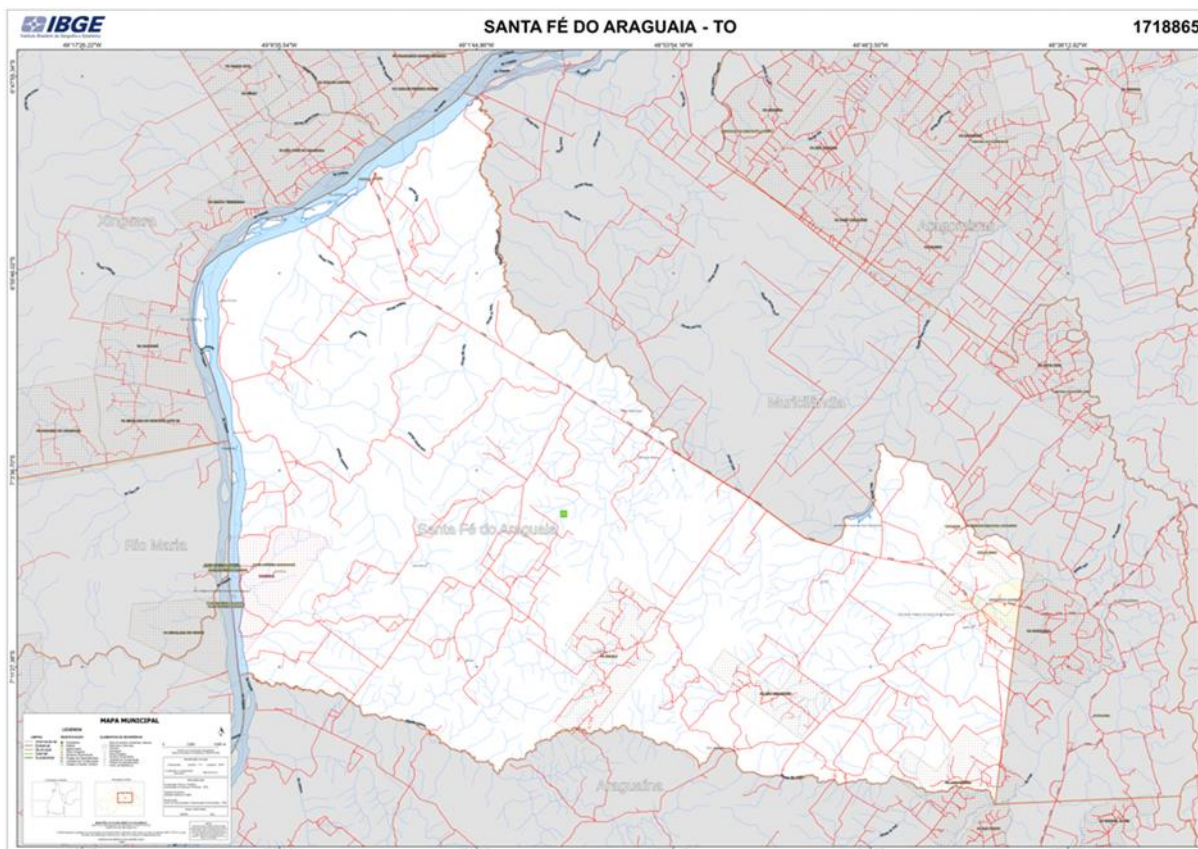
Fonte: A autora (2024)

4.3 Santa Fé do Araguaia

Em 21 de fevereiro de 2024, nossa equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) efetuamos uma visita técnica à cidade de Santa Fé do Araguaia, Tocantins. A visita ocorreu das 08h30 às 17h e compreende parte das atividades do Projeto “Observatório da região de influência imediata de Araguaína - TO: cidade, discurso e infância”. Esta ação contribui para o avanço de nossa pesquisa de dissertação, que está interligada ao referido Projeto.

A história de Santa Fé do Araguaia começou quando caçadores descobriram a região e perceberam seu potencial para agricultura e pecuária, devido à fertilidade do solo e à abundância de rios. A notícia se espalhou e atraiu a atenção de muitos que desejavam se estabelecer na próspera região (Santa Fé do Araguaia, 2024). A população de Santa Fé do Araguaia é de 7.216 habitantes (IBGE, 2022)

Figura 11 - Município de Santa Fé Do Araguaia



Fonte: IBGE (2022).

Em meados de 1960, Manoel Borges, juntamente com Matias, Antônio Jusuíno, Carmini, Alípio, João Paulo e Abrão, exploraram a região. Naquela ocasião, o acesso era feito principalmente por via fluvial, através dos rios Muricizal e Pacas. Encantados

Com a beleza natural da região, eles começaram a construir suas casas e, mais tarde, trouxeram suas famílias, dando origem ao 'Centro do Manoel Borges'. Posteriormente, devido à presença do Córrego São José, o local passou a ser conhecido como 'Povoado de São José' (Santa Fé do Araguaia, 2024).

Com o tempo, no ano de 1966, alguns norte-americanos compraram uma fazenda chamada Novo Horizonte, o que levou à abertura de estradas para a região.

Por volta de 1968, o povoado começou a receber visitas de padres e, devido ao fervor religioso da população, sugeriu-se que o povoado fosse renomeado para Santa Fé. O povoado continuou a evoluir com a abertura de novas estradas e o surgimento de várias fazendas, atraindo dezenas de famílias de diferentes regiões do Brasil. (Santa Fé do Araguaia, 2024).

Em termos administrativos, Santa Fé do Araguaia foi elevada à categoria de município e distrito pela Lei Estadual nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, alterada pela Lei Estadual nº 498, de 21 de dezembro de 1992, sendo desmembrada do município de Araguaína. A sede do município é o atual distrito de Santa Fé do Araguaia. O município foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1993 e, desde então, tem se mantido como um único distrito (Tocantins, 1991, Tocantins, 1992). A tabela a seguir foi elaborada utilizando os dados do IDHM e seus componentes.

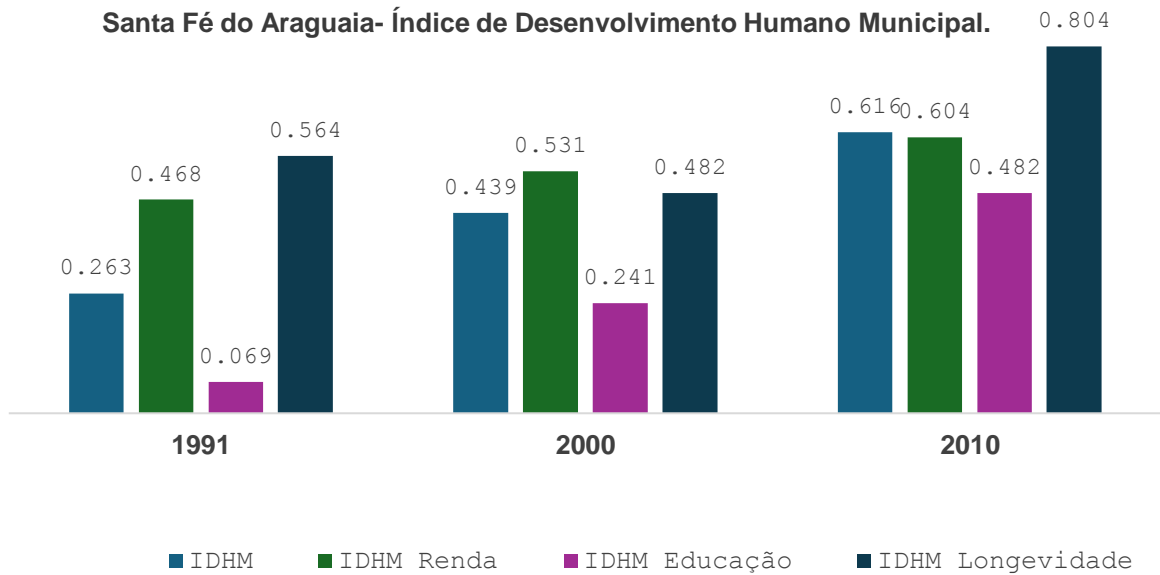
Tabela 4 - IDHM: Santa Fé do Araguaia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).

Índices Santa Fé do Araguaia	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,263		0,439		0,616	
IDHM Renda	0,468		0,531		0,604	
IDHM Educação	0,069		0,241		0,482	
IDHM Longevidade	0,564		0,663		0,804	
IDH						

Fonte: PNUD (2023); Censo Demográfico (1991, 2000, 2010); Elaboração: A autora.

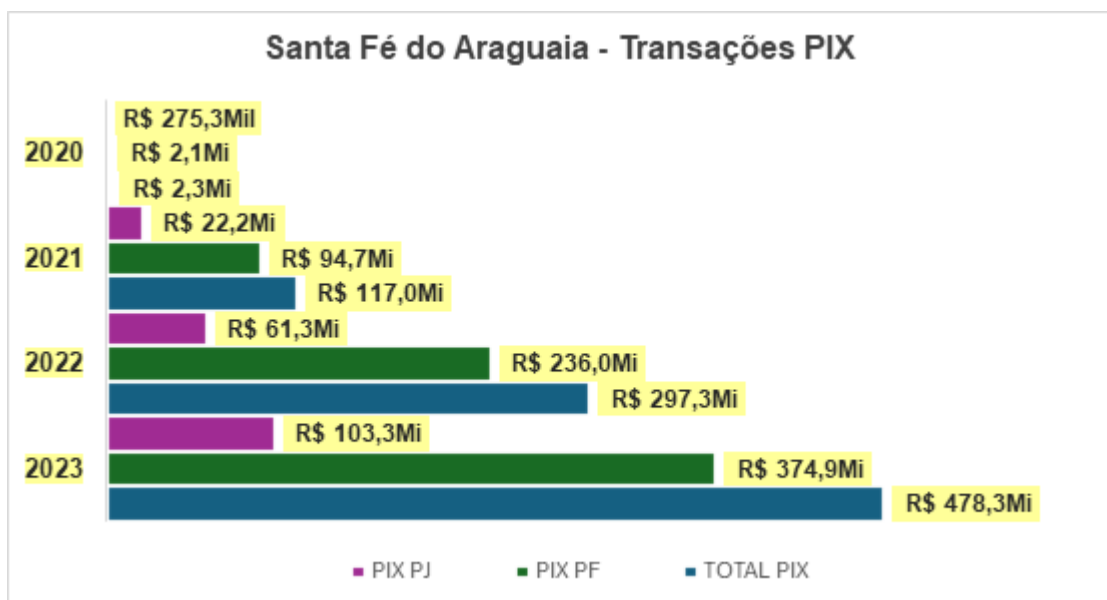
Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Santa Fé do Araguaia



Fonte: PNUD (2023); Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: A autora.

Gráfico 6 - Transações de PIX em Santa Fé do Araguaia (2020, 2021 e 2022)



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração: A autora.

Figura 12 - Conjunto de imagens: A, B e C: Banco do Brasil, D: Lotérica, E: Mercadinho do Júlio, F, G e H: Bradesco, I: Financeira.



Fonte: A autora (2024)

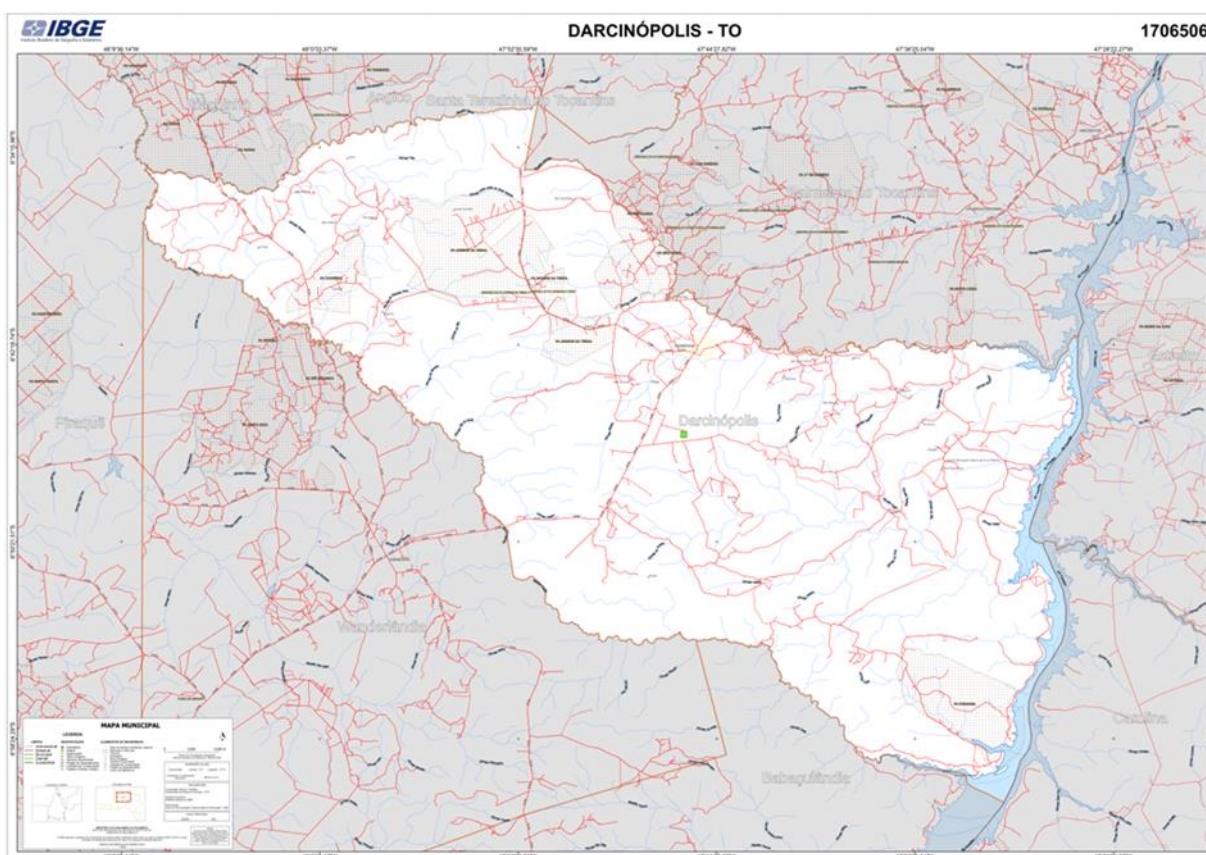
4.4 Darcinópolis

A cidade de Darcinópolis, localizada no extremo norte do estado do Tocantins, desempenha um papel crucial como porta de entrada para a região do Bico do Papagaio, nós pesquisadores do Observatório da região de influência imediata de Araguaína, vinculado ao (PPGDire) da UFNT, realizamos uma visita técnica à cidade em 21 de março de 2024, das 07h30 às 12h. Essa visita integra as atividades do Projeto “Observatório da região de influência imediata de Araguaína – TO: cidade, discurso e infância”, financiado pela (CAPES).

Darcinópolis foi criada em 5 de outubro de 1989 e instalada em 1º de janeiro de 1993, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 251, de 20/02/1991 (Tocantins, 1991), posteriormente alterada pela Lei Estadual nº 498, de 21/12/1992 (Tocantins,

1992), foi instalada em 01/01/1993. Seu processo de povoamento foi impulsionado pelas oportunidades econômicas geradas pela abertura da rodovia federal Belém-Brasília e pela fertilidade das terras circundantes. Com uma área territorial de 1.641,770 km² (IBGE, 2022). Mapa de Darcinópolis (IBGE, 2023).

Figura 13 - Município de Darcinópolis



Fonte: IBGE (2022).

Darcinópolis é predominantemente caracterizada por suas áreas rurais, estabelecendo limites geográficos ao norte com Palmeiras do Tocantins, ao sul com Babaçulândia, ao leste com municípios do estado do Maranhão e a oeste com Wanderlândia e Riachinho. A população de 5.827 mil pessoas (IBGE Censo, 2022) densidade demográfica da região é registrada em 3,55 habitantes por quilômetro quadrado, refletindo sua predominância rural e sua configuração geográfica em relação aos municípios vizinhos (IBGE Cidades, 2024). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,5 salários-mínimos, com 630 pessoas ocupado representando 10,08% da população (IBGE Cidade, 2021). Percentual de 45,9% da

população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo (IBGE, 2010).

O clima predominante em Darcinópolis é do tipo tropical, com uma estação chuvosa que ocorre de outubro a abril e uma estação seca de maio a setembro. O solo é predominantemente arenoso, com vegetação de cerrado e relevo de planície. A cidade possui uma altitude de 0 metros, latitude de 06°42'47", longitude de 47°45'35" e está situada ao longo da Rodovia BR - 226, parte da continuação da Rodovia conhecida como Belém - Brasília, que é o principal eixo viário do Estado e está a 500 Km da capital Palmas (IBGE, 2024).

A história de Darcinópolis remonta à iniciativa de Eleotério Ferreira de Carvalho, seu fundador, que se estabeleceu na região motivado pelas oportunidades econômicas proporcionadas pela rodovia federal Belém-Brasília e pela fertilidade das terras circundantes. Seu crescimento econômico foi gradual, e sua elevação à categoria de município ocorreu por meio das Disposições Transitórias da primeira Constituição do Estado do Tocantins, promulgada em 5 de outubro de 1989 (Darcinópolis, 2024). Darcinópolis possui uma população de 5.827 habitantes (IBGE, 2022). A tabela a seguir foi elaborada utilizando os dados do IDHM e seus componentes.

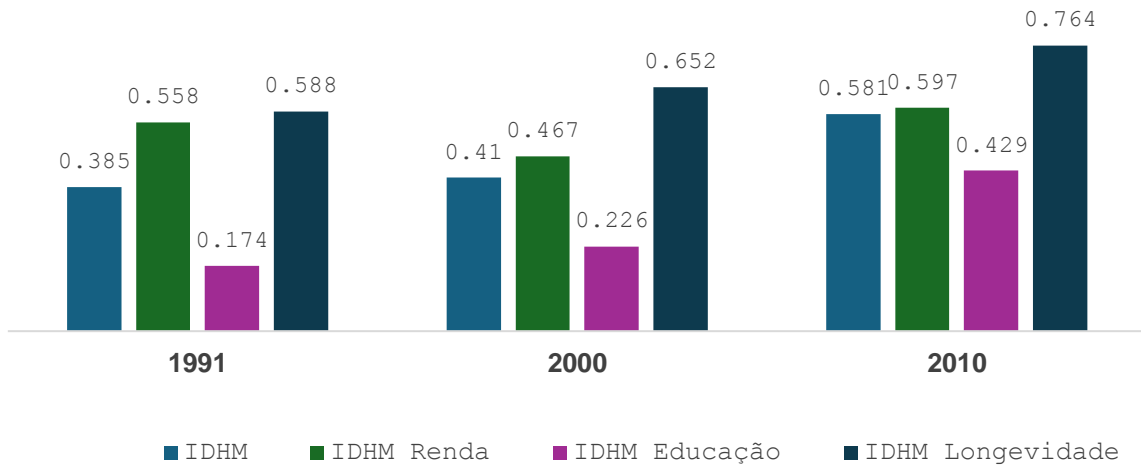
Tabela 5 - IDHM: Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).

Índices Darcinópolis	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,385		0,410		0,581	
IDHM Renda	0,558		0,467		0,597	
IDHM Educação	0,174		0,226		0,429	
IDHM Longevidade	0,588		0,652		0,764	

Fonte: PNUD (2023); Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: Autora.

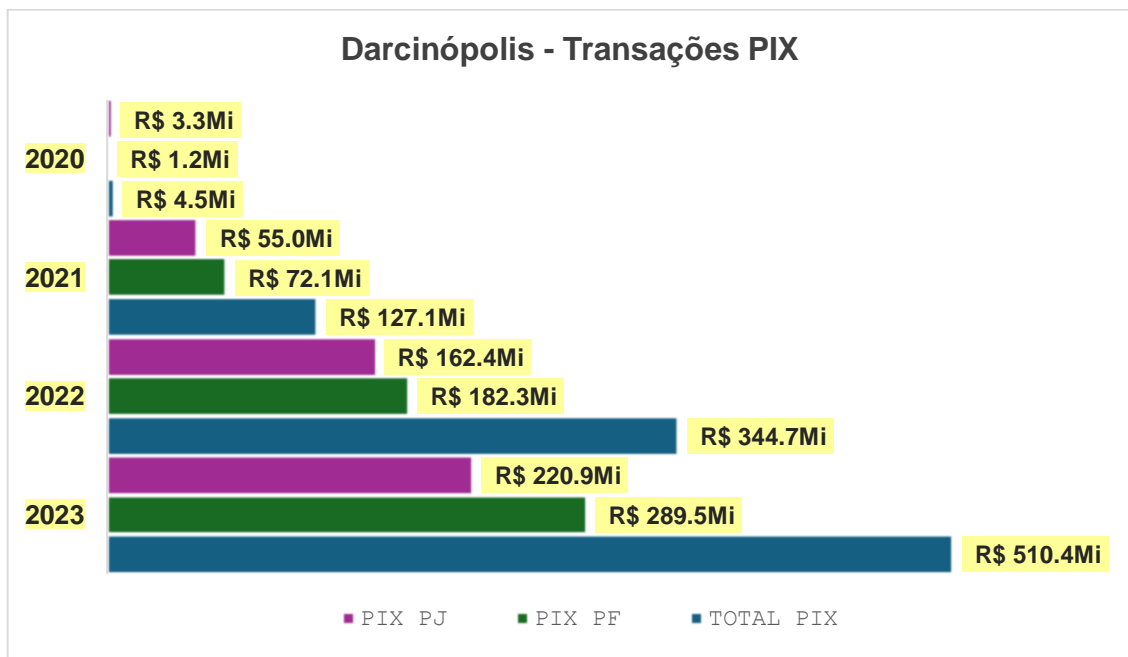
Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 7 - IDHM Município de Darcinópolis (1991, 2000 e 2010).



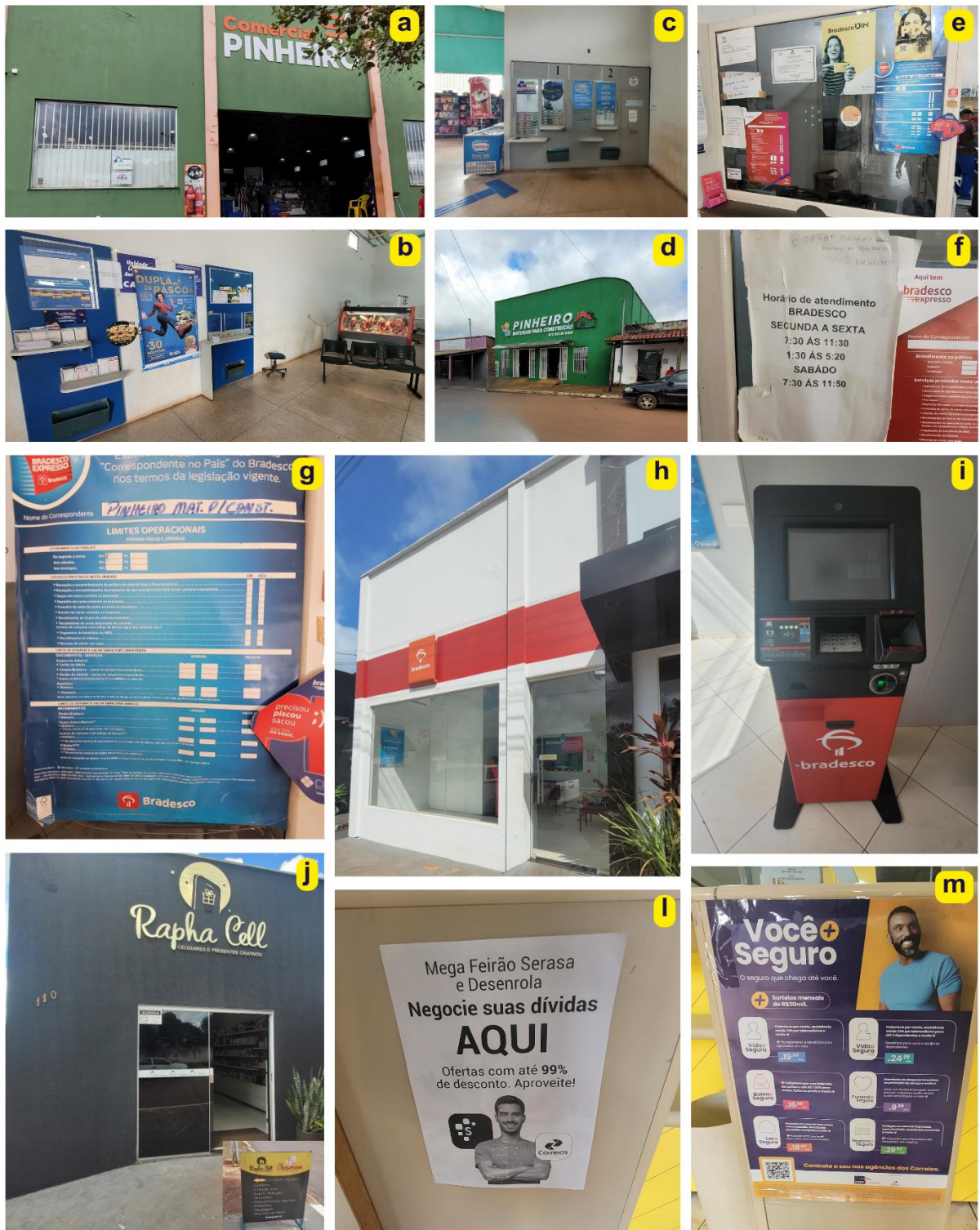
Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010). Elaboração: A autora.

Gráfico 8 - IDHM Município de Darcinópolis (1991, 2000 e 2010).



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração: A autora.

Figura 14 - Conjunto de imagens: A, B e C: Comercial Pinheiro, D, E, F e G: Pinheiro, H e I: PA Bradesco, J: Rapha Cell, L e M: Correios.



Fonte: A autora (2024)

4.5 Xambioá

Xambioá, município localizado no estado do Tocantins, é marcado por sua posição às margens do Rio Araguaia, com uma população de 10.517 habitantes (IBGE Censo, 2022). Realizamos a visita técnica à cidade de Xambioá em 11 de abril de 2024, entre 07h30 e 12h. Esta incursão integra as atividades do Projeto "Observatório da região de influência imediata de Araguaína – TO: cidade, discurso e infância". Pesquisa vinculada ao OOBRA, associado ao (PPGDire) da (UFNT), visitamos os equipamentos da rede física de atendimento bancário.

O nome da cidade deriva de uma expressão indígena que significa "Pássaro veloz", evocando a fluidez do ambiente natural que a cerca. Sua importância histórica ganhou destaque como palco da guerrilha do Araguaia, ocorrida entre o final dos anos 1960 e 1974, onde o Exército Brasileiro enfrentou guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B), dezenas de combatentes comunistas perderam suas vidas ou foram capturados, enquanto cerca de 16 soldados do exército também sucumbiram (Xambioá, 2024).

No contexto do Vale do Araguaia, o surgimento de Xambioá está intrinsecamente ligado à descoberta da jazida de cristal de rocha-quartzo, conhecida como "Chiqueirão", nas margens do ribeirão do Coco. Esse achado atraiu uma significativa migração de famílias maranhenses e paraenses para a região, impulsionando o desenvolvimento do povoado. Os esforços conjuntos de líderes locais, como Raimundo Dias Pereira, José Maria Xavier e outros, foram fundamentais para que o local se transformasse em um distrito, conforme estabelecido pela Lei do Estado de Goiás nº 15, de 1956 (Tocantins Perfil Socioeconômico Municipal, 2021).

Apesar dos traumas do passado, muitos dos protagonistas desse período turbulento assumiram posteriormente papéis políticos dentro do contexto democrático, contribuindo para a reconstrução e reconciliação da comunidade. Figuras como José Genoíno e o Major Curió emergiram desse cenário para desempenhar importantes funções na esfera política brasileira. Também havia os 'bate-pau', moradores locais que escolheram apoiar o exército durante esse período. Essa evolução política e social reflete um processo contínuo de transformação e resiliência na história. O município forma uma conurbação com São Geraldo do Araguaia (PA), localizado na margem esquerda do Rio Araguaia (Xambioá, 2024).

econômica. As atividades relacionadas à pesca, agricultura e turismo fluvial desempenham um papel significativo na vida dos habitantes locais, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento da região. Além disso, a riqueza da biodiversidade ao redor da cidade oferece oportunidades para o ecoturismo e a preservação ambiental, promovendo um equilíbrio entre progresso econômico e conservação ambiental (Xambioá, 2024). Mapa de Xambioá (IBGE, 2023).

Desde então, o município tem progredido, tendo como padroeiro São Miguel e como primeiro prefeito Sebastião Gomes da Silva, traçando sua trajetória rumo ao desenvolvimento socioeconômico. Em 1958, Xambioá foi oficialmente elevado à categoria de município, desmembrando-se de Araguatins, com a promulgação do Decreto-lei nº 2.118. Essa emancipação político-administrativa foi um marco significativo para a comunidade, consolidando sua identidade e autonomia (Tocantins Perfil Socioeconômico Municipal, 2021). A tabela a seguir foi elaborada utilizando os dados do IDHM e seus componentes. A população de Xambioá é de 10.517 habitantes (IBGE, 2022). Mapa de Xambioá (IBGE, 2023).

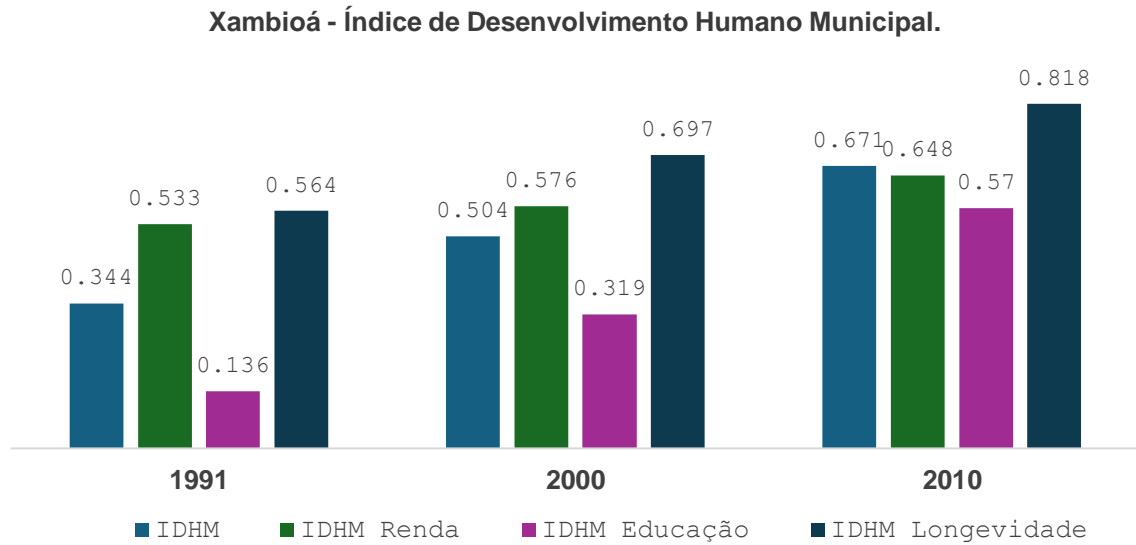
Tabela 6 - IDHM: Xambioá; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024)

Índices Xambioá	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,344		0,504		0,671	
IDHM Renda	0,533		0,576		0,648	
IDHM Educação	0,136		0,319		0,570	
IDHM Longevidade	0,564		0,697		0,818	

Fonte: PNUD (2023); Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: Autora.

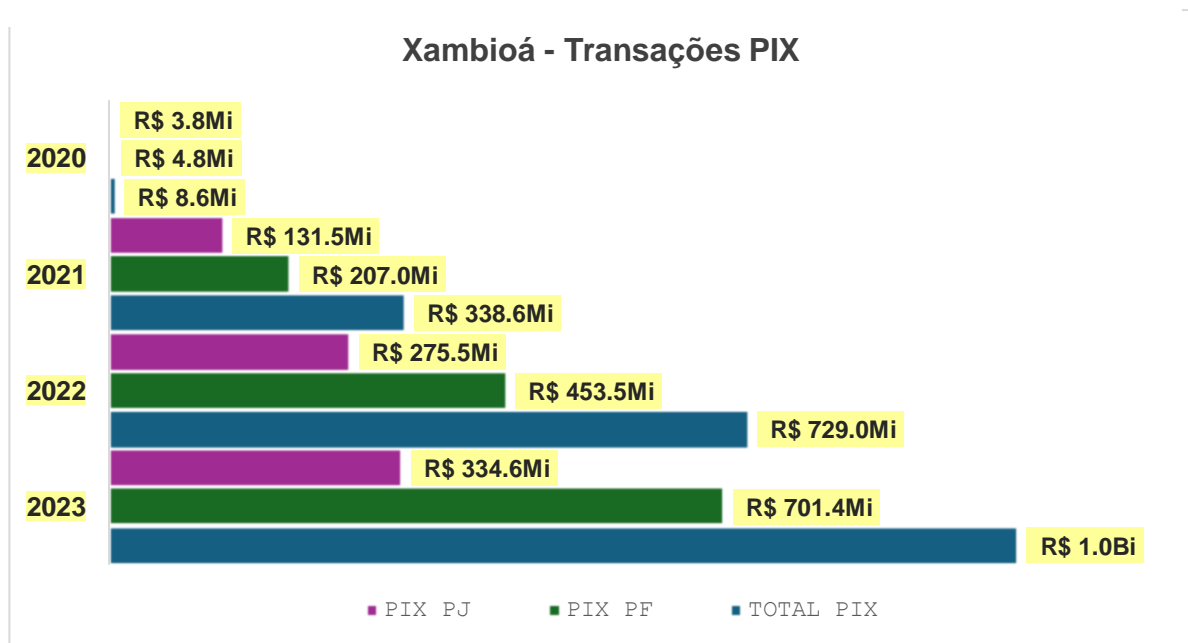
Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 9 - IDHM Município de Xambioá (1991, 2000 e 2010).



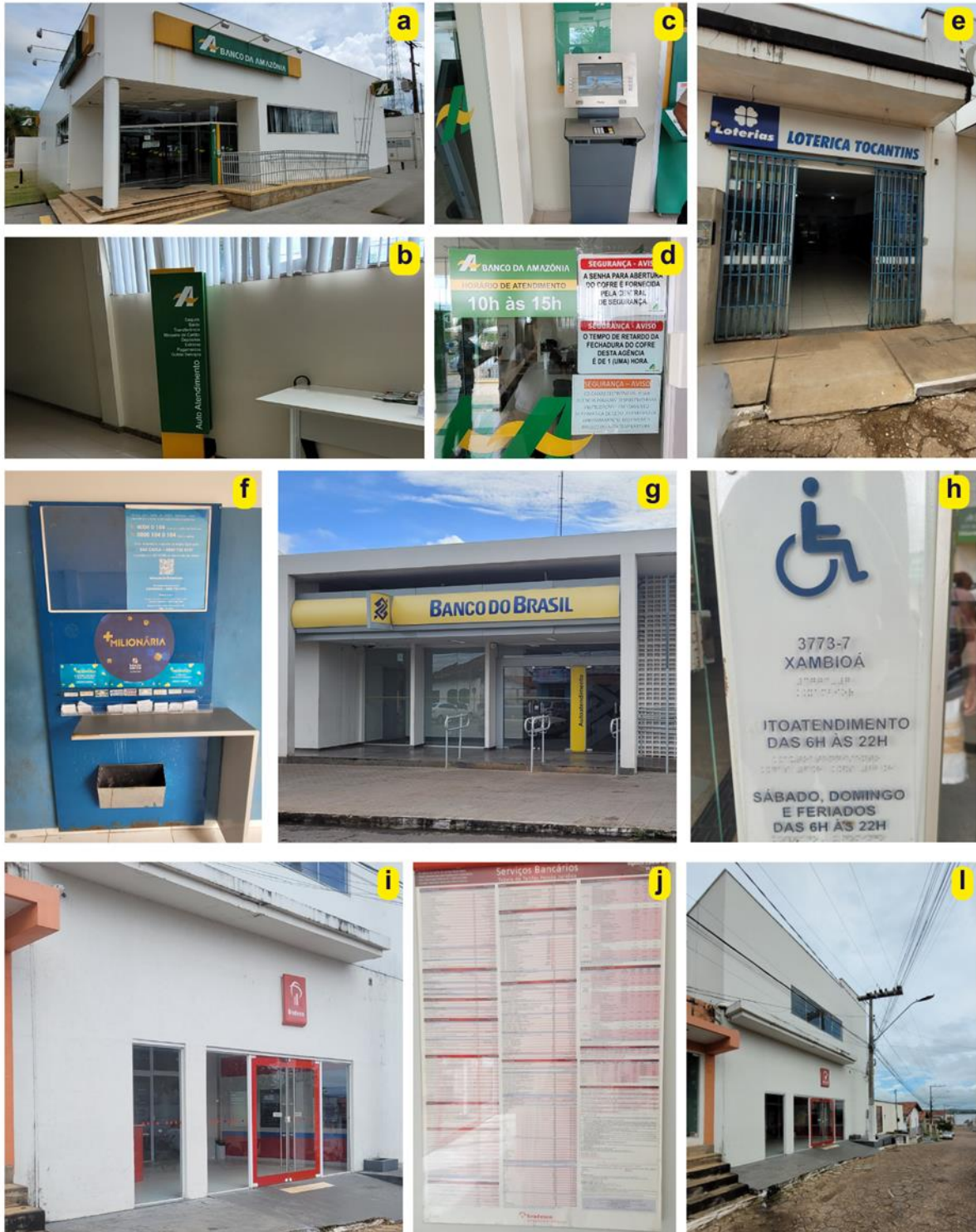
Fonte: PNUD Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2023), Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010). Elaboração: A autora.

Gráfico 10 - Transações de PIX em Xambioá (2020, 2021, 2022 e 2023).



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração: A autora.

Figura 16 - Conjunto de imagens: A, B, C e D: Banco da Amazônia, E e F: Lotérica, G e H: Banco do Brasil, I, J e L: PA Bradesco.

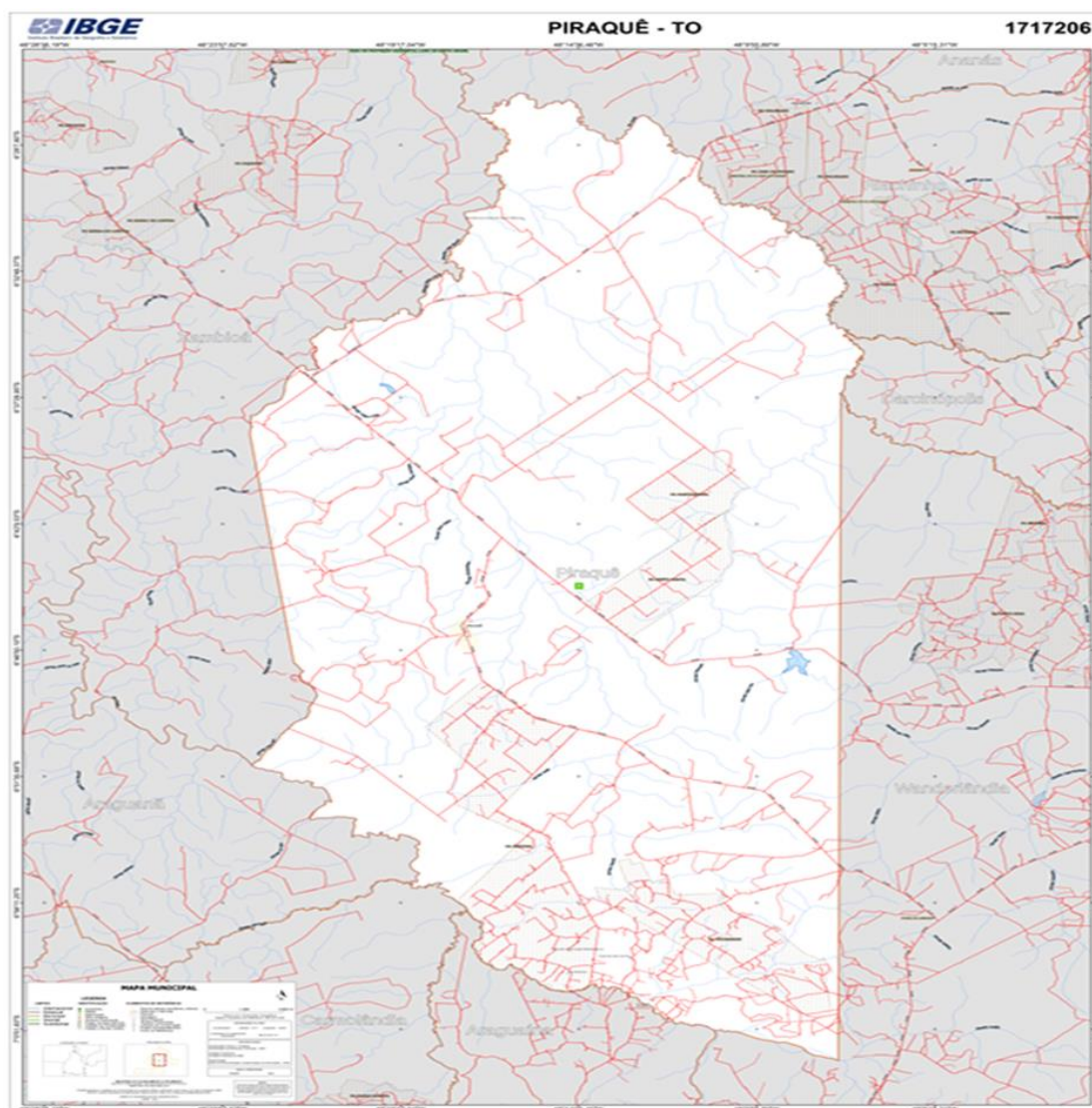


Fonte: A autora (2024)

4.6 Piraquê

Situado no coração do Tocantins, o município de Piraquê foi fundada no final da década de 50, atraindo pioneiros em busca de novas oportunidades, impulsionando o desenvolvimento da região com a exploração da madeira nativa e a agricultura. No dia 18 de abril de 2024, das 8h às 12h, pesquisadores do OOBRA, vinculado ao PPGDire (UFNT), realizamos uma visita técnica a Piraquê. Conhecemos alguns espaços públicos urbanos, com foco na rede física de atendimento bancário e na oportunidade ocorreu uma reunião com representantes do setor público e algumas lideranças locais. Mapa de Piraquê (IBGE, 2023).

Figura 17 - Município de Piraquê



Fonte: IBGE (2022).

O distrito de Piraquê foi estabelecido pela Lei Municipal nº 9, de 30 de dezembro de 1963, dentro do município de Xambioá, conforme registros datados de 31-XII-1963. Permaneceu sob essa jurisdição até 1988. Em 20 de fevereiro de 1991, pela Lei Estadual nº 291 (Tocantins, 1991), foi elevado à categoria de município, desmembrado de Xambioá, com sede no antigo distrito de Piraquê, conforme alterações estabelecidas pela Lei Estadual nº 498, de 21 de dezembro de 1992 (Tocantins, 1992). O município foi constituído apenas pelo distrito sede, com instalação oficial em 01 de janeiro de 1993, mantendo-se assim nas divisões territoriais de 2001 e 2007.

Com a chegada da família Modesto, abrindo caminho para outros grupos como os Madeira, Barbosa e, posteriormente, a família Ribeiro Lima. Provenientes do sul de Goiás, norte de Minas Gerais e estados nordestinos como Maranhão, Piauí e Ceará, esses pioneiros desbravaram a região em busca de novas oportunidades. Em 1966, o Sr. Zeca Batista e sua família aportaram no então povoado, tendo a honra de se tornar o primeiro prefeito eleito. A abundância de madeira e vastas terras devolutas foram os principais atrativos para os novos moradores naquela época (Piraquê, [2010]).

Em termos de infraestrutura, Piraquê é acessada principalmente pela rodovia TO-420, que se conecta à BR-153 em pontos estratégicos. A presença da BR-153 na zona rural do município, embora não passe pela área urbana, também influencia significativamente a dinâmica local. Além disso, há a região dos Carneiros, composta por fazendas da família Carneiro, que desempenha um papel importante nas decisões políticas da região (Tocantins, 2021). A tabela a seguir foi elaborada utilizando os dados do IDHM e seus componentes.

Tabela 7 - IDHM: Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).

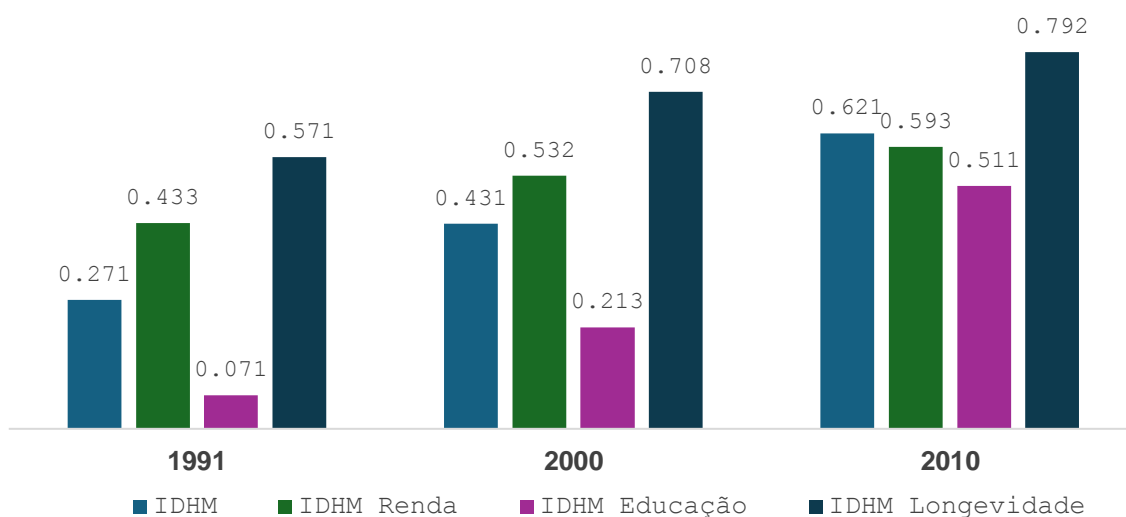
Índices Piraquê	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,271	93^a	0,431	91^a	0,621	90^a
IDHM Renda	0,433	98 ^a	0,532	73 ^a	0,593	82 ^a
IDHM Educação	0,071	100 ^a	0,213	106 ^a	0,511	99 ^a
IDHM Longevidade	0,571	79 ^a	0,708	26 ^a	0,792	81 ^a

Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: A autora.

Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

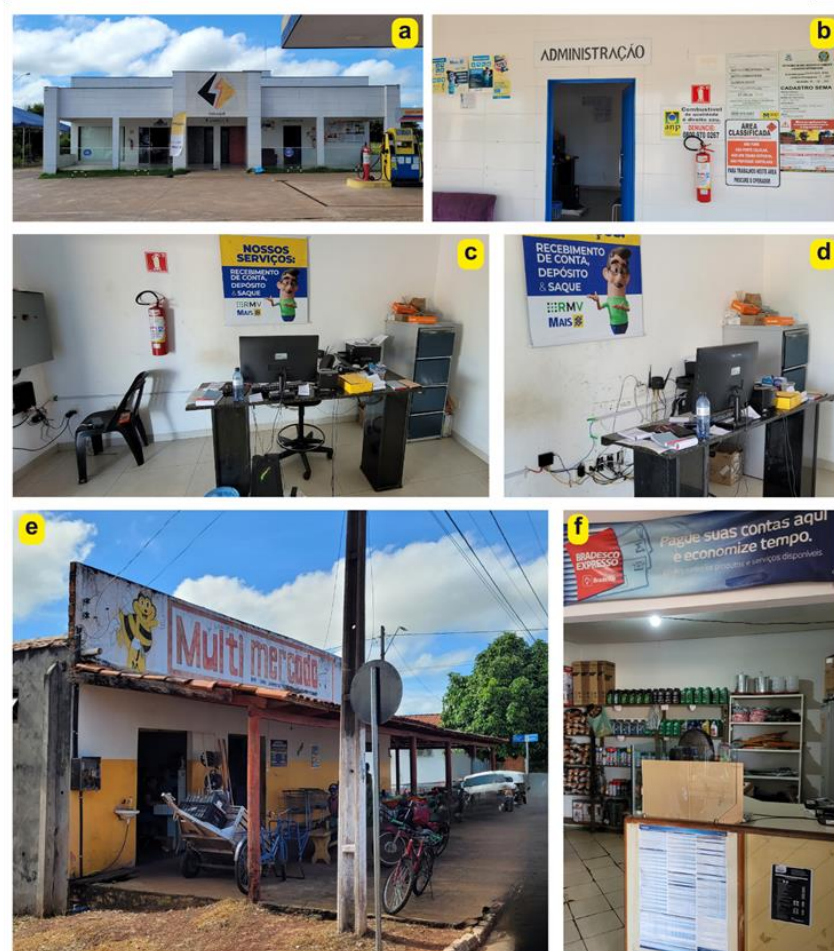
Gráfico 11 - IDHM Município de Piraquê (1991, 2000 e 2010).

Piraquê - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.



Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: Autora

Figura 18 - Conjunto de imagens: A, B, C e D: Posto de Combustível, E F: Multimercado.

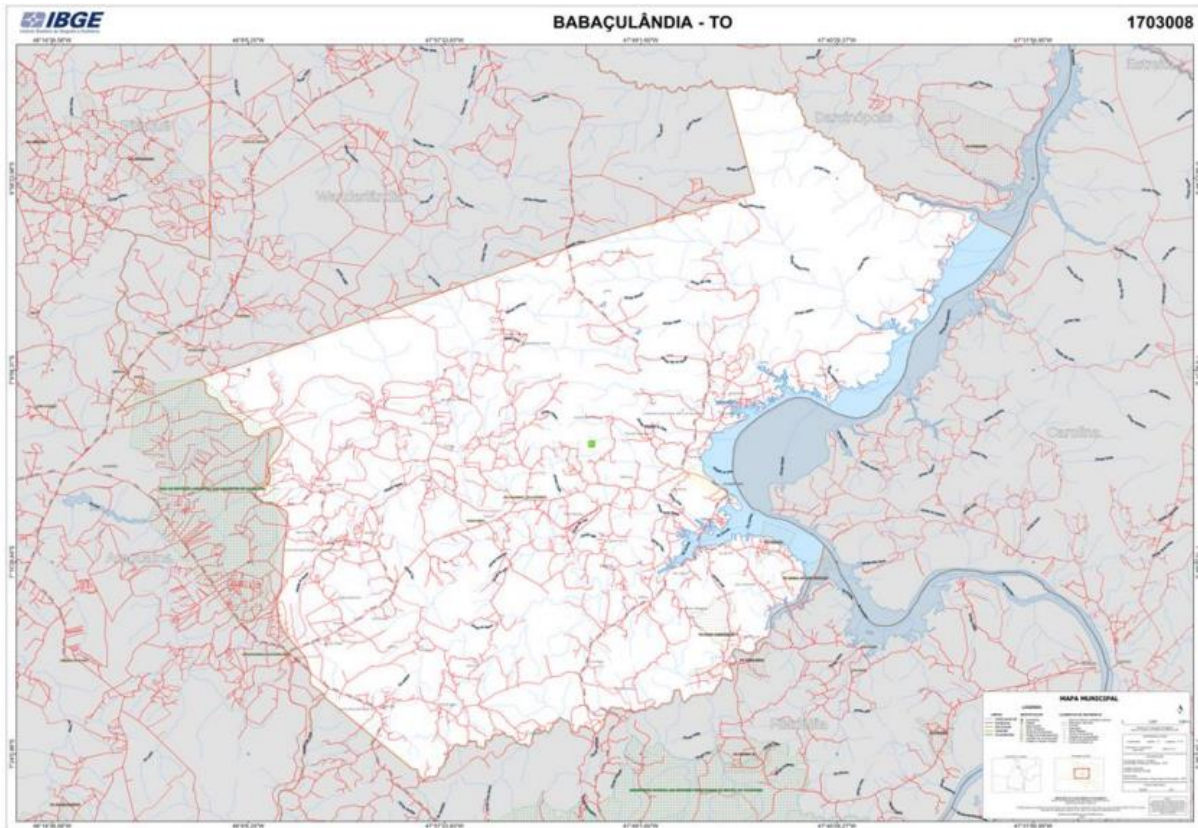


Fonte: A autora (2024)

4.7 Babaçulândia

No dia 14 de março de 2024, das 8h às 12h, pesquisadores, vinculados ao PPGDire (UFNT), realizaram uma visita técnica a Babaçulândia. Durante a visita, foi realizada uma reunião com secretários municipais e alguns vereadores, já foram realizadas várias outras visitas ao município, na oportunidade, visitamos alguns pontos com especial atenção à rede física de atendimento bancário. Essa análise foi fundamental para compreender a infraestrutura existente e as necessidades de melhorias na oferta de serviços financeiros para a população local. Mapa de Babaçulândia (IBGE, 2023).

Figura 19 - Município de Babaçulândia



Fonte: IBGE (2022).

Situada no norte do estado do Tocantins, Babaçulândia é um município conhecido por sua rica história e beleza natural. Fundada na primeira metade do século XX, a cidade atraiu muitos pioneiros devido às suas terras férteis e ao potencial para a agricultura. A extração de babaçu, uma palmeira nativa da região, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico do município, dando origem ao nome da cidade.

A tabela a seguir foi elaborada utilizando os dados do IDHM e seus componentes:

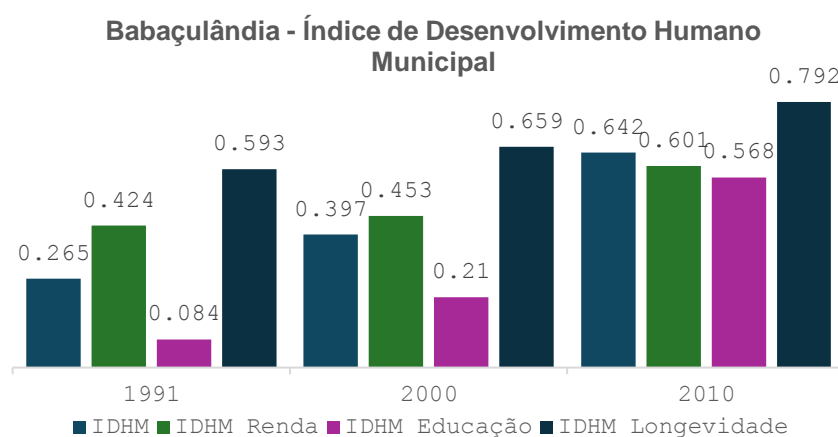
Tabela 8 - IDHM: Babaçulândia; Muito Baixo: 0-0,499, Baixo: 0,500-0,599, Médio: 0,600-0,699, Alto: 0,700-0,799, Muito Alto: 0,800-1,000 (PNUD, 2024).

Índices Babaçulândia	1991	Posição Tocantins	2000	Posição Tocantins	2010	Posição Tocantins
IDHM	0,265	97	0,397	117	0,642	65
IDHM Renda	0,424	103	0,453	119	0,601	74
IDHM Educação	0,084	88	0,21	112	0,568	57
IDHM Longevidade	0,593	61	0,659	96	0,792	81

Fonte: PNUD (2023); Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: A autora

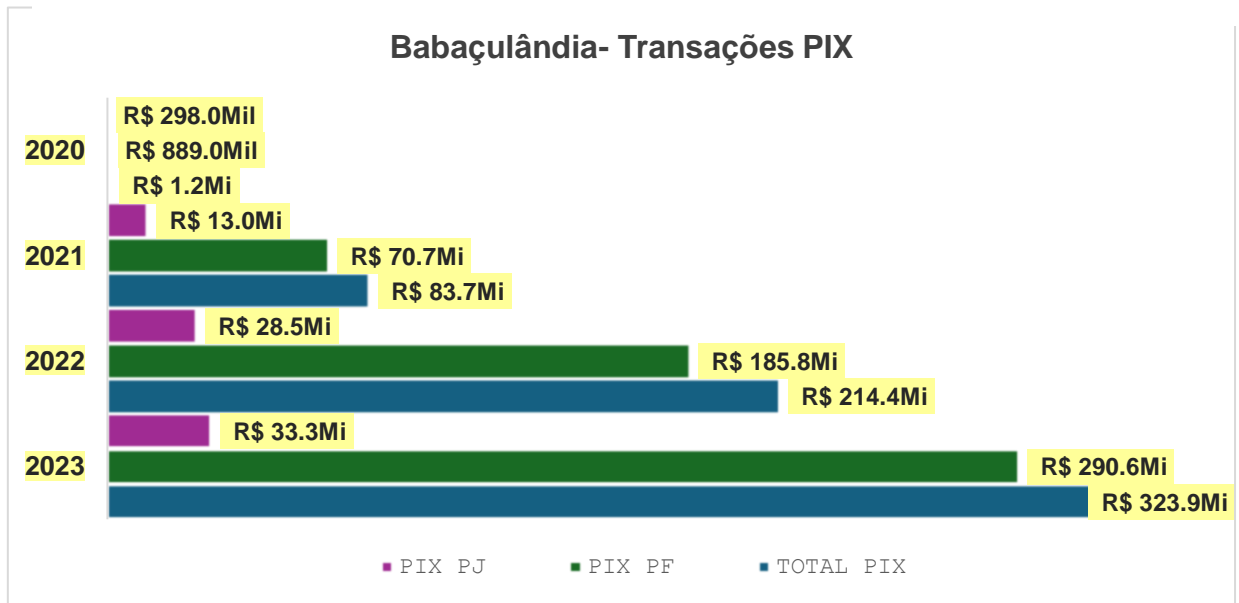
Apresentamos a seguir um gráfico com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), incluindo a descrição da composição do índice considerando os censos dos anos de 1991, 2000 e 2010. No censo de 2022, não houve atualização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também incluímos um gráfico com os dados de movimentações do PIX desde sua criação em novembro de 2020 até 2023, além dos registros fotográficos durante as visitas.

Gráfico 12 - Índice de Desenvolvimento Humano de Babaçulândia



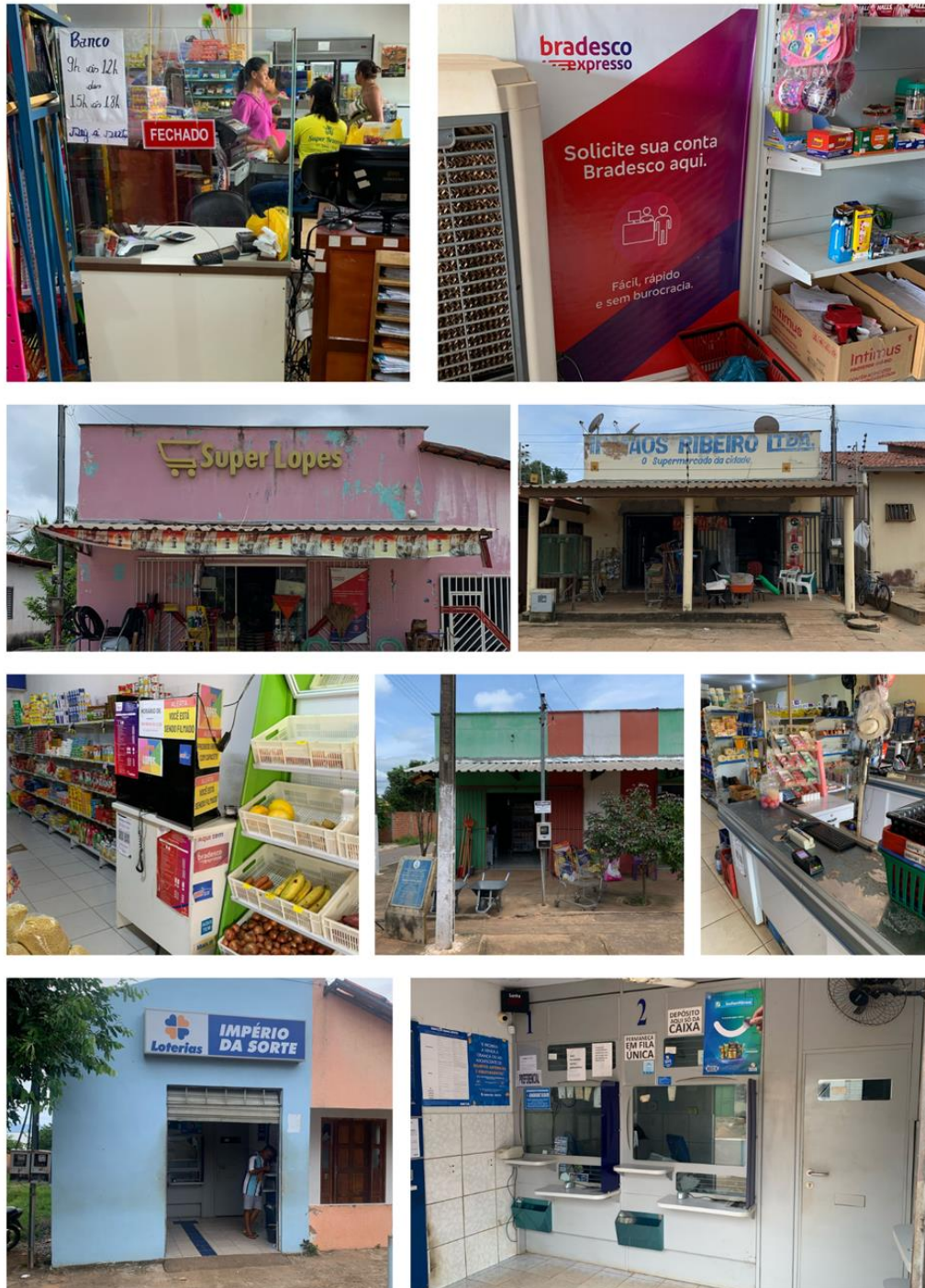
Fonte: PNUD (2023), Censo Demográfico (1991, 2000 e 2010); Elaboração: Autora.

Gráfico 13 - Transações de PIX em Babaçulândia (2020, 2021, 2022 e 2023).



Fonte: Banco Central do Brasil (2023). Elaboração: A autora.

Figura 20 - Município de Babaçulândia



Fonte: A autora (2024)

4.7 Subtópico para mapas.

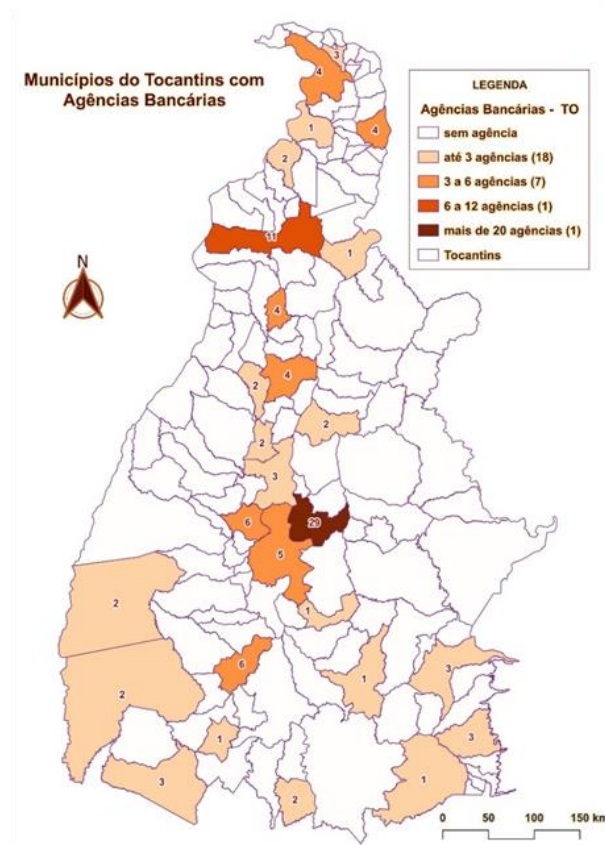
Apresentamos dois mapas elaborados para esta pesquisa. O primeiro mapa mostra o estado do Tocantins, destacando os municípios que possuem agências bancárias e a quantidade de agências em cada município. O segundo mapa foca na

região de influência imediata de Araguaína, evidenciando os municípios que possuem agências bancárias e as respectivas quantidades.

Ao comparar os dois mapas, observamos que a distribuição de agências bancárias no estado do Tocantins é mais ampla, enquanto na região de influência imediata de Araguaína, a concentração de agências bancárias é mais específica. Essa perspectiva comparativa revela que, embora Araguaína tenha uma influência significativa na região, a distribuição de serviços bancários é desigual, com alguns municípios apresentando maior concentração de agências e outros com menor ou nenhuma presença bancária.

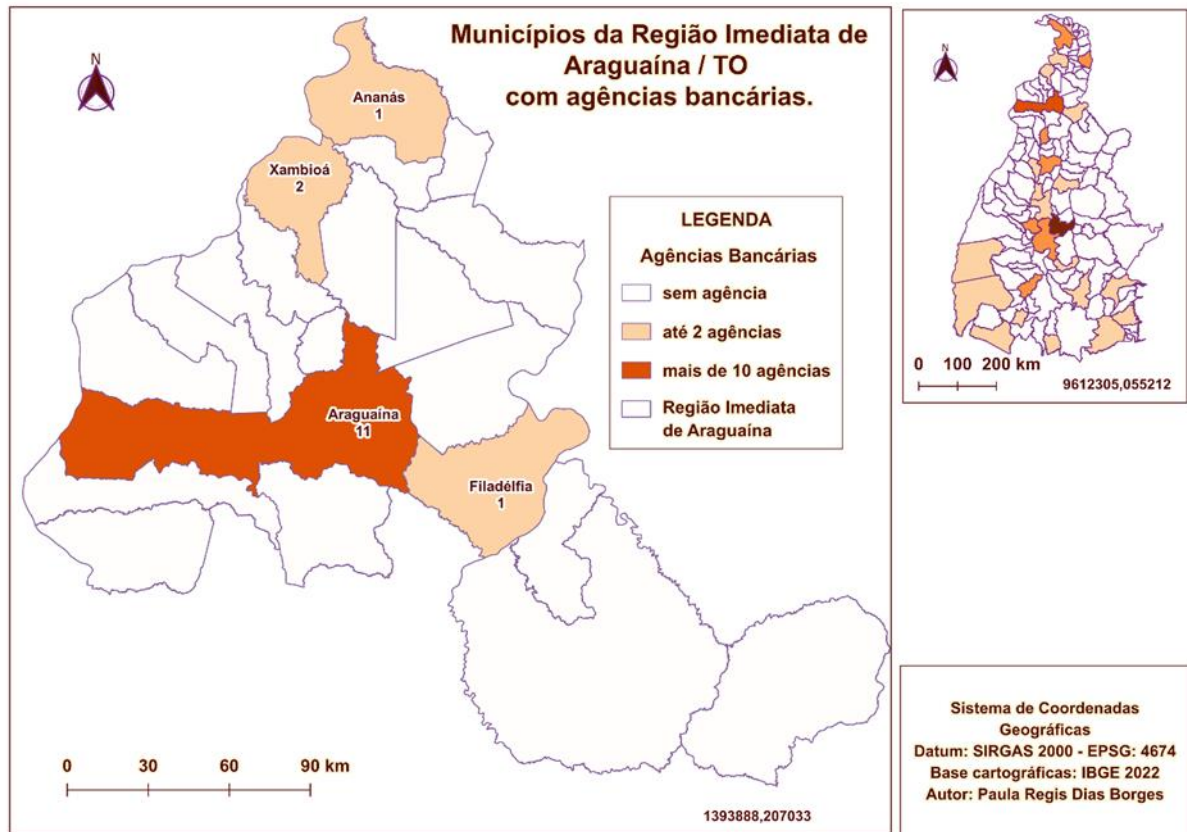
Essa análise elucidativa dos mapas confirma os resultados da pesquisa, indicando que a acessibilidade aos serviços bancários varia consideravelmente entre os municípios do Tocantins e aqueles na região de influência imediata de Araguaína. Tal desigualdade pode impactar o desenvolvimento econômico e social dos municípios, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa dos serviços bancários.

Figura 21 - Distribuição de Agências Bancárias no Tocantins



Fonte: Banco Central do Brasil; Elaboração: A autora.

Figura 22 - Distribuição de Agências Bancárias na Região de Influência Imediata de Araguaína/TO.



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2023); Banco Central do Brasil (2023); Elaboração: A autora

5. ANÁLISE DOS MATERIAIS

A presença de uma agência bancária em um município é crucial não apenas para a geração de empregos, oferta de produtos e serviços financeiros e atendimento à população, mas também para a mensuração do volume de depósitos e créditos que circulam na localidade. Esses dados são fornecidos pelo Banco Central do Brasil, mas apenas para os municípios que possuem rede bancária física com agência. Na região de influência imediata de Araguaína/TO, apenas quatro municípios possuem agências bancárias: Araguaína com 11, Xambioá com 2, Filadélfia com 1 e Ananás com 1.

Com os dados/informações fornecidos pelo Banco Central, os municípios que visitamos com agências bancárias foram: Xambioá/TO e Araguaína/TO. Os depósitos

a prazo são os realizados em investimentos financeiros, os depósitos à vista são os realizados em conta corrente e ficam no saldo da conta, depósito em poupança são as aplicações realizadas nesta modalidade, os de crédito são os empréstimos e financiamentos. Nas tabelas elaboradas, apresentamos os números de depósitos e créditos entre os anos 2019 e 2023.

Tabela 9 - Depósitos, Poupança e Créditos Araguaína/TO.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / OPERAÇÕES FINANCEIRAS – Araguaína/TO					
ANO	2019	2020	2021	2022	2023
AGÊNCIAS	13	12	11	11	11
DEPÓSITOS	-	-	-	-	-
A PRAZO	R\$ 288.418.473,00	R\$ 454.194.240,00	R\$ 526.356.569,00	R\$ 596.148.653,00	R\$ 964.524.566,00
À VISTA	R\$ 150.042.316,00	R\$ 268.758.976,00	R\$ 266.810.717,00	R\$ 254.149.766,00	R\$ 284.561.451,00
POUPANÇA	R\$ 453.353.320,00	R\$ 618.334.072,00	R\$ 610.429.275,00	R\$ 661.006.457,00	R\$ 647.370.411,00
TOTAL	R\$ 891.814.109,00	R\$ 1.341.287.288,00	R\$ 1.403.596.561,00	R\$ 1.511.304.876,00	R\$ 1.896.456.428,00
CRÉDITO	R\$ 1.316.068.017,00	R\$ 1.616.894.729,00	R\$ 2.169.401.145,00	R\$ 2.805.506.671,00	R\$ 3.460.132.151,00

Fonte: Banco Central do Brasil; Elaboração: A autora

Tabela 10 - Depósitos, Poupança e Créditos Xambioá/TO.

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / OPERAÇÕES FINANCEIRAS – Xambioá/TO					
ANO	2019	2020	2021	2022	2023
AGÊNCIAS	2	2	2	2	2
DEPÓSITOS	-	-	-	-	-
A PRAZO	R\$ 1.334.595,00	R\$ 4.537.234,00	R\$ 7.623.769,00	R\$ 8.424.734,00	R\$ 13.084.124,00
À VISTA	R\$ 10.558.068,00	R\$ 17.670.790,00	R\$ 15.664.429,00	R\$ 15.098.756,00	R\$ 15.767.463,00
POUPANÇA	R\$ 19.369.621,00	R\$ 28.106.211,00	R\$ 28.054.113,00	R\$ 25.030.078,00	R\$ 25.150.661,00
TOTAL	R\$ 31.262.284,00	R\$ 50.314.235,00	R\$ 51.342.311,00	R\$ 48.553.568,00	R\$ 54.002.248,00
CRÉDITO	R\$ 146.538.199,00	R\$ 181.546.478,00	R\$ 246.281.546,00	R\$ 296.694.085,00	R\$ 345.108.160,00

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: A autora.

Nos municípios que possuem algum tipo de atendimento financeiro, seja agência, correspondente bancário ou posto de atendimento, há uma notável concentração desses serviços nas regiões centrais. Essa centralização facilita o acesso para a população que vive próximo ao centro, mas cria dificuldades significativas para os habitantes das áreas mais distantes. Em cidades com maiores

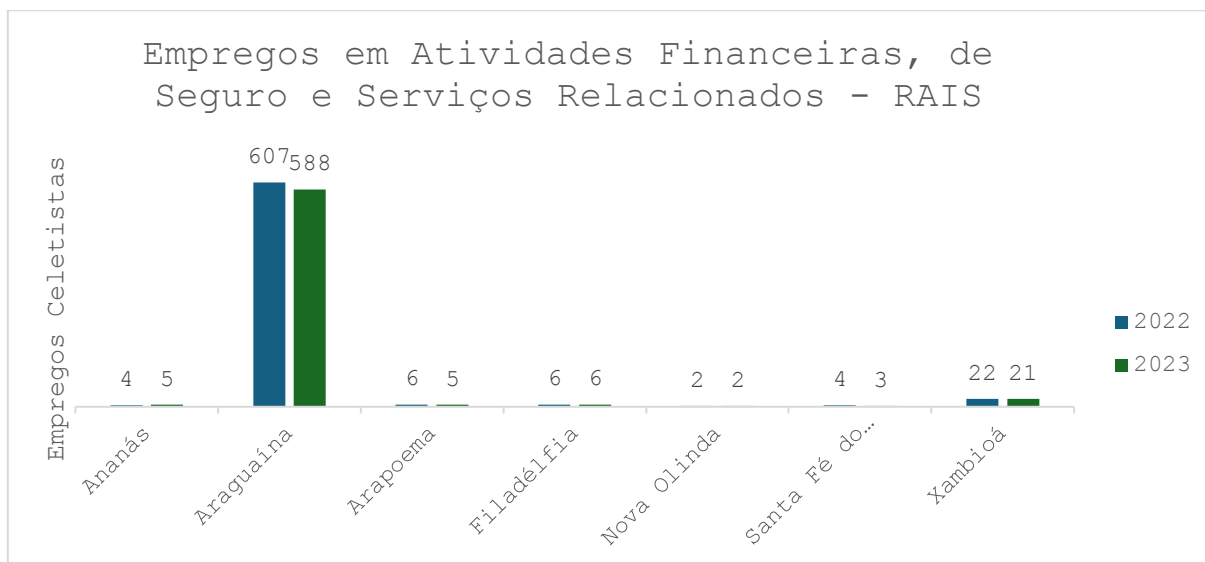
distâncias entre suas regiões, a população que mora longe do centro enfrenta obstáculos para acessar serviços bancários, como longas viagens e custos adicionais de transporte, o que agrava a desigualdade no acesso a serviços financeiros essenciais.

No contexto do circuito inferior, conforme abordado por Milton Santos (2023), este se caracteriza por atividades econômicas informais e de menor escala, frequentemente encontradas nas periferias urbanas e áreas rurais. A presença de serviços bancários, como agências, correspondentes bancários e postos de atendimento, é essencial para integrar esses agentes econômicos ao sistema financeiro formal. A desigualdade no acesso à bancarização agrava a exclusão financeira, perpetuando o ciclo de pobreza e limitando as oportunidades de desenvolvimento econômico nas áreas menos favorecidas. Além disso, a ausência de uma rede bancária abre espaço para alternativas informais que buscam preencher esse vazio.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é mencionada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei nº 5.452/1943), especificamente no Título III, Capítulo II, Seção II, artigos 359 a 367. Instituída pelo Decreto nº 76.900 de 23 de dezembro de 1975, a RAIS atualmente é regulamentada pelo Decreto nº 10.854 de 2021 e pela Portaria MTE nº 671/2021, com suas alterações posteriores. Assim, a declaração da RAIS é uma obrigação trabalhista que fornece ao Ministério do Trabalho e Emprego as informações necessárias para desempenhar diversas funções institucionais, como a fiscalização do trabalho, o pagamento do benefício do abono salarial e a disponibilização do histórico de relações de emprego dos trabalhadores (Brasil, 2025).

O gráfico apresenta a distribuição dos empregos celetistas nos municípios da RIIA, especificamente no segmento de serviços financeiros. Observa-se uma concentração significativa de postos de trabalho nos municípios que possuem agência bancária com maior concentração em Araguaína, refletindo a importância da presença de agência bancária. Municípios menores, por outro lado, apresentam um número reduzido de empregos, indicando uma menor presença ou ausência de instituições financeiras. Essa distribuição evidencia a correlação entre o desenvolvimento econômico dos municípios e a oferta de empregos no setor financeiro.

Gráfico 14 - Empregos em Atividades Financeiras – RIIA



Fonte: RAIS

Além da concentração de empregos no setor financeiro, a presença de agências bancárias nos municípios da RIIA também influencia diretamente o acesso da população a serviços essenciais, como crédito e investimentos. Em Araguaína, onde há uma maior quantidade de agências, os habitantes têm mais oportunidades de realizar operações financeiras, o que contribui para o desenvolvimento econômico local. A facilidade de acesso a serviços bancários permite que os cidadãos invistam em negócios, adquiram bens e serviços, e participem mais ativamente da economia formal. Isso contrasta com municípios menores, onde a escassez de agências limita essas oportunidades, perpetuando a desigualdade econômica e social.

A análise comparativa dos municípios da RIIA, conforme os objetivos específicos da pesquisa, revela que a exclusão do município com os melhores indicadores (Araguaína) destaca a disparidade entre os demais municípios. Sem a influência de Araguaína, os dados mostram uma homogeneidade relativa entre os municípios menores, indicando que a desigualdade no acesso à bancarização é um fator crítico para o desenvolvimento desigual. Esta perspectiva comparativa, fundamentada na teoria do desenvolvimento geográfico desigual, evidencia a

necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão financeira e a expansão da rede bancária para áreas menos favorecidas, visando reduzir as disparidades regionais e fomentar um desenvolvimento mais equilibrado.

A tabela a seguir apresenta uma comparação entre os municípios da região de influência imediata de Araguaína que possuem agências bancárias e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Observa-se que os municípios com agências bancárias, como Araguaína, Xambioá, Filadélfia e Ananás, tendem a apresentar melhores IDHs em comparação com aqueles que não possuem tais serviços. Araguaína, que ocupa a 4ª posição no estado e a 1ª na RIIA, destaca-se com um dos melhores IDHs, refletindo sua maior concentração de agências bancárias. Ananás, na 31ª posição do estado e 3ª da RIIA, também apresenta um bom IDH, seguido por Xambioá, na 33ª posição do estado e 4ª da RIIA. Filadélfia, embora esteja na 92ª posição do estado e 12ª da RIIA, ainda possui uma agência bancária, o que contribui para seu desenvolvimento.

Tabela 11 - Municípios com agências bancárias e a posição do IDH.

REGIÃO DE INFLUÊNCIA IMEDIADA DE ARAGUAÍNA									
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO CENSO (2022)	POPULAÇÃO CENSO (2010)	RENDA MÉDIA DA POPULAÇÃO (2019)	POSIÇÃO DO IDH NO ESTADO	POSIÇÃO DO IDH NA RIIA	IDH (2010)	IDH (2021)	PIB PER CAPITA (2020)	DISTÂNCIA DE ARAGUAÍNA
Araguaína	171.301	150.520	R\$ 873,61	4º	1º	0,752		R\$ 25.965,12	-
Ananás	10.325	9.873	R\$ 262,66	31º	3º	0,671		R\$ 14.827,41	118
Xambioá	10.517	11.484	R\$ 378,00	33º	4º	0,671		R\$ 28.132,47	120
Filadélfia	7.712	8.502	R\$ 213,62	92º	12º	0,621		R\$ 13.243,39	108
Palmas (Capital)	302.692	228.332		1º	-	0,788		R\$ 32.452,56	383
Tocantins	1.511.460	1.383.445		-	-	0,699	0,731	-	-

Fonte: IBGE (2022)

Essa conexão entre a presença de agências bancárias e melhores IDHs sugere que o acesso a serviços financeiros é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social dos municípios. A análise comparativa dos municípios, conforme os objetivos específicos da pesquisa, evidencia que a bancarização não apenas facilita a inclusão financeira, mas também promove a geração de empregos e oportunidades de investimento, refletindo em melhores indicadores de desenvolvimento humano. Portanto, a presença de agências bancárias é essencial para reduzir as disparidades regionais e fomentar um desenvolvimento mais equilibrado na RIIA.

Figura 23 - Tabela de Juros no Cheque Especial das 14 Instituições Financeiras com maiores taxas.

Pessoa Física - Juros Cheque especial		
Instituição Financeira	Taxa Juros ao Mês	Taxa Juros ao Ano
BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	12,18	297,38
BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	8,35	161,66
BCO AGIBANK S.A.	8,27	159,6
BCO CREFISA S.A.	8,27	159,6
BCO C6 S.A.	8,27	159,59
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	8,26	159,15
BCO DO EST. DE SE S.A.	8,24	158,7
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8,2	157,47
BCO BRADESCO S.A.	8,17	156,5
ITAÚ UNIBANCO S.A.	8,11	154,89
BCO RENDIMENTO S.A.	8,02	152,47
BANCO INTER	7,98	151,33
BCO DO BRASIL S.A.	7,9	148,9
BCO DA AMAZONIA S.A.	7,83	147,04

Fonte: Banco Central do Brasil (2025).

Embora a presença de agências bancárias e a oferta de serviços financeiros possam contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social dos municípios, também podem representar um fator de desenvolvimento desigual. Isso é particularmente evidente quando analisamos as altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, especialmente no caso do cheque especial.

Por exemplo, as taxas de juros mensais variam significativamente entre diferentes bancos, com o Banco Ribeirão Preto S.A. cobrando 12,18% ao mês (297,38% ao ano), enquanto o Banco da Amazônia S.A. cobra 7,83% ao mês (147,04% ao ano). A tabela a seguir apresenta as 14 instituições financeiras que cobram as maiores taxas de juros no cheque especial, de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB).

Essas altas taxas de juros podem agravar a desigualdade econômica, pois os consumidores em municípios com menos opções bancárias podem ser forçados a pagar taxas mais elevadas, limitando seu acesso ao crédito e aumentando seu endividamento. Portanto, embora a bancarização seja essencial para o desenvolvimento, é crucial considerar a equidade na oferta de serviços financeiros e para evitar a perpetuação de desigualdades regionais.

A análise dos dados coletados revela que a presença de agências bancárias nos municípios da região de influência imediata de Araguaína é um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social. No entanto, tanto a ausência quanto a presença de uma rede bancária podem ser marcadores de desenvolvimento desigual. A ausência de agências bancárias limita o acesso a serviços financeiros essenciais, perpetuando a exclusão econômica. Por outro lado, a presença de agências bancárias, embora benéfica, pode também representar um desenvolvimento desigual devido às altas taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, como no caso do cheque especial. E o baixo nível de letramento financeiro da população.

6. CONCLUSÕES: CONTRIBUIÇÕES DA DISSERTAÇÃO E TRABALHOS FUTUROS.

As análises realizadas ao longo desta dissertação revelam aspectos fundamentais sobre a bancarização na região de influência imediata de Araguaína/TO e suas implicações no desenvolvimento socioeconômico local. A partir dos dados coletados e da literatura revisada, ficou claro que a bancarização, embora esteja em crescimento no Brasil, ainda apresenta desafios significativos, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, como é o caso de muitos municípios da Amazônia Legal.

A principal constatação desta pesquisa é que, apesar de o acesso aos serviços bancários ter aumentado nas últimas décadas, com o avanço da inclusão digital e da expansão de plataformas móveis, ainda existe uma grande desigualdade no acesso à bancarização entre os municípios da região de influência imediata de Araguaína. Enquanto centros urbanos maiores, como Araguaína, apresentam uma maior oferta de serviços financeiros, os municípios menores continuam a enfrentar barreiras relacionadas à falta de infraestrutura bancária e ao baixo índice de inclusão digital.

A análise dos indicadores socioeconômicos da região de influência imediata de Araguaína revela nuances importantes acerca do desenvolvimento desigual e da bancarização. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, provenientes do IBGE Cidades (2025), contrastam, em diversos municípios, com a Renda Média Mensal da População, estimada pela FGV Social/CPS com base nos dados do IRPF de 2020 (2025). Essa disparidade, notória em casos como Campos Lindos (PIB per capita de R\$ 95.662,12 e renda média de R\$ 174,50) e Arapoema (PIB per capita de

R\$ 49.244,74 e renda média de R\$ 166,56), sugere que a riqueza gerada localmente não se distribui de maneira uniforme entre os habitantes.

A estrutura econômica de alguns desses municípios pode ser caracterizada pela presença de poucas empresas com alto faturamento, elevando o PIB per capita, mas cuja movimentação financeira principal pode se concentrar em centros maiores, como em Araguaína. Essa dinâmica limita o impacto direto dessa produção na renda da população local e, conseqüentemente, nos níveis de bancarização, uma vez que uma parcela significativa da população com menor renda pode enfrentar barreiras de acesso aos serviços financeiros formais. A coexistência de municípios com elevado PIB per capita e baixa renda média expõe, portanto, um padrão de desenvolvimento regional heterogêneo, onde o crescimento econômico não implica, necessariamente, em inclusão financeira e bem-estar generalizado.

Este cenário está intimamente relacionado à desigualdade regional, que reflete as profundas disparidades socioeconômicas do Brasil. A concentração de serviços bancários nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento de outras áreas, especialmente na Região Norte, evidencia como as políticas públicas e o sistema financeiro nacional ainda não são suficientes para garantir a equidade no acesso aos serviços essenciais, como a bancarização. Além disso, a infraestrutura de transporte, como a Rodovia BR-153, que tem grande impacto na urbanização da região, não foi acompanhada de investimentos igualmente robustos em outros setores fundamentais, como o bancário, o que agrava a desigualdade.

No entanto, é possível observar que a bancarização exerce um papel crucial no desenvolvimento regional. Ao permitir o acesso ao crédito, às contas bancárias e aos serviços financeiros em geral, ela proporciona à população a possibilidade de participar de forma mais ativa da economia formal, gerando um ciclo de desenvolvimento que pode beneficiar tanto os indivíduos quanto a comunidade local. Por outro lado, a ausência desse acesso compromete o pleno exercício da cidadania e perpetua as condições de exclusão social e econômica, especialmente entre as populações mais vulneráveis, como aquelas localizadas nas áreas rurais ou em municípios de menor porte.

A análise dos dados de movimentação financeira via PIX nos municípios revela a existência de um fluxo considerável de recursos financeiros nas localidades estudadas. Tal evidência sugere um potencial econômico presente, capaz de sustentar atividades comerciais e financeiras. Contudo, a decisão estratégica das

instituições bancárias em não expandir sua rede de agências nesses mesmos municípios aponta para uma lógica de otimização de custos operacionais.

A manutenção de uma estrutura física reduzida, aliada à transferência do ônus do deslocamento para a população, configura uma abordagem que prioriza a eficiência econômica em detrimento da capilaridade do atendimento presencial. Assim, a abundância de recursos financeiros locais não se traduz, necessariamente, na presença física de agências bancárias, expondo uma disparidade entre o potencial econômico e a oferta de serviços financeiros presenciais.

A inclusão financeira deve ser vista como parte de um conjunto maior de políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida, o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e segurança, além de fomentar a geração de emprego e renda.

Ainda há muito a ser feito para que a bancarização no Brasil se torne uma realidade para todos, independentemente da região em que vivam. A reflexão sobre as desigualdades no acesso a serviços bancários, especialmente em regiões como a Norte, revela a necessidade urgente de um planejamento mais equitativo por parte do Estado, que leve em consideração as especificidades de cada região e a integração de diferentes políticas públicas. Em suma, o método dialético foi fundamental para a análise crítica e reflexiva das desigualdades no acesso aos serviços bancários na região de influência imediata de Araguaína/TO.

Através da identificação das contradições e das relações de interdependência entre os elementos estudados, foi possível propor soluções que visam promover o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão financeira de maneira mais equitativa e sustentável. A pesquisa sugere que, ao focar em melhorar o acesso aos serviços financeiros, pode-se contribuir não apenas para a inclusão financeira, mas também para a redução de desigualdades sociais e para o fortalecimento do desenvolvimento regional, com reflexos positivos tanto na qualidade de vida da população quanto no crescimento sustentável.

Por fim, as limitações deste estudo não impedem que se perceba a necessidade de mais pesquisas que aprofundem a relação entre bancarização e desigualdade social, principalmente em regiões periféricas do país. Futuras investigações podem ampliar o escopo da pesquisa, envolvendo mais municípios e utilizando abordagens metodológicas diferentes, como estudos de campo e entrevistas com os usuários dos serviços bancários, a fim de obter uma visão mais

completa sobre os desafios e as possibilidades de avanço na bancarização em diferentes contextos urbanos e rurais. Esse avanço será, sem dúvida, um passo fundamental para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

Ao longo desta pesquisa, ficou evidente que a bancarização na região de influência imediata de Araguaína/TO, embora em crescimento, ainda apresenta desigualdades significativas. Enquanto centros urbanos maiores, como Araguaína, oferecem uma gama diversificada de serviços financeiros, municípios menores enfrentam desafios relacionados à falta de infraestrutura bancária e à baixa inclusão digital.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. P. 1-34.

ARRAIS, T. A.; CASTILHO, D.; AURÉLIO NETO, O. P. Integração nacional e fragmentação regional: o sentido territorial da BR-153 no centro-norte brasileiro. **GEOgraphia**, v. 18, n. 36, p. 62-85, 31 maio 2016.

BARROS, S. R. A Revolução de Outubro: 80 anos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 19–36, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000100003>. Acesso em: 11 maio 2024.

BARROSO, M. F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 446–462, set. 2018.

BCB - Banco Central do Brasil. **Glossário**. In: Glossário. Brasília, (2000). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/glossario>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). **Agência**. In: Glossário. Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/glossario>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). **Atendimento Bancário no País: Distribuição do Quantitativo de Municípios por Região e UF**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/evolucaosfnmes/202201%20-%20Quadro%2004%20-%20Atendimento%20banc%C3%A1rio%20no%20Pa%C3%ADs%20-%20Distribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Quantitativo%20de%20Munic%C3%ADpios%20por%20Regi%C3%A3o%20e%20UF.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). Correspondentes Bancários. In: **Perguntas e Respostas. Brasil**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faqs/p/quem-sao-correspondentes-no-pais>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). **Estatísticas, Taxas de Juros, Relatório de Taxas de Juros**. Brasil, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros/?codigoSegmento=1&codigoModalidade=216101&historicotaxajurosdiario_atual_page=1&tipoModalidade=D&InicioPeriodo=2025-01-27. Acesso em: 18 mar. 2025

BCB (Banco Central do Brasil). **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

BCB (Banco Central do Brasil). **Relatório de Cidadania Financeira: Cidadania Financeira**. Brasil, 2021. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf.

Acesso em: 13 jan. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). **Relatório de Cidadania Financeira: Cidadania Financeira**. Brasil, 2019. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

BCB (Banco Central do Brasil). **Resolução Nº 1.082. Brasil, 30 jan. 1986**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1986/pdf/res_1082_v1_o.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

BENKO, G. **A Ciência Regional: A Ciência Regional: 40 Anos de Investigação**. Oeiras: Celta, Portugal, 1999.

BOUDON, R. **Métodos quantitativos em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho. **RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS: relação anual de informações sociais, ano-base 2023. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ANO-BASE 2023. 2025**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONTEL, F. B. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 447–460, abr. 2015.

DEMIER, F.; GONÇALVES, G. L. Capitalismo, Estado e democracia: um debate marxista. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 3, p. 2350–2376, jul. 2017.

DEMIRGUC-KUNT, A. *et al.* O Banco de Dados Global Findex 2017: Medindo a Inclusão Financeira e a Revolução. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2018. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/332881525873182837/The-Global-Findex-Database-2017-Measuring-Financial-Inclusion-and-the-Fintech-Revolution>.

Acesso em: 10 maio 2024.

DEMIRGUC-KUNT, A. *et al.*, The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution (English). Washington, D.C.: World Bank Group, 2018. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/332881525873182837/The-Global-Findex-Database-2017-Measuring-Financial-Inclusion-and-the-Fintech-Revolution>.

Acesso em: 10 maio 2024.

DIAS, R. S. L. S; BRITO, E. P. UMA ANÁLISE TERRITORIAL A PARTIR DA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA EM ARAGUAÍNA-TO. **Revista Tocantinense de Geografia RTG**, Araguaína: jul. -dez, 2012, ed. 01, ano 2012, n. 01, p. 80-92.

DWECK, E.; SILVEIRA, F. G.; ROSSI, P. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P. *et al.*, (Org.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 32-82.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Renda Média Mensal Declarada no IR sobre População Total (R\$) Municípios Brasileiros**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cps.fgv.br/renda-media-mensal-declarada-no-ir-sobre-populacao-total-r>. Acesso em: 14 jun. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HARVEY, D. **A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. **CIDADES REBELDES: DO DIREITO À CIDADE À REVOLUÇÃO URBANA**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. **ESPAÇOS DE ESPERANÇA**. 7ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/universo>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-resultados-gerais>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo>. Acesso em 07 jan. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acessado em: agosto de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: quarto trimestre de 2023b. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 58 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_4tri.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa 61 - Agência Bancárias: Resultados intermediários e análises temáticas da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Mapa. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/regioes_de_influencia_das_cidades/Regioes_de_influencia_das_cidades_2018_Resultados_definitivos/mapas/Mapa_61-Agencias_Bancarias-2019.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais Acompanhamento e Análise: Edição Especial**. Políticas Sociais, Brasil, ed. 13, 2007. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4164/1/BPS_13_completo13.pdf.

Acesso em: 12 abr. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Vulnerabilidade Social**. Brasil, 2023. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 2 de maio 2023.

LIMA, J. F. O desenvolvimento regional como fenômeno regional. In: SOUSA, S. M.; THEIS, I. M.; BARBOSA, J. L. A. (org.). Celso Furtado: a esperança militante (Desafios). **Campina Grande: EDUEPB**, 2020. v. 3, p. 129–139.

LIMA, L. L. *et al.* Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 2, p. 323–335, abr. 2020.

LIMA, V. L.; CINTRA, M. A. M. O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira. **Texto para Discussão – IPEA**, Brasília, n. 1604, abr. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1620>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Actuel Marx**, Paris, n. 18, p. 73–80, 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 59. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: O Processo de Produção do Capital**. 27^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATOS, P. O. Décadas de 1980 e 1990, o Brasil implementou uma série de planos nacionais de desenvolvimento. 2002. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/publico/patricia.pdf>. Acesso em: 9 maio 2024.

MONASTERIO, Leonardo. **O que é um problema regional?** Uma nota preliminar. *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, n. 2, p. 123-145, 2010.

MOURA, R.; NAGAMINE, L. Y.; FERREIRA, G. **REGIC: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018**. Brasília: IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2666). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10652>. Acesso em: 10 maio 2024.

OLEGÁRIO, P. T.; GALLO, F. Banco Postal e Uso do Território no Brasil: da inclusão financeira à inclusão digital. **GEOGRAFIA (Londrina)**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 23–41, 2020.

OLIVEIRA, D. A. O surto municipalista no Brasil: causas e consequências. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 11–30, 2000.

PACÍFICO FILHO, M. *et al.*, Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), **Santa Cruz do Sul**, v. 25, n. 4, p. 1477-1503, 2020.

PACÍFICO FILHO, M. *et.al.*, ARAGUAÍNA–TO, CIDADE COMPETITIVA NO INTERIOR DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS. *Revista Ciência Geográfica*, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 1049–1076, 2022.

PONTE, K. F. da. A Produção Do Espaço Regional Amazônico No Contexto Da Internacionalização Do Capital: Das Commodities Ao Desenvolvimento Sustentável. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2017.

RIOS, S. O; COSTA, J. M. A; MENDES, V. L. P. S. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 12, n. 20, p. 98-120, jan. /jul. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, R. S. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 20, n. 3, p. 97–114, set./dez. 2017.

SILVA, J. G. Araguaína: desenvolvimento econômico e qualidade de vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 12(2), 73-88, 2010.

SILVA, R. A. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína – TO**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/02/tese_roberto_anteroda_silva.pdf. Acesso em: jul. 2022.

SMITH, A. **Riqueza Das Nações: uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. São Paulo: Momento Atual, 2003. 515 p.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

OARES, B. F. Nem morte matada, nem morte morrida: considerações sobre o conceito de região na Geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 84, p. 75–87, 2021.

SODRÉ, R. Centro e centralidade em Araguaína: reflexão preliminares a partir dos serviços e do comércio em rede. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 178–195, 2017.

SODRÉ, R.; RAMIRES, J. C. L. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 20, n. 1, p. 169–188, jan./abr. 2017

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233–253.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175–196.

SPOSITO, M.E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigações Geográficas**, n. 54, ago. 2004, p. 114–139.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51–62, 2010.

SPOSITO, M. E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista Geografia**, São Paulo, v. 10, p. 1–18, 1991.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 241–252, dez. 2009.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Araguaína**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021a. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Pau D’Arco**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021b. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Muricilândia**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021c. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Santa Fé do Araguaia**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021d. p. 59. Disponível em:

<https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN). **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Darcinópolis**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021e. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas; Gerência de Informações Socioeconômicas. **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Xambioá**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas; Gerência de Informações Socioeconômicas. **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal: Piraquê**. 2. ed. Palmas: SEPLAN/GEFINS, dez. 2021. p. 59. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jul. 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Superintendência de Planejamento Governamental; Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas; Gerência de Informações Socioeconômicas. **Estado do Tocantins – Perfil Socioeconômico Municipal**. Organização: Geizianne Pereira da Cunha; Gleidson Bezerra. Palmas: SEPLAN/SPL/DGITS/GEFINS, dez. 2024. 74 p. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/perfil-socioeconomico-municipal/3p165n9r5679>. Acesso em: jan. 2025.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313–342.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; RIBEIRO, R. **Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13., 2009, Florianópolis. Anais. Florianópolis: ANPUR, 2009.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa: a queda do tzarismo**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2017. v. 3. 510 p. (Edições do Senado Federal; v. 240-A). ISBN 978-85-7018-814-4.

UNITINS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. Opção metodológica III: a imagem e a fotografia como registro. In: **Pedagogia – 8º período**. Araguaína: UNITINS, 2023. p. 323.

ANEXO A – E-MAIL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL



Paula Borges <paularegisborges@gmail.com>

Banco Central Responde - Demanda 2024249961

1 mensagem

faleconosco@bcb.gov.br <faleconosco@bcb.gov.br>
Para: paularegisborges@gmail.com

3 de abril de 2024 às 20:05

Senhor(a),

Informações sobre o Sistema Financeiro Nacional, tais como autorizações e alterações societárias ocorridas a partir do ano 2000, estão disponíveis em nossa página na internet, seguindo o caminho: "Estabilidade Financeira > Sistema Financeiro Nacional > Organização > Informações sobre evolução do SFN > [Divulgação mensal](#)".

Para consulta e visualização em tela dos dados relativos a cada mês, deve-se escolher o mês desejado e selecionar o quadro com os dados desejados.

Essa seção apresenta, dentre outros, os seguintes dados, atualizados mensalmente:

- a) quantitativo de instituições por segmento (tipo);
- b) quantitativo de instituições em cada Unidade da Federação, classificadas por segmento (tipo);
- c) quantitativo de cooperativas por tipo e ramo de atividade;
- d) quantitativo de agências e postos de atendimento bancário em cada Unidade da Federação;
- e) quantitativo de dependências bancárias, classificadas por tipo de dependência;
- f) quantitativo de municípios no país com atendimento bancário;
- g) instituições com maiores redes de agências;
- h) quantidade de carteiras de bancos múltiplos;
- i) autorizações e alterações societárias;
- j) bancos com dependências no exterior;
- k) cidades com dependências de bancos brasileiros no exterior;
- l) participação estrangeira em instituições financeiras no País;
- m) grupos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional.

Informações sobre processos de fusão, cisão e incorporação, relativas ao período de 1989 e 2000, estão disponíveis em "Estabilidade Financeira > Sistema Financeiro Nacional > Composição, segmentos e evolução do SFN > Evolução > [Evolução do Sistema Financeiro Nacional](#)".

Além dessas opções, está também disponível relação completa de agências bancárias no País, organizada por banco, com os endereços de cada agência, seguindo "Estabilidade Financeira > Sistema Financeiro Nacional > Organização > [Relação de Agências, Postos e Filiais de Adm. Consórcio](#)". As informações estão disponíveis em arquivo compactado (.zip), por mês, a partir de setembro de 2007.

As atividades das instituições financeiras estão previstas, basicamente, na Lei 4.595, de 1964, sendo regulamentadas por normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central (BC).

Contudo, não há exigência de registro no BC dos produtos ofertados. Além disso, as instituições financeiras podem prestar serviços a empresas comerciais, como os de cobrança e de pagamento de salários, bem como a administradoras de fundos de investimentos, empresas de seguros, de capitalização e de previdência complementar, sendo essas últimas regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Por fim, ao acessar a página do BC na internet, seguindo o caminho: BC > Estabilidade financeira > Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) > [Pix](#) > [Estatísticas do Pix](#), serão fornecidos dados estatísticos referentes a:

-chaves Pix: estoque do último dia do mês das chaves cadastradas no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT); e

-transações Pix: dados mensais referentes às transações liquidadas no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e às informações enviadas por participantes do Pix de transações liquidadas fora do SPI. Valores e montantes Pix são a soma das transações cursadas no SPI e das transações cursadas fora do SPI.

Na página Estatísticas do PIX, as transações PIX contemplam "todo o sistema".

?No entanto, há gráficos que indicam as transações por forma de iniciação (QR Code, Chave Pix, etc); e PIX saque e PIX troco.

Atenciosamente,



Departamento de Atendimento Institucional (DEATI)
Divisão de Atendimento ao Cidadão (DIATE)

Não responda a esta mensagem.

O conteúdo desta mensagem também está disponível online. Para acessar, utilize o código **W2LELFMCKOFVS5005171**

Caso seja necessário enviar alguma informação adicional, utilize o [Fale Conosco](#) ou ligue 145.

Cadastre sua [conta Gov.br](#) e acesse informações sobre seus empréstimos e outros relacionamentos com o Sistema Financeiro Nacional em [Meu BC](#).

Conheça mais sobre diversos assuntos de seu interesse na página [Perguntas e respostas](#).

Visite o site [Cidadania Financeira](#), e conheça o Programa Cidadania Financeira.

<<<< Descrição da demanda >>>>

EXTERNA - SISCAP em 01/04/2024 14:53

----- Os dados abaixo foram preenchidos pelo cidadão via internet

Mensagem: Prezados, boa tarde!

Sou discente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), e minha pesquisa/dissertação: Desenvolvimento Desigual: Acesso a Bancarização na Região de Influência Imediata de Araguaína/TO. É uma região com 21 municípios. Os municípios que compõem a região de influência imediata de Araguaína/TO são: Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Paulista, Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá.

Tenho como objetivo visitar todos os 21 municípios, mas para que eu possa ter como embasamento para a coleta de dados, necessito dos seguintes dados de cada um dos municípios da região.

- Instituições Financeiras presentes no município.
- Tipo: Agência, PAB, PAE, PAA, Correspondente Bancário, Casa Lotérica e ou outros.
- Sendo: PAB, PAE, PAA, Correspondente Bancário e outros, a qual agência ele é vinculado.
- Endereço da Instituição Financeira.
- Tipos de serviços e Produtos Ofertados.
- Se existe opção de saque no local.
- Saldo de depósito à vista e a prazo.
- Volume de movimentação no PIX.

Com estas informações será possível mapear a bancarização desta região e contribuir na coleta de dados para uma pesquisa que possa somar para o desenvolvimento local e políticas públicas para a população.

Grata desde já,

Atenciosamente,

Paula Regis Dias Borges

(63) 99261-1029

E-mails: paularegisbores@gmail.com e ou paulaborjes@uft.edu.br

Arquivo(s) foram anexados pelo Cidadão.

----- Final dos dados preenchidos pelo cidadão -----

noname
3K